

SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS

LIMITES E POSSIBILIDADES
PROFISSIONAIS



JODEYLSOY ISLONY DE LIMA SOBRINHO
(ORGANIZADOR)

SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS

LIMITES E POSSIBILIDADES
PROFISSIONAIS



JODEYLSOY ISLONY DE LIMA SOBRINHO
(ORGANIZADOR)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 O autor

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à

Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^a Dr^a Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Prof^a Dr^a Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof^a Dr^a Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Prof^a Dr^a Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Prof^a Dr^a Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof^a Dr^a Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^a Dr^a Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^a Dr^a Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Prof^a Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof^a Dr^a Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof^a Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof^a Dr^a Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do

Paraná

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dr^a Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Prof^a Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

**Serviço social, direitos sociais e políticas sociais:
limites e possibilidades profissionais**

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
S492	<p>Serviço social, direitos sociais e políticas sociais: limites e possibilidades profissionais / Organizador Jodeylson Islony de Lima Sobrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2949-4 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.494242110</p> <p>1. Serviço social. 2. Assistente social. I. Lima Sobrinho, Jodeylson Islony de (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361.3</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A coletânea **Serviço Social, Direitos Sociais e Políticas Sociais: Limites e possibilidades profissionais** é uma obra que tem como escopo trazer mais elementos teóricos à discussão acerca dessas categorias, quando relacionadas à profissão de Serviço Social no Brasil, composta, portanto, por artigos de diversos autores/as, os quais conformam uma organização em capítulos.

O Serviço Social ganha dinâmica, densidade e capacidade de respostas sócioprofissionais mais significativas e qualificadas, a partir do momento em que os direitos sociais no Brasil se estendem em meados dos anos de 1980, mais especificadamente, da importância e significação real e efetiva, materializada na vida social e cotidiana do povo brasileiro, por meio da Constituição Federal (CF) de 1988.

E não é casual que foi exatamente nesse período que o Serviço Social passou a ter audiência universitária, reconhecida como uma área de produção de conhecimentos e produziu de fato conhecimentos, tais como a discussão acerca do mundo do trabalho, da política social, da questão social, do Estado, da ética, da instrumentalidade profissional, da diversidade humana: feminismo, questão étnico-racial, diversidade sexual e identidade de gênero, dentre outras.

Ao entrecruzar com o Serviço Social, as particularidades dessas questões e sua relação com o conjunto implexo das necessidades concretas da população usuária dos serviços prestados por assistentes sociais é que dão legitimidade à profissão na divisão social, técnica, racial e sexual do trabalho e suas respostas específicas, acuradas na sua dimensão teleológica, em face dos *pores teleológicos* presentes no resultado do trabalho concreto de sua ação, o que comporta um elemento de tomada e/ou construção de decisões imbuída de um conjunto de dimensões, com determinações ético-políticas próprias, o que aponta para a diversidade, mutabilidade e contraditoriedade da própria profissão.

Assim sendo, se coloca como fundamental a ampliação do debate acerca da relação desta profissão com os direitos sociais e as políticas sociais, tendo em vista a intrínseca relação entre essas três categorias, sendo o Serviço Social uma profissão que trabalha com e nas políticas sociais de forma a viabilizar os direitos sociais. Desta forma, nesta coletânea o/a leitor/a poderá encontrar elementos teórico-políticos que transitam nas mediações entre as três categorias elencadas como centrais.

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

CAPÍTULO 1 1


A PELEJA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E OS DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Jodeylson Islony de Lima Sobrinho

Aylana Cristina Rabelo Silva

Carla Montefusco

Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4942421101>

CAPÍTULO 2 14

SERVIÇO SOCIAL E PAULO FREIRE – COMPREENDER O PASSADO PARA CONSTRUIR ESTRATÉGIAS PRESENTES DE TRANSFORMAÇÃO DO FUTURO

Lorhana Luiza Lopes

Luciana Gonçalves Pereira de Paula


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4942421102>

CAPÍTULO 326

AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Sandra Delarmelina Andrade Ulyana

Janice Gusmão Ferreira de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4942421103>

CAPÍTULO 4 41


A FOME COMO “QUESTÃO SOCIAL” E A EXPERIÊNCIA DOS AGENTES POPULARES DE ALIMENTAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Luís Eduardo da Rocha Maia Fernandes

Maria Angélica Paixão Frazão

Igor Galvão de França


Raquel Nascimento de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4942421104>

CAPÍTULO 5 51

A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E A(S) POLÍTICA(S) PENAL(IS) NO BRASIL

Cibelle Dória da Cunha Bueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4942421105>


CAPÍTULO 662

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA MÉDIA COMPLEXIDADE DO SUS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENTRO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE ANITA GARIBALDI

Ericka Karen Oliveira Pereira

Juliana Silva Lima

Sara Gabrielle de Aquino Câmara


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4942421106>

CAPÍTULO 772

COLÉGIO DIOCESANO DE PENDO-AL: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO
FAMÍLIA E ESCOLA

Andréia Santana Cruz

Diogo Rafael de Costa Alcântara Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4942421107>

SOBRE O ORGANIZADOR.....94

ÍNDICE REMISSIVO.....95

A PELEJA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E OS DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Data de submissão: 01/10/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Jodeyson Islony de Lima Sobrinho

Universidade Federal de Sergipe - UFS
Aracaju-SE
<http://lattes.cnpq.br/7819108340566107>

Aylana Cristina Rabelo Silva

Faculdade Edufor
São Luís-MA
<http://lattes.cnpq.br/6010636969494995>

Carla Montefusco

Universidade Federal do Rio Grande do
Norte - UFRN
Natal-RN
<https://lattes.cnpq.br/8840103320001811>

Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira

Universidade Estadual do Tocantins –
UNITINS
Palmas-TO
<http://lattes.cnpq.br/3125201836735169>

RESUMO: Objetivando analisar algumas das mediações presentes na intrínseca relação entre o Serviço Social, Questão Social e as Políticas Sociais na formação sócio-histórica do Brasil é que expomos neste artigo algumas de nossas reflexões teóricas sobre essa questão. Para tanto, metodologicamente, utilizamos a pesquisa

bibliográfica sobre a produção crítica acerca da temática, presente nos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, e como método de pesquisa, nos ancoramos no materialismo histórico-dialético. Assim sendo, reiteramos o entendimento, hegemônico na cultura crítica profissional, de que a *práxis* profissional do Serviço Social tem como fundamento a constituição da “questão social”, a qual é atravessada pelas pelejas profissionais no enfrentamento das suas expressões, trabalhando com e nas políticas sociais como meios e/ou instrumentos para combatê-las. Conquanto, as políticas sociais brasileiras apresentam, em movimento dialético, tendências que refletem os percursos da formação sócio-histórica do país, assim como expressões das determinações de cada conjuntura histórica. E, no cenário contemporâneo, a dinâmica da financeirização se manifesta no Estado conformando a seletividade, a focalização e o corte dos gastos sociais, como premissas que atravessam as políticas sociais e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social; Serviço Social; Política Social; Conservadorismo.

THE STRUGGLE OF THE BRAZILIAN SOCIAL SERVICE IN FRONT OF THE EXPRESSIONS OF THE SOCIAL ISSUE: THE ADVANCE OF CONSERVATISM AND THE CHALLENGES TO THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT

ABSTRACT: Aiming to analyze some of the mediations present in the intrinsic relationship between Social Service, Social Issues and Social Policies in the socio-historical formation of Brazil, we present in this article some of our theoretical reflections on this issue. To this end, methodologically, we used bibliographical research on critical production on the topic, present in the theoretical-methodological foundations of the profession, and as a research method, we anchored ourselves in historical-dialectic materialism. Therefore, we reiterate the understanding, hegemonic in professional critical culture, that the professional praxis of Social Work is based on the constitution of the “social issue”, which is crossed by professional struggles in confronting its expressions, working with and in policies social issues as means and/or instruments to combat them. However, Brazilian social policies present, in a dialectical movement, trends that reflect the paths of the country’s socio-historical formation, as well as expressions of the determinations of each historical situation. And, in the contemporary scenario, the dynamics of financialization manifest themselves in the State, shaping selectivity, targeting and cutting social spending, as premises that permeate social policies and the professional work of social workers.

KEYWORDS: Social Issues; Social Service; Social Policy; Conservatism.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da discussão do Serviço Social inserido no contexto brasileiro e suas intervenções sobre as expressões da questão social no decorrer da história. Desse modo, importa reconhecer que o exercício profissional é balizado pelas relações institucionais de cunho público, privado e/ou filantrópico, assim como pelas políticas sociais e movimentos sociais.

Portanto, o objetivo é retomar o marco teórico-metodológico baseado na teoria social crítica, com a finalidade de revelar as contradições e desafios impostos pelo modo de produção capitalista, bem como as potencialidades e estratégias desenvolvidas pelos/as assistentes sociais, à luz do projeto ético-político da profissão.

Logo, em respeito a uma divisão didático-pedagógica, este trabalho apresenta a gênese da profissão, percorre as perspectivas teórico-metodológicas que compreendem o movimento de renovação e reconceituação do Serviço Social, centrando fôlego na intenção de ruptura, cujo intento é firmar uma ligação entre o que ocorria intraprofissão e a conjuntura da época, entendendo que a perspectiva crítica se alastra no período de redemocratização do país e do estabelecimento dos direitos sociais via Constituição Federal Brasileira de 1988.

À vista disso, discorre-se que na década de 1980 começa-se a desenvolver um projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora, o qual encontra um terreno hostil para se estabelecer na década de 1990, pois coincide com o período de

restauração do capital, acarretando na criminalização dos movimentos sociais, sindicatos e trabalhadores/as em geral, além da contrarreforma do Estado, que sob a batuta do ajuste fiscal tem retirado, desde então, os parques direitos conquistados.

Assim, deslinda-se o debate do avanço do conservadorismo e da extrema-direita bolsonarista e suas implicações sobre as políticas sociais, acesso aos direitos e desafios ao Projeto Ético-Político - PEP, cujas considerações finais apontam algumas estratégias de resistência mediante um contexto de desmonte, desproteção e desmobilização sociais.

2 | A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUA CONEXÃO COM AS POLÍTICAS SOCIAIS

A compreensão da gênese do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, perpassa à necessária atuação do Estado no trato da questão social no Brasil, via políticas sociais. Para tanto, faz-se significativo um retrospecto no terreno histórico, o que possibilita as lentes de análise das relações sociais que delinearão o cenário de institucionalização do Serviço Social, e do processo de concepção de políticas sociais, enquanto mecanismos contraditórios na dinâmica da ordem monopólica.

Segundo Netto (1992) a dinâmica de profissionalização do Serviço Social desencadeou no início do século XX, com a materialização do capitalismo monopolista, cenário em que o Estado, articulado com a burguesia industrial e atravessado pela Igreja Católica vê-se pressionado a construir mecanismos de atenção à questão social¹, e por consequência conter as pressões reivindicativas.

Logo,

[...] a conformação dessa ordem societária cria, assim, um novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social (e para um conjunto de outras profissões) na divisão social e técnica do trabalho, constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito das diferentes políticas sociais setoriais (Raichelis, 2011, p. 420).

Para tanto, torna-se necessário ponderar as políticas sociais enquanto mecanismos de enfrentamento da questão social, que possui delineamentos específicos nessa realidade brasileira, a qual é combinada pelo coronelismo, por populismos, por conformações políticas de apropriação do público em razão de interesses particulares das classes dominantes. E, por uma tradição histórica autoritária e excludente, é também hierarquizada e orquestrada simultaneamente pela camaradagem e pela obediência.

Nos termos de Ana Maria Estevão (2006) a questão social no Brasil nas décadas

¹ “No momento em que as contradições entre o proletariado e a burguesia se acentuam, tornou-se imperioso criar novas formas de intervenção, capazes de ganhar a aceitação da classe trabalhadora. Entre final dos anos 1930 e início de 1940, o Estado incorpora parte das reivindicações populares, amplia os direitos sociais mediante uma legislação social e sindical, instituindo o salário mínimo, a justiça do trabalho, o imposto sindical etc. É nesse momento que surgem as grandes instituições assistenciais e previdenciárias, possibilitando a ampliação do mercado de trabalho da profissão através da operacionalização das políticas sociais” (Lins; Alexandre, 2014, p. 29).

de 1920 e 1930 compreendia a importância de se considerar as demandas da classe operária. O trabalhador brasileiro e sua família eram subcidadãos, vivenciavam condições de trabalho desumanas, onde a jornada diária era calculada conforme as necessidades das empresas, trabalhavam 16 horas por dia, não tinham direito a férias nem a descanso remunerado.

Entretanto,

A partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século, o debate sobre a “questão social” atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a igreja a se posicionarem diante dela. [...] Para a igreja, a “questão social”, antes de ser econômico-política, é uma questão moral e religiosa. [...] o Estado (por sua vez) deve assim, preservar e regular a propriedade privada, impor limites legais aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um, especialmente os que necessitam de amparo. Mas, o Estado não pode negar a independência da sociedade civil (Iamamoto, 2002, p.18).

Em um primeiro momento, antes mesmo da ação moralizadora e caritativa da Igreja Católica, o trato da questão social era via repressão policial, a questão social era tratada como caso de polícia (Estevão, 2006). Em seguida, a questão social deixa de ser concebida como caso de polícia e se torna caso de política, e passa a ser pautada no paternalismo.

Acerca das especificidades do Estado brasileiro no enfrentamento da questão social releva-se que:

O Estado, como principal promotor de políticas sociais no Brasil, não é neutro nesse cenário. Percebe-se que desde as primeiras experiências de institucionalização das políticas sociais no período republicano brasileiro, o Estado vem sendo atrelado aos interesses da classe dominante. Do mesmo modo, como forma de legitimar sua sustentação política e ao mesmo tempo conter processos sociais que ofereçam riscos ao desenvolvimento capitalista, também vem incorporando, alguns momentos de forma mais limitada e em outros de forma mais ampla, as reivindicações oriundas das lutas populares, porém, sempre dentro dos limites de uma cidadania idealizada pela burguesia (Lins; Alexandre, 2014, p.26).

Para tanto, as políticas sociais podem ser refletidas enquanto paradoxos, contradições, e não homogêneas ou unilineares. Assim sendo, são concebidas a partir de uma realidade história, sociopolítica e cultural específica, bem como consideradas formas de respostas à questão social, que possui particularidades a partir das conformações da dinâmica capital e trabalho.

No Brasil a questão social revelou-se em um país de capitalismo dependente, que, por consequência, constituiu uma classe burguesa tardiamente, profundamente marcada pela herança rural e latifundiária, resquícios do coronelismo, escravidão e colonialismo específicos desta nação, portanto, como explicita Iamamoto (2015), a questão social se apresenta com marcas do passado e do presente, própria de um país que se moderniza

mantendo suas marcas do passado.

Nos termos de Jane Prates (2016, p. 2), “o reconhecimento das expressões da questão social como objeto e matéria prima da profissão foi um avanço [...]”, uma vez que conceber a matéria prima dos processos de trabalho da categoria dos/as assistentes sociais brasileiros/as, releva impulsos teóricos, conceituais e aprimoramento dos processos interventivos e investigativos. Além dos avanços na construção aberta e coletiva do projeto profissional.

Logo, o processo de trabalho do/a assistente social se consubstancia no enfrentamento das expressões da questão social, via políticas sociais, que ao longo do percurso da história profissional o Serviço Social sempre esteve relacionado, seja na execução terminal, seja na gestão, planejamento, mas sempre avançando em termos de arcabouço interventivo, e teórico-metodológico (Nalesso, Rizzotti, 2018).

As políticas sociais possuem, assim, um caráter contraditório, que transita ora para atender necessidades e demandas das classes trabalhadoras, ora para atender as demandas do próprio capital. Paradoxo que atinge o Serviço Social, que se realiza a partir de uma prática contraditória, atravessada tanto pelos interesses das classes dominantes, quanto pelas demandas da classe trabalhadora.

2.1 O legado marxista no Serviço Social e o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional no contexto brasileiro

Sabe-se que a trajetória do Serviço Social brasileiro é marcada por diversas perspectivas, desde o ativismo moralista cristão às correntes teórico-metodológicas, as quais têm alinhamento com os distintos interesses de classes. Circunscrita na divisão socio-técnica, sexual e étnico-racial do trabalho, enquanto especialização do trabalho coletivo, essa profissão nos revela que acompanha a dinâmica da vida social e da composição socio-histórica brasileira, o que por sua vez têm impacto direto na formação e exercício profissional.

É em meio ao movimento de renovação e reconceitualização do Serviço Social, mediante a intenção de ruptura com o conservadorismo, que o Serviço Social hegemonicamente alinha sua maneira de “pensar e agir” em consonância aos interesses da classe trabalhadora. Portanto, Netto (2005, p. 250) pondera que “a perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases quase que inteiramente novas; esta era uma decorrência do seu projeto de romper substantivamente com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais”.

Assim, importa ressaltar que esse processo inicia-se no final da década de 1970, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – III CBAS em 1979 (conhecido também como Congresso da Virada), configurando-se como a mola propulsora para consolidar e reforçar a interrelação teoria e prática, além de ensinar a construção do

Projeto Ético-Político – PEP, o qual é a “autoimagem” da profissão (Netto, 1999). Dessa maneira, concorda-se que esse projeto profissional está atrelado a um projeto societário e se expressa como “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (Idem, p. 98).

Não por acaso, deu-se num momento significativo na história brasileira: a transição da ditadura militar-empresarial e o desenrolar da construção da democracia no país. A partir de então, conduziu-se uma verdadeira revisão das diretrizes curriculares vigentes, fortalecimento das entidades representativas, reformulação dos estatutos legais, aproximação às lutas e reivindicações dos movimentos sociais e sindicais, além da inserção da teoria social crítica nas produções acadêmicas, que logo se espalhou para a categoria profissional em geral (Iamamoto, 2003).

Nesse sentido, mesmo o Serviço Social convocado a intervir na reprodução social deste sistema, a partir de uma demanda do capitalismo monopolista e requisição estatal, junto às expressões da questão social², via operacionalização das políticas sociais, entende-se que:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam e a ela se opõe (Iamamoto, 2007, p. 28).

De todo modo, é a partir de 1980 e consolidando-se em 1990 que a profissão modifica o seu perfil profissional e passa a incidir sobre as múltiplas manifestações da questão social numa propositura de compromisso, diálogo e viabilização de direitos dos/as trabalhadores/as numa perspectiva de defesa da liberdade, emancipação e plena expansão dos sujeitos sociais (Netto, 2009). Ante o exposto, Teixeira e Braz (2009) explicam que:

Isto se deu por duas razões principais, intimamente articuladas: primeiro, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que se abriu na virada dos anos 1970 para os anos 1980, teve prosseguimento nos meios profissionais – recorde-se que a profissão consolida seus avanços teóricos (a produção de conhecimento), intensifica sua organização política (tocada pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS) e reformula e atualiza seus estatutos legais (a dimensão jurídico-política da profissão expressa na nova Lei de Regulamentação Profissional e no novo Código de Ética, ambos de 1993); segundo, porque foi justamente na virada da década de 1980 para a de 1990 que os movimentos sociais das classes trabalhadoras brasileiras, ainda que resistindo à ofensiva do capital e valendo-se dos avanços da década anterior, conseguiram galgar níveis de organização e de mobilização que envolveram amplos segmentos da sociedade, inclusive os assistentes sociais. Essa resistência, ancorada nos movimentos sociais e protagonizadas por partidos de esquerda, destacadamente o PT (Partido dos Trabalhadores), foi decisiva

² Deve ser entendida como o “[...] conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: com a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Iamamoto, 2003, p. 27).

para o avanço do projeto ético-político (Teixeira; Braz, 2009, p. 15-16).

Logo, é com a aproximação à teoria social crítica a partir da década de 1980 que ocorre a possibilidade de apreender os fundamentos da questão social a fundo (Iamamoto, 2007). Além disso, é também nesse período que se alcança a maturidade intelectual desta profissão, entendendo o Serviço Social enquanto trabalho, o qual envolve uma dimensão prática e teórica.

Também há o seu reconhecimento como área de conhecimento, produzindo respostas à luz da direção social adotada, enfrentando coletivamente as imposições das instituições empregadoras, sejam elas o Estado, empresas privadas e/ou organizações não-governamentais, questionando as maneiras de regulação, gestão e controle da *práxis* profissional, mas também a forma com a qual o ensino superior tem sido conduzido: de modo aligeirado, superficial, tecnicado e fragilizado.

Ante o exposto, pode-se asseverar que o contexto de conquista de direitos sociais materializados na Constituição Federal Brasileira de 1988 durou pouco tempo, mediante a ofensiva do capital a partir da década de 1990 – realidade brasileira, conformada pela reestruturação produtiva, mundialização e financeirização do capital e ideário neoliberal, reverberando na fragmentação da organização e capacidade de resistência da classe trabalhadora, com impacto direto e indireto na profissão.

3 | O ESTADO BRASILEIRO E O AVANÇO DA OFENSIVA CONSERVADORA: REPERCUSSÕES NAS POLÍTICAS SOCIAIS E NO SERVIÇO SOCIAL

A década de 1990, no Brasil, é palco de debates que, ancorados nos preceitos da Constituição Federal de 1988, preconizam a proposição de políticas públicas e sociais que tenham centralidade na construção de processos democráticos, valorizando as dimensões da cidadania e da justiça social. Há, inclusive, um processo de intensificação do debate em torno dos modos de formular e gerir essas políticas.

Entretanto, como a realidade não se processa linearmente, é nesse mesmo movimento que os preceitos neoliberais se colocam como “solução” ao enfrentamento da crise econômica de 1980 e, portanto, mais amplamente, da denominada crise do Estado brasileiro. Ou seja, é em um cenário sócio-político de disputa para concretização dos direitos sociais, circunscritos na denominada Constituição Cidadã, que se instala a lógica do Estado gerencial como solução para a racionalidade e enxugamento dos gastos sociais.

A dinâmica da acumulação flexível, nos moldes da *reestruturação produtiva à brasileira*, se espalha pelos formatos de gestão estatal e atinge diretamente a formulação e a execução das políticas sociais. A focalização e seletividade atravessam fortemente o orçamento público, e, com isso, a materialidade das políticas públicas e sociais. Assim,

A lógica mercadológica, pautada especialmente no atingimento de metas e produtividade, se espalha pelo gerenciamento dos serviços públicos brasileiros, especialmente a partir dos anos de 1990, somando-se aos

históricos padrões tecnoburocráticos de gestão tão característicos do Estado brasileiro. Essa lógica importada do mercado aparece como salvadora para incremento da eficácia e eficiência das políticas públicas, obscurecendo a intencionalidade de reduzir a oferta de serviços públicos na perspectiva do direito (Montefusco, 2022, p. 37).

Convive-se, então, entre os avanços que se pode obter a partir da materialização das conquistas de CF de 1988 e o retrocesso da constante intencionalidade política conservadora, travestida de modernização, mas parte estruturante da formação sócio-histórica brasileira. Uma elite nacional que pressiona pela manutenção de seus privilégios e pelo rebaixamento de direitos da classe trabalhadora. Essa contradição, inerente ao sistema capitalista, expõe determinantes do formato brasileiro de neoliberalismo.

E em tempos de estagnação econômica e reação burguesa atual (neoliberalismo), o Estado brasileiro sai à frente, marcado pelo ambiente contrarreformista de desmonte dos direitos sociais conquistados por meio da luta encabeçada pela classe trabalhadora, explícito na constituição de 1998, cuja direção era a de políticas sociais com caráter universalista e como dever do Estado. Todavia, o neoliberalismo e a contrarreforma do Estado são respostas à crise estrutural do capital, enquanto parte da engrenagem do próprio sistema.

No Brasil, especificamente, a contrarreforma do Estado tem traços iniciais no período ditatorial, mas o impulso aconteceu nos governos de Collor e Fernando Henrique Cardos (FHC). E, nas palavras dos seus ideólogos a proposta da contrarreforma apresentava-se como “necessária”, devido à crise fiscal nos países centrais ocasionadas pela ampliação da intervenção estatal, ao incorporar sua presença no setor produtivo como regulador das relações de produção, ou seja, o centro da “reforma”, na verdade, se colocou como sendo o ajuste fiscal.

O discurso ideológico da contrarreforma apresenta-se camuflado por uma defesa da inserção do país no mundo internacionalizado, mas na prática constituiu-se como um grande processo de privatização, desconstrução de direitos sociais e sedimentação de consensos em torno das reformas necessárias ao capital em crise. Portanto, as contrarreformas do Estado são parte central da subordinação da política macroeconômica brasileira aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e frações de classe no interior do Estado.

Assim sendo, nos anos 90 do século XX, no Brasil, inicia-se a implantação deliberada e planejada do projeto neoliberal, que, a partir de um discurso de crise e da necessidade de cortar gastos realizados pelo Estado, consiste simplificada na redução de gastos públicos com as políticas sociais; na crescente valorização da “parceria” público-privado na prestação dos serviços sociais; na precarização, insegurança e vulnerabilidade do trabalho. Deste modo, os serviços públicos são cada vez mais sucateados e o atendimento à população é transferido ao setor privado, através do repasse de recursos, dos subsídios públicos e da isenção de impostos para o setor privado e/ou organizações da sociedade civil (Lima Sobrinho, 2024a, p. 5-6).

Dessa maneira, as ações do Estado mediante adoção do neoliberalismo têm consequências nefastas para o trato das políticas sociais, pois escamoteia a dimensão social dessas políticas, estimulando discursos que supervalorizam a dimensão subjetiva – tida meramente como responsabilidade individual, relegando essa dimensão à condição de subalternidade, de uma mediação quase obsoleta. Assim, nesses meandros da organização do Estado, no bojo do neoliberalismo, a conformação da política social sob as características da focalização, seletividade e setorialização apontam para um contexto desfavorável para a classe trabalhadora, seja na sua objetividade seja na sua condição subjetiva.

Entre os anos de 1980 a 2010, em escala mundial, a onda conservadora e reacionária toma conta praticamente de todo o mundo, diferentemente do momento vivido no Brasil, e, em particular, na profissão, pois aqui se coloca no limiar o amadurecimento acerca das dimensões da profissão, do seu lugar na divisão social e técnica do trabalho, e consolidação da cultura crítica profissional.

Ainda no âmbito mais geral da nação, o Brasil caminhou a contrapelo das tendências mundiais, onde no mundo inteiro se tinha um refluxo do movimento social-democrata, no Brasil o movimento era o contrário, o projeto democrático popular por meio do Partido dos Trabalhadores (PT) chega ao governo federal, que obviamente não pode ser comparado com o governo Bolsonaro, mas que em larga medida seguiu as orientações neoliberais, consagrando uma nova fase do neoliberalismo brasileiro, diferente daquela vivenciada pós-1988 à FHC.

O então **neoliberalismo de cooptação** se dará com a chegada das esquerdas aos Governos da América Latina, via processo eleitoral democrático, contudo, essas esquerdas mantêm o programa neoliberal, contudo, com algumas concessões no âmbito das políticas sociais, a exemplo da Governabilidade desencadeada nos Governos do PT no Brasil.

Essa faceta do neoliberalismo emerge como resposta à lutas de movimentos sociais em todo mundo no início dos anos 2000 contra os efeitos perversos desse modelo econômico. Essas lutas impulsionaram a chegada ao poder de antigos representantes de partidos da classe trabalhadora, como Lula no Brasil e Tony Blair na Inglaterra. Esse ascenso de governos chamados progressistas, principalmente na América Latina, no entanto, não reverteu e sequer interrompeu a ampliação do receituário neoliberal em sua essência. Esses governos, entretanto, apropriaram-se das pautas de reconhecimento que, associadas a políticas sociais focalizadas, cooptaram lideranças sindicais, feministas, de movimentos antirracistas e LGBTQs para a formação de um novo consenso (Behring; Cislaghi; Souza, 2020, p. 104).

Desse modo, no percurso histórico de conformação do Estado brasileiro desde os anos de 1990 até o segundo decênio do século XXI, é possível identificar diversas nuances dos ditames neoliberais. Os governos petistas deram vernizes sociais ao Estado, o que implicou em conquistas importantes para a classe trabalhadora. Não obstante, o Estado de “cunho social” e com ares progressistas não se reformulou em suas estruturas históricas,

favorecendo o reascender do conservadorismo, cuja maior expressão se dá com a eleição do governo de Bolsonaro, em 2018, cujo Governo se pautou no ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo.

Assim sendo, a crise do capital, em sua expressão mais recente, desde 2008, avança em seu caráter ultraneoliberal, predatório, de banalização da vida, contexto que vem sendo apresentado por vários autores no campo crítico como tempos de barbárie (MÉSZÁROS, 2017), ou sendo uma face mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista (ANTUNES, 2020a), ou seja, uma ofensiva muito exponencial tanto do ponto de vista da ordem capitalista, dos seus processos de acumulação, como também dos componentes morais e justificadores desse processo.

Portanto, considera-se essa a 3ª fase do neoliberalismo, sendo denominado de ultraneoliberalismo, o que se funda no trinômio: 1. Aprofundamento violento da exploração do trabalho, diga-se, da precarização e "captura" da subjetividade do/a trabalhador/a; 2. Expansão da apropriação do fundo público pelo capital financeiro; 3. Privatização e expropriação de bens comuns e estatais que ainda existe (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 122).

E a expressão política mais concreta no Brasil acerca da crise estrutural do capital, sua saída ultraneoliberal e conservadorística, é a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, levando assim ao palácio do planalto o que há de mais atrasado na política brasileira, com um quadro em que recrudescer a "blindagem da democracia" no Brasil (Demier, 2017), a desigualdade social e a violência, alinhada ao maior ataque aos direitos sociais, desde a instalação do neoliberalismo no Brasil.

Ou seja, o processo de ultraneoliberalização no Brasil se dá sob os auspícios de um governo neofacista, que mobiliza o medo, que mobiliza os ressentimentos dentro da própria classe trabalhadora, e mobiliza os piores sentidos da formação sócio-histórica do Brasil: racista, misógina, xenófoba, machista, LGBTfóbica, ou seja, é o neoliberalismo se aprofundando sem nenhuma mediação progressista sobre nada.

O enxugamento dos gastos sociais ganha fôlego e o discurso do Estado mínimo tomam proporções mais severas. Para os usuários das políticas sociais, o acesso aos direitos mínimos fica mais obstaculizado e seletivo. Já para os profissionais que trabalham cotidianamente na operacionalização dos serviços sociais, instalam-se rebatimentos significativos no âmbito da precarização do trabalho.

Sob o manto da modernização do Estado, inicia-se um processo gerencial de digitalização das políticas sociais. Em um país onde ainda se mantém altos níveis de analfabetismo, o acesso aos direitos passa a ser mediado por aplicativos e ferramentas tecnológicas. Isto implica refletir que há um deslocamento central das principais questões que afetam o campo das políticas sociais, não são as tecnologias da informação que irão provocar o acesso aos direitos, mas sim sua consolidação na forma de serviços disponíveis à população.

Este acesso, portanto, depende fundamentalmente de orçamento que priorize as políticas sociais, sem isso, não há estratégia de modernização que possa tornar central o acesso aos direitos sociais, o que nos parece ser cada vez mais distante, tendo em vista a subsunção do Fundo Público pelo capital financeiro e global. É nesse processo, para o Serviço Social,

Tem-se, portanto, mudanças substantivas com a utilização das tecnologias nas políticas sociais: a plataformização ou digitalização das políticas sociais mediada por aplicativos, tanto complexifica e, em muitos casos, dificulta o acesso da população negra, quilombolas, indígena, periféricas, com deficiência, que não dispõe destes dispositivos de acesso quanto impacta o trabalho profissional de assistentes sociais que atuam no âmbito destas políticas (Guerra, 2024, p. 22).

Estamos lidando com o reflexo do processo de “acumulação flexível”, que segundo Alves (2008, p. 237) “impõe o novo tráfego corpo-mente como meio de ‘administrar’ o estresse que atinge o trabalhador assalariado nas condições de intensificação do trabalho estranhado”, marcada, portanto, pela intensificação e controle do trabalho, pela exigência de uma profissional cada vez mais polivalente e versátil, ao passo que aumenta a desqualificação e contribui para homogeneização das categorias profissionais.

Nesse sentido, o que se tem vivido tanto nos espaços públicos e privados de trabalho profissional é um amplo processo de terceirizações e quarteirizações; disseminação das pessoas jurídicas; as mais diversas formas de contratação do trabalho temporário, em tempo parcial, por tarefa, em tempo intermitente, organização flexível, trabalho remoto, *free-lances*, tele-trabalho; o sub-emprego; os pluriempregos; baixos salários; intensificação e extensão da carga horária de trabalho; contratos pelo formato de pregão eletrônico; contratação de assistentes sociais sob a denominação de cargos genéricos.

Se esse processo subordina a prática profissional às requisições institucionais, por outro lado, a presença do atributo de profissão liberal regulamentada, faculta as profissionais o exercício de sua *autonomia relativa* (histórica e produto da correlação de forças sociais), o que permite as profissionais romperem com visões deterministas ou voluntaristas para se apropriarem da dinâmica contraditória dos espaços institucionais, e assim formular estratégias individuais e coletivas, as quais podem escapar da reprodução acrítica das requisições do poder institucional, e caminharem na sedimentação da cultura crítica profissional.

À vista disso, além dos/as profissionais também serem assalariados/as, vivenciando a precarização, desespecialização e desregulamentação, acabam recebendo novas requisições e demandas, a partir de novos espaços sócio-ocupacionais; bem como lidam cotidianamente com as políticas sociais, as quais desde então vêm sofrendo retrocessos e rapinagens via disputa do fundo público (Salvador, 2017), elementos que tendem à “captura da subjetividade profissional das assistentes sociais brasileiras” (Lima Sobrinho, 2024b).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social como profissão liga-se diretamente ao campo das políticas sociais está diretamente implicado pela forma como estas se constituem.

As políticas sociais brasileiras apresentam, em movimento dialético, tendências que refletem os percursos da formação sócio-histórica do país, assim como expressões das determinações de cada conjuntura histórica mais especificamente. No cenário contemporâneo, a dinâmica da financeirização se manifesta no Estado conformando a seletividade, a focalização e o corte dos gastos sociais, como premissas que atravessam as políticas sociais.

Em meio a esta dinâmica, a modernização gerencial dos serviços estatais tem apresentado as TICs como “solução” para facilidade do acesso aos direitos sociais, impondo novas requisições aos profissionais de Serviço Social. O avanço inflamado do conservadorismo obscurece a ideia de que o uso das tecnologias tem direção social, logo, se não há intenção de ampliação dos direitos sociais, as ferramentas tecnológicas serão apenas mais um artefato para obstaculizar o acesso da população aos serviços.

Existem traços conservadores que acompanham o Serviço Social durante esses 86 anos de existência, o que nos leva a afirmar que a maior parte deles, em especial, as demandas que nos fazem socialmente necessários como profissionais são alteradas de acordo com o que esperam de nós, em posições bastante diferentes das classes sociais em luta (Iamamoto; Carvalho, 2014).

Por essa razão, uma questão central foi colocada no momento da virada e consolidada pela categoria no atual projeto ético-político: a compreensão de que existe um conflito entre as finalidades institucionais, sobretudo no que tange à lógica das políticas sociais hoje, e as finalidades profissionais, cabendo, portanto, ao profissional realizar o movimento de transpor sua intervenção no campo da mediação sócio-profissional.

REFERÊNCIAS

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

GUERRA, Y. Formação e Trabalho de Qualidade: reflexões acerca dos dilemas e perspectivas da atuação profissional. In **Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social: incidências coletivas para reafirmar a luta**. CFESS, Brasília (DF), 2024.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 15. ed. São Paulo, Cortez: CELATS, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2015

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony de. **Crise do capital, conservadorismo e “captura” da subjetividade profissional:** Implicações na cultura crítica do serviço social. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49448>>. Acesso em 01 de out. de 2024.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony. A captura do Estado brasileiro pelo ultraneoliberalismo de Temer Bolsonaro (2016-2022): Uma saída para a recente expressão da crise estrutural do capital. In.: **Revista Izquierdas.** N 53, 2024a, p. 1-16. Disponível <<https://www.izquierdas.cl/images/pdf/2024/53/art15.pdf>>.

LIMA SOBRINHO, Jodeylson Islony. Ultraconservadorismo e a “captura” da subjetividade profissional das assistentes sociais no Brasil. In: **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 1, 2024b. Disponível em: <<https://www.scielo.br/ljssoc/a/DvfmX9yZ3fZ9BjKnfyp5V7f/?lang=pt#>>.

LINS, M. ALEXANDRE, D. O Serviço Social na sociedade capitalista e a sua participação nos processos de enfrentamento da questão social. In.: **Ciências humanas e sociais**, Maceió v. 2. n. 2. Nov 2014.

MONTEFUSCO, C. Gestão Social: tensionamentos e particularidades brasileiras. In. ANDRADE, R. F. C de.; NOGUEIRA, M. G.; PINHEIRO, H. A.; MELO, L. F. de. (orgs.). **Direitos, Trabalho e Gestão Social: elos indissociáveis para a proteção social brasileira**, Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceitualização: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** Nº 84 – Ano XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Serviço Social & Sociedade**, nº. 100. São Paulo: Cortez, 2009.

NALESSO, A. P. RIZZOTTI, M. Serviço Social e Política Social no Brasil: uma relação necessária. In.: **Textos e Contextos.** PUC/RS, Porto Alegre, v. 17. n. 2. 2018.

PRATES, Jane. 80 anos de Serviço Social no Brasil: as construções e os desafios à profissão. In.: **Textos e Contextos.** PUC/RS, Porto Alegre, n 116. 2013.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011.

SALVADOR, E. da S. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: **Serviço social & Sociedade.** São Paulo, v. 3, p. 426-446, 2017.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, CEAD/UNB, 2009.

SERVIÇO SOCIAL E PAULO FREIRE – COMPREENDER O PASSADO PARA CONSTRUIR ESTRATÉGIAS PRESENTES DE TRANSFORMAÇÃO DO FUTURO

Data de submissão: 07/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Lorhana Luiza Lopes

Assistente Social, Professora Adjunta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social (GEPEFSS)

Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Assistente social, doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora, Mestra pela mesma instituição

RESUMO: O objetivo do presente artigo é buscar compreender algumas aproximações do Serviço Social com o pensamento e a prática de Paulo Freire a fim de contribuir com estratégias para um exercício crítico e criativo da profissão. Este trabalho está amparado em produções que versam sobre a teoria marxista e os fundamentos sócio-históricos da profissão. Tratando-se, assim, de uma pesquisa bibliográfica, cujas conclusões apontam para a importância de articulação entre luta política e reflexão

teórica, apostando na atualização da Educação Popular, como um dos meios para enfrentar os desafios contemporâneos da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Paulo Freire, Educação Popular.

ABSTRACT: The objective of this article is to seek to understand some approaches of Social Work to Paulo Freire's thought and practice in order to contribute with strategies for a critical and creative exercise of the profession. This work is supported by works that deal with Marxist theory and the socio-historical foundations of the profession. Therefore, it is a bibliographical research, whose conclusions point to the importance of articulation between political struggle and theoretical reflection, betting on the updating of Popular Education, as one of the means to face the contemporary challenges of the profession.

KEYWORDS: Social Work, Paulo Freire, Popular Education.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns elementos que possam se fazer relevantes para a apreensão da

relação do Serviço Social brasileiro com o pensamento fundado e a prática desenvolvida por Paulo Freire, no período de renovação da profissão, especialmente através da intenção de ruptura com o tradicionalismo, a partir dos anos de 1970. Nesse quadrante histórico tal aproximação foi possível devido às movimentações políticas, sociais e culturais ocorridas no embate que se travava entre o regime ditatorial instalado em nosso país desde 1964, e as variadas expressões de resistência que despontavam em vários cantos do Brasil, como flores que nascem no asfalto.

Foi nesse contexto de repressão e resistência que o pensamento e a prática freirianas foram se constituindo enquanto bases para algumas experiências de educação popular que se destacaram no continente latinoamericano. Experiências como processos de alfabetização que foram desenvolvidos no nordeste brasileiro, articulando o ensino da leitura formal das palavras com o desvelamento e a compreensão das relações sociais constituídas em nossa sociedade, demonstraram a potencialidade da educação popular para a conformação de uma consciência crítica junto à classe trabalhadora.

Nesse mesmo período histórico, o Serviço Social – uma profissão que surgiu no Brasil na década de 1930, se institucionalizou nos anos de 1940 e vivia um intenso processo de renovação a partir de 1960 – começou a se aproximar e se apropriar de debates importantes construídos no campo da esquerda latinoamericana. Entre esses debates encontravam-se produções que se constituíam no vasto campo do pensamento marxista, fosse em articulação com o importante movimento católico da Teologia da Libertação, fosse pelas vias mais tradicionais, em diálogos com campos constituídos por partidos políticos e sindicatos operários em atividade na época. Mas, no Brasil, em especial, nos chama a atenção também a aproximação que ocorreu entre a nossa profissão e a pedagogia freiriana no contexto assinalado.

Essa aproximação se evidenciou no processo de constituição da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, expressando-se, ao longo dos anos de 1970, especialmente a partir da conformação do que se chamou “Método BH” – 1972. Os reflexos dessa experiência se desdobraram sobre o Serviço Social no decorrer da década de 1970 e na década seguinte – os anos de 1980 – através de disputas políticas em congressos da categoria; em suas entidades representativas; por meio da reorganização do currículo mínimo para os cursos superiores; no avanço teórico-metodológico de nossa produção intelectual; na revisão do Código de Ética Profissional; entre outras questões que possibilitaram o despontar de um novo projeto ético-político para essa profissão ancorado no campo do pensamento marxista.

Diante do exposto nestas linhas introdutórias, nos propomos a apresentar, dentro dos limites deste artigo, alguns pontos centrais para a reflexão sobre esta aproximação entre Serviço Social e Paulo Freire. Para isso, iniciaremos trazendo à tona algumas questões reflexivas sobre a gênese do Serviço Social no Brasil e o que consideramos serem os seus fundamentos sócio-históricos – enquanto elementos que ainda hoje tornam essa profissão

necessária em nossa dinâmica societária. Em seguida vamos discorrer brevemente sobre o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, com foco na intenção de ruptura e sua aproximação com experiências que dialogaram com a pedagogia freireana. Para, por fim, destacar alguns limites e também potencialidades do encontro que se deu entre o Serviço Social e o pensamento de Paulo Freire, no período histórico anteriormente demarcado, de modo a identificar e resgatar sua contribuição para os objetivos que esta profissão ainda se propõe na atualidade.

A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SEUS FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

Para a apresentação do tema proposto neste artigo, faz-se necessária uma breve exposição reflexiva sobre a gênese do Serviço Social, para tratarmos especialmente do que convencionamos chamar de seus fundamentos. Em nossa análise, estamos partindo do entendimento de fundamento como algo que funda, inaugura, provoca a existência e, portanto, oferece suporte ao que se desenvolve. No caso do Serviço Social, os seus fundamentos, ou seja, os fenômenos que permitem o surgimento dessa profissão, encontram-se incrustados na realidade sócio-histórica de nosso país, no contexto do primeiro quadrante do século XX. Por isso, a intenção aqui não é analisar o Serviço Social tendo como “pano de fundo” um panorama histórico. Muito mais do que isso, nossa reflexão pretende perceber como o movimento da história provoca a conformação do Serviço Social e que respostas foram estrategicamente sendo formuladas pela categoria profissional dos assistentes sociais, diante das configurações sócio-históricas que se forjaram na realidade brasileira.

No entanto, para compreendermos os fenômenos que permitem e provocam a gênese do Serviço Social no Brasil, faz-se necessário apreender a realidade brasileira e as particularidades que foram se moldando por meio da conformação do modo de produção capitalista em nosso país.

A constituição do modo de produção capitalista, em nosso país, ocorreu sobre as bases da ordem econômica patrimonialista associada à organização de um Estado nacional sustentado nos ideais da Independência, influenciado pelos princípios liberais formais, articulado ao desenvolvimento de um novo padrão de civilização advindo do mundo ocidental moderno (Fernandes, 1976).

O capitalismo à brasileira se desenvolveu tendo como seu núcleo de sustentação um mercado interno voltado para a exportação, não para o consumo próprio. A inserção da economia brasileira no mercado internacional redimensionou a centralidade do comércio para a centralidade da indústria. Isso fez com que a economia estivesse voltada para as necessidades internacionais e não para o desenvolvimento do próprio país.

Nessa esteira, a abolição do processo de escravização dos povos africanos

configurou-se como o último ajuste necessário para o processo de mercantilização das relações sociais, no Brasil: a transformação da força de trabalho em mercadoria que se compra e que se vende (Prado, Jr. 1968). Assim, na passagem do século XIX para o XX, começou a se constituir em nosso país uma classe trabalhadora que impulsionou o surgimento de movimento operário responsável pelas rebeliões ocorridas nas décadas de 1910 e 1920¹.

Para “impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio”, a elite lançou mão das mais variadas estratégias de dominação, recorrendo ao “mandonismo, ao paternalismo, ao ritualismo eleitoral, à manipulação dos movimentos políticos populares e ao condicionamento estatal do sindicalismo” (Fernandes, 1976, p. 208). Assim, parte da burguesia brasileira, já em fins de 1910, contrariando os princípios liberais, “clamava pela regulação do Estado, no sentido de controlar os trabalhadores e possibilitar de maneira ótima a acumulação” (Moraes, 2011, p. 46).

Entre os anos de 1931 e 1935, os trabalhadores organizaram novos movimentos grevistas e esse período ficou marcado por uma intensa atuação do movimento sindical. Praticamente todas as reivindicações que os trabalhadores apresentaram ao governo, nesse momento, foram incorporadas em leis, posteriormente, por Getúlio Vargas².

A partir de 1937, fez parte da agenda de governo de Getúlio Vargas o incentivo econômico às demais oligarquias agrárias, o estímulo à industrialização do país, a regulação do trabalho livre assalariado e o enfrentamento da “questão social” por meio de iniciativas políticas – “até então vista exclusivamente como questão de polícia”³ (Behring; Boschetti, 2009, p. 106).

A conjuntura sociopolítica e econômica desse momento histórico exigia do Estado a criação de mecanismos de socialização do proletariado. Demandava a criação de instituições que pudessem não apenas treinar e qualificar a mão de obra operária para o trabalho fabril, mas, especialmente, moldar física e psicologicamente esses trabalhadores às normas e rotinas industriais. Pois, segundo Yamamoto e Carvalho (2003, p. 136), as necessidades industriais chocavam-se com o despreparo da força de trabalho disponível, “do homem comum” recrutado para as atividades industriais⁴.

1 Já nesse período, segundo Mazzeo (1999), encontramos movimentos grevistas de caráter operário, especialmente no eixo Rio de Janeiro – São Paulo. No final do século XIX foram criadas as primeiras entidades organizativas dos trabalhadores e em 1906 aconteceu o primeiro Congresso Operário Regional Brasileiro, organizado pelo movimento operário revolucionário – direcionado por anarquistas. Na primeira década do século XX foram deflagrados cento e onze movimentos grevistas nas mais variadas regiões do Brasil. E apenas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, nos anos de 1917 a 1919, aconteceram mais de duzentas greves pautando as mais variadas reivindicações (Moraes, 2011).

2 “Em 1940, é implementado o salário-mínimo e, em 1943, temos a formalização da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), depois de quatro anos do início de sua elaboração” (Moraes, 2011, p. 60).

3 Não que Vargas não tenha também enfrentado com força e repressão policial os segmentos mais radicais do movimento operário que opunham-se ao seu governo. Mas, ele soube combinar essa atitude com uma grande iniciativa política: “(...) a regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares” (Behring; Boschetti, 2009, p. 106).

4 “Na medida em que se trata de uma ou duas gerações recém-integradas ao trabalho fabril, para as quais as formas de existência a que a industrialização capitalista sujeita o proletariado ainda não foram interiorizadas como naturais e imanentes, torna-se necessária uma ação externa que complemente a coerção existente no nível das relações de

Nesse sentido, constituiu-se a demanda para a profissão, pois surgiu a necessidade de se ter um profissional que pudesse atuar diretamente junto desses trabalhadores – e de suas famílias – auxiliando-os a organizar sua rotina, seu lar, de acordo com os recursos disponíveis. Aos assistentes sociais foi dada a “missão” de “elevar o proletariado a um padrão ético-moral, a uma racionalidade de comportamento ajustada à interiorização da ordem capitalista industrial” (Iamamoto; Carvalho, 2003, p. 138).

Nasce, assim, o Serviço Social, no Brasil, de maneira extremamente articulada a uma macro estratégia sócio-política estatal e a uma ação tática e doutrinária da Igreja Católica, exercendo um trabalho social com inegáveis efeitos políticos (Castro, 2006) que atendem muito bem aos interesses burguês-industriais.

Com isso, podemos considerar que os fundamentos sócio-históricos do Serviço Social consistem no determinado tratamento que se dá às expressões da “questão social” (Iamamoto; Carvalho, 2003) em um determinado momento histórico preciso que, mundialmente, se caracteriza pelo período monopolista (Netto, 1992) e, especificamente no Brasil, se constitui na “Era Vargas”. Estão, portanto, enraizadas na realidade concreta as bases fundantes de nossa profissão, os fundamentos que propiciam a sua gênese e ainda hoje a tornam necessária.

Nessa perspectiva, os fundamentos não se confundem com as fundamentações teóricas – as variadas matrizes de pensamento – que servem à esta profissão ao longo do seu desenvolvimento. Assim, diversos campos do pensamento vão oferecer subsídio teórico ao Serviço Social em diferentes momentos de sua história. É a partir dessas fontes teóricas que se busca a compreensão da profissão e a explicação da realidade sobre a qual o assistente social irá intervir. Estas diferentes matrizes de pensamento, no entanto, não alteram os fundamentos da profissão, algumas delas nem se preocupam em compreendê-los de fato.

Deste modo, temos certo que o único referencial teórico-metodológico capaz de descortinar a realidade e nos revelar concretamente os fundamentos do Serviço Social se constitui na teoria social de Marx. Sendo assim, para apreender esses fundamentos foi necessário apropriar-se do pensamento marxista, especialmente da produção marxiana, que pressupõe três dimensões indissociáveis: o método, a teoria do valor-trabalho e a dimensão revolucionária. Sendo que método e teoria do valor-trabalho se justificam pela perspectiva da revolução.

Apenas o campo do pensamento marxista se mostra capaz de desvelar a essência da “questão social”, que se constitui historicamente enquanto um conceito mistificador⁵, trazendo à tona que a sua raiz se encontra na contradição entre capital e trabalho. Essa reflexão nos permite situar a rebeldia enquanto elemento intrínseco à esta “questão social”.

produção e dos mecanismos extraeconômicos que se estabelecem no interior da empresa a partir desse âmbito” (Iamamoto; Carvalho, 2003, p. 137).

5 Netto, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

E isso pode nos fazer perceber as possibilidades de atuação profissional sobre as suas expressões não no sentido de abafar os conflitos, mas de potencializar as resistências. É nesse caminho que podemos construir ações que venham a contribuir nos processos políticos em curso, tendo em vista que a pobreza é o elemento aparente, mas a sociedade baseada na propriedade privada é o que estabelece essa condição e sem a superação da mesma não há superação das expressões da “questão social”.

Neste sentido, acreditamos que podem existir pistas importantes nos processos de diálogo e aproximação entre o Serviço Social e a pedagogia freireana, para a construção de ações socioeducativas junto aos segmentos da classe trabalhadora com os quais os assistentes sociais trabalham. Por isso, nosso objetivo nos itens que se seguem será apresentar brevemente alguns elementos da aproximação de nossa profissão com o pensamento de Paulo Freire, no momento de constituição da intenção de ruptura no processo de renovação do Serviço Social no Brasil. E, por fim, trazer algumas reflexões de como estas pistas podem nos ajudar a pensar os desafios contemporâneos.

O Serviço Social em diálogo com a pedagogia freireana

O diálogo que se estabeleceu entre assistentes sociais e as experiências de educação ancoradas na pedagogia de Paulo Freire só foi possível por conta do desenvolvimento da intenção de ruptura enquanto uma das vertentes do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, nos anos de 1970.

A gênese do Serviço Social, como vimos anteriormente, foi permeada, e até mesmo determinada, por elementos conservadores. O pensamento que oferecia suporte a esta profissão e as práticas que eram desenvolvidas no âmbito do Serviço Social tradicional estavam atrelados a um projeto de manutenção da ordem social burguesa. O avanço do entendimento crítico desta profissão só foi possível com o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, através da vertente denominada por Netto (2015) da intenção de ruptura que emergiu no círculo universitário.

Como aponta Netto (2015), foi na universidade que esta vertente ganhou força, pois esse era o espaço que ainda desfrutava de um pouco de autonomia, o que garantiu que a intenção de ruptura, ainda que com limitações, pudesse se desenvolver. Posto que os demais espaços ocupacionais colocados para a profissão, sobretudo empresas privadas e Estado, encontravam-se extremamente limitados e vigiados naquele contexto ditatorial.

Netto (2015) ressalta que a singularidade do processo de intenção de ruptura reside em sua dimensão ideopolítica, uma vez que seus ideais confrontam-se com o projeto de autocracia burguesa hegemônico em nosso país naquele contexto. Esse é o elemento que a distingue das demais vertentes⁶ de renovação da profissão no país. Sendo assim, a intenção de ruptura representou uma produção rica e complexa no campo

⁶ Perspectiva modernizadora e a Reatualização do conservadorismo.

teórico-metodológico, mas sua magnitude evidencia-se pela aproximação com as pautas dos movimentos populares, fundamentando a produção teórica com estratégias e táticas político-profissionais, vinculando-se a projetos societários revolucionários.

Destaca-se, nesse período, as greves de trabalhadores de Pernambuco, em 1963. A primeira com 85 mil grevistas e a segunda com 230 mil grevistas (Weffort, 1967). Além disso, o movimento de educação foi uma das várias formas de mobilização e conscientização das massas que ganhou centralidade no Brasil, atrelado ao crescente processo de participação popular, destacando-se o papel central dos Centros Populares de Cultura (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Nessa conjuntura, foram organizadas diversas campanhas de alfabetização por iniciativas da Igreja, de movimentos sociais e institucionais, sobretudo no nordeste, cuja expressão da desigualdade social e regional era mais evidente. Cerca de 15 milhões de nordestinos e nordestinas eram analfabetas/os numa população de 25 milhões de habitantes (Weffort, 1967).

Nesse momento, Paulo Freire, que já se valia de relevante experiência com a educação de jovens e adultos, desenvolveu uma abordagem que ganhou notoriedade internacional, ao alfabetizar cerca de 300 trabalhadoras e trabalhadores em, aproximadamente, 45 dias. Este processo de alfabetização guardou elementos fundamentais para a constituição de uma nova prática e concepção de educação, que tem se desenvolvido, historicamente, como um dos fundamentos da educação popular.

Paulo Freire foi demandado, institucionalmente, por veículos de fomento ao “progresso”, vinculados ao projeto desenvolvimentistas do país. O “progresso”, naquele momento, estava também atrelado à educação, à cidadania e à participação popular que seriam elementos necessários para inserção do povo na via política - através do **voto**.

No entanto, ainda que com as limitações impostas pelo período histórico, o processo de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire superou as demandas institucionais ao construir recursos e procedimentos metodológicos que foram caminhos importantes para um exame crítico da realidade. A partir da bagagem intelectual que detinham, do universo cultural próprio dos alfabetizandos, ele conseguiu estimular um processo de conscientização, de construção de nexos causais que fomentou a mobilização popular em torno das necessárias lutas por mudanças sociais.

Foi nesse contexto que se consolidou a aproximação do Serviço Social com Paulo Freire, sobretudo por meio da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESSPE). A ESSPE foi a terceira escola de Serviço Social a ser criada no país, em 1940, depois do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1971 ela foi incorporada à Universidade Federal de Pernambuco. Nessa Escola, Freire atuou como docente entre 1950 e início dos anos de 1960, ministrando a disciplina de “Pedagogia e Relações Humanas”. Foi nessa escola que se deu o momento inicial de sua produção intelectual (Soares, 2022, p. 9).

Essa primeira aproximação de nossa profissão com a pedagogia freiriana representou

um avanço quando o parâmetro é o Serviço Social tradicional. Esse diálogo foi importante para a construção de uma proximidade com os movimentos sociais e com as contradições da realidade brasileira.

No entanto, segundo Soares (2022), o que se consolidou como hegemônico no Serviço Social, naquele momento, foi uma atuação profissional voltada para o trabalho com grupos e comunidades em uma perspectiva desenvolvimentista. Não conseguindo contribuir, de fato, para o fomento da organização popular e para o processo de conscientização, focando na “responsabilização dos grupos e comunidades pela efetivação do “bem-estar” oferecido, e para dar respostas, através da intervenção profissional, que acelerasse o projeto desenvolvimentista” (Soares, 2022, p. 82).

O limite posto nesta experiência parece ter sido o de não conseguir superar o elemento mistificador da “questão social” – apontado por nós no item anterior deste trabalho. Nesta perspectiva, o Serviço Social acaba por contribuir com a lógica de que os sujeitos sociais são responsáveis por sua própria condição de subalternidade. Não conseguindo avançar no processo de conscientização que é a base da educação popular e da pedagogia proposta por Freire.

No que concerne à experiência construída na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), desenvolvida a partir de 1972, ficando conhecida como “Método BH”, podemos apontá-la como uma estratégia político-profissional elaborada por um grupo de assistentes sociais comprometido com a tentativa de rompimento com as bases tradicionais da profissão. Com esse intuito, esse grupo de profissionais buscou referências teórico-metodológicas marxistas, seguindo o caminho inicialmente construído pelo Movimento de Reconceituação⁷.

Suas formulações assentaram-se nas primeiras aproximações da profissão aos aportes da tradição marxista e da interlocução com outras áreas de conhecimento, aliada à perspectiva de compromissá-la aos interesses e às lutas das classes subalternas sob os ecos do Movimento de Reconceituação na América Latina (Batistoni, 2021, p. 72).

Desse modo, podemos afirmar que a experiência da ESS/UCMG tornou-se um marco na profissão, pois foi o início da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista no Brasil. Além disso, sua relevância deu-se pela aproximação que se consolidou com as Ciências Humanas; pela incorporação de docentes do núcleo de Ciências Sociais ao curso de Serviço Social; pela aproximação com o método básico chileno, expresso no conteúdo ministrado na disciplina de “Desenvolvimento de Comunidade”; na coordenação de estágios; na atuação orgânica junto ao movimento estudantil, vinculado à Juventude

7 “É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai so-correr-se da tradição marxista – e o fato central é que, depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu-se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco” (Netto, 2015, p. 148).

Universitária Católica (JUC); e na militância na Ação Popular (AP) que, além da politização dos processos educacionais, traziam as experiências do trabalho de comunidade, educação e cultura popular (Batistoni, 2021).

Mas, esta experiência também nos revela aproximações com o pensamento freiriano.

No projeto da ESS/UCMG, à semelhança das demais experiências de Reconceituação latino-americana, também se registra a influência de Paulo Freire. Esta, contudo, vai além de uma simples incorporação de suas ideias como uma pedagogia e, na verdade, se constitui mais como uma teoria do conhecimento ou uma epistemologia, coadunando-se a outras interlocuções, ainda que aparentemente paradoxais, expressas no projeto da Escola (Batistoni, 2021, p. 84).

A aproximação da ESS/UCMG com o pensamento freireano tinha como premissa a busca metodológica por uma leitura da realidade brasileira. No entanto essa interlocução desdobrou-se em equívocos, como apontado por Batistoni (2021) ao se referir sobre o projeto da Escola que

Considera que o objeto da atuação profissional é a “ação social da classe oprimida”, incorrendo em um simplismo teórico com desdobramentos práticos para o exercício profissional [...]. Esse objeto estava conectado ao objetivo meta “a transformação da sociedade e do homem”, através de objetivos meios, a conscientização, a capacitação e organização (Batistoni, 2021, p. 84).

Desta maneira, essa aproximação acabou contribuindo para a atualização de tendências messiânicas no Serviço Social. Isso porque ao reduzir a exploração do capital pelo trabalho ao elemento político da opressão, reduz-se esse processo a um elemento mistificador que vai de encontro ao que estava sendo gestado como salto qualitativo na análise do objeto da profissão (Batistoni, 2021).

Assim, a experiência da ESS/UCMG, bem como da ESSPE, apresentadas aqui como recortes específicos devido às limitações deste trabalho, são expressões dessa rica e contraditória aproximação do Serviço Social com a teoria e a prática de Paulo Freire. São aproximações limitadas devido às condições históricas postas de um momento que era também primário das formulações freirianas, mas que portam indicações de possibilidades que precisam ser revistas, revisitadas e resgatadas para a construção de diálogos mais aproximados entre assistentes sociais e os segmentos com os quais trabalha.

À GUIA DE CONCLUSÃO – ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O caminho central que tem nos guiado neste debate, comunga com o que Mota e Rodrigues apontaram (2020), no desafio do presente de conjugar a luta política com a reflexão teórica. Nesse sentido, apostamos na educação popular, enquanto ferramenta que auxilia uma estratégia determinada, que não se reduz a euforia do participativo, de

dinâmicas e exercícios sem objetivo determinado, mas trata-se, sobretudo, do instrumento que contribui para o processo de tradução, reconstrução e criação coletiva do conhecimento da realidade que só pode interessar à classe trabalhadora.

Um dos avanços da educação popular foi identificar o silenciamento histórico da classe trabalhadora e sua exclusão dos espaços formais de poder. Diante disso, elaborar procedimentos pedagógicos como forma de contrapor este silenciamento, criando espaços fundamentados pelo e para o diálogo nos parece relevante.

O diálogo pressupõe uma relação democrática entre os envolvidos, “educandos” e “educadores”, considerando a bagagem intelectual de cada um e criando formas de potencializá-las para uma leitura crítica da realidade. Com isso, convoca os sujeitos para o movimento, para o agir consciente sobre esta realidade, e não serem apenas espectadores dos acontecimentos.

Apresenta-se esse elemento tendo em vista que o projeto da condição de dependência desenha um contorno específico das classes sociais e uma forma particular de luta no país. A burguesia no Brasil não foi o sujeito revolucionário que trouxe consigo um projeto nacional e democrático pautado em reformas básicas para a consolidação do capitalismo. Ao contrário, seu projeto de modernidade optou pela manutenção de uma estrutura central de poder, sendo sustentado pelo autoritarismo e pelas desigualdades regionais do país (Fernandes, 1976).

O centro desse projeto se perpetua e se atualiza na realidade brasileira. Em tempos recentes houve a tomada de poder pelo projeto de extrema-direita que previa a miséria humana em todas as suas esferas. Houve, com isso, um processo de descenso da luta de classes, com a criminalização e perseguição dos movimentos sociais e partidos de esquerda, que ainda estão tentando retomar o fôlego. Além da descredibilização da educação, da ciência e o avanço do extremismo religioso.

Uma conjuntura de abissal desigualdade social, aprofundada no período da pandemia, com trabalhos cada vez mais precarizados e uma massa crescente de desempregados. Com isso, o Serviço Social lida com políticas sociais cada vez mais focalizadas e um campo de autonomia ainda mais restrito. Nesse sentido, evidencia-se um retrocesso no entendimento da “questão social” no campo conservador, na atual conjuntura, que põe em jogo os avanços da categoria obtidos nas últimas décadas.

O pragmatismo e a imediaticidade são características históricas do exercício profissional de assistente sociais, mas o desafio atual consiste em não se limitar a elas. Ao Serviço Social demandam-se cada vez mais resultados imediatos, o que demonstra a prevalência de uma compreensão sobre a profissão, em nossa sociedade, ancorada em uma visão pragmática e espontaneísta.

[...] por isso, a construção de estratégias e táticas pode ser um instrumento de suspensão desse cotidiano para que o assistente social possa estabelecer em seu exercício profissional elementos que ultrapassem a rotina por vezes

burocratizante das instituições. É nesse sentido que a própria formulação de táticas e estratégias de intervenção profissional pode se constituir numa importante estratégia de defesa de nosso projeto ético-político (Paula, 2016, p. 190)

Diante disso, reforçamos a aposta na educação popular como meio de fortalecer o projeto ético-político combinando o aprofundamento teórico, da leitura da realidade brasileira, com ações cotidianas que ultrapassem o imediatismo. Através, por exemplo, da elaboração de propostas de trabalho que contraponham ao silenciamento histórico da classe trabalhadora, participando e construindo com os sujeitos os espaços de controle social, como forma de aprofundamento da democracia, de ocupar espaços decisórios e fomentar a participação política mais ampla.

Enxergar os desafios postos no cotidiano por meio de uma leitura mais abrangente da realidade que nos revela as suas contradições – o que só o campo do pensamento marxista é capaz de nos oferecer –, potencializa o sentido de pertencimento de classe. Esse movimento pode impulsionar o desejo de mudança e um maior envolvimento com bandeiras de luta mais amplas, potencializando processos de mobilização e organização popular. Através desse processo, vai se forjando um novo olhar sobre a realidade, sobre si mesmo, construindo simultaneamente mudanças concretas na realidade ao passo que se moldam novos valores.

Desse modo, portanto, apostamos na importância de debruçar um olhar crítico e investigativo nas obras de Paulo Freire, mas articulado ao estudo de outros pensadores que possibilitem ter uma perspectiva mais ampla dos desafios da educação popular no Brasil e na América Latina.

Um grande desafio teórico-metodológico colocado para a Educação Popular indica um cenário esgotado, no que diz respeito às análises fragmentadas, temáticas, parciais, pragmáticas e/ou idealizadas. O tempo presente requer análises que recuperem o ponto de vista da totalidade e da historicidade, rearticulando conhecimento teórico e prática política, fortemente alicerçada na firmeza da convicção de que a “lógica do capital é irreformável” e na necessidade de construção do novo modo de produção, a sociedade sem classes (Paludo, 2015, p. 234).

Diante disso, percebemos que dialogar sobre educação popular, enquanto um campo prático e teórico, cabe situá-la em seu tempo histórico, pois responde a questões específicas de um determinado momento da história da América Latina e do Brasil. No entanto, têm elementos que transcendem aquela conjuntura, dizendo respeito a questões estruturais, desafios ainda candentes em nossa realidade social o que justifica aprofundar sua análise ainda hoje.

Por isso, o presente trabalho buscou traçar, em linhas gerais, os desafios da articulação do Serviço Social com a pedagogia freiriana. Não trata-se de uma vistoria minuciosa deste passado, mas da tentativa de demonstrar que esta aproximação inicial

esteve permeada de desafios, limitada tanto para a profissão, que estava experimentando um primeiro movimento de renovação que, por si só, já abarcava um número significativo de descompassos, quanto para uma produção intelectual de Freire que estava em sua fase primária, ainda sem o acúmulo de experiências posteriores que adensariam suas formulações.

Diante disso, apostamos na importância de revisitar e atualizar, por uma perspectiva crítica, as aproximações com educação popular como ferramenta para contribuir na superação dos desafios atuais colocados para a profissão. Sendo assim, sua importância se justificaria ainda pelo compromisso em desvelar o processo que constitui a “questão social”. A necessidade de recuperar a dimensão da luta de classes, da resistência, da mobilização, tendo em vista que o fundamento das expressões da “questão social” está no âmbito da economia política, mas o seu tratamento tem sido pela via do assistencialismo.

REFERÊNCIAS

BATISTONI, M.R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, M.V e SANTOS, C.M (Orgs.). A história pelo avesso. A Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MOTA, A.E e RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: Katálisis, vol 23, n.2.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64 / José Paulo Netto. 17. ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

PALUDO, Conceição. In: Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. Considerações finais. In: PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de Paula. Estratégias e táticas - reflexões no campo do Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen, 2016.

SOARES, Luanna Barbara Cavalcanti. Paulo Freire e a Escola de Serviço Social de Pernambuco [livro eletrônico] / Luanna Barbara Cavalcanti Soares. --1. ed. - Recife, PE: Editora da Autora, 2022.

WEFFORT, F. Educação e Política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. Prefácio. In: FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Data de submissão: 02/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Sandra Delarmelina Andrade Ulyana

Assistente Social, Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – EMESCAM, Especialista em Saúde Pública – pela UFF (Universidade Federal Fluminense)

Janice Gusmão Ferreira de Andrade

Assistente Social, Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – EMESCAM, Mestre e Doutora em Serviço Social – PUC/SP

RESUMO. Este estudo analisa o processo de constituição da assistência social como política social a partir da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social. Busca compreender através de uma pesquisa bibliográfica os elementos centrais que vem contribuindo para que a assistência social enfrente na atualidade movimentos de mudanças, tensões e retrocessos. Conclui que, o cenário de agravamento do neoliberalismo

e conservadorismo recentes tem provocado o desmonte de direitos e consequentemente a ampliação das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Constituição Federal de 1988; Neoconservadorismo; Ultraneoliberalismo; Direitos Sociais.

ABSTRACT: This study analyzes the process of establishing social assistance as a social policy based on the Federal Constitution of 1988, the Organic Law on Social Assistance of 1993, the National Social Assistance Policy and the Unified Social Assistance System. It seeks to understand, through bibliographical research, the central elements that have contributed to social assistance currently facing movements of change, tensions and setbacks. It concludes that the scenario of worsening recent neoliberalism and conservatism has caused the dismantling of rights and consequently the expansion of social inequalities.

KEYWORDS: Social assistance; Federal Constitution of 1988; Conservatism; Ultra-neoliberalism; Social rights.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca discutir e analisar a política de Assistência Social a partir do registro dos processos de mudanças por que passou esta área pós Constituição Federal de 1988, sinalizando que a Constituição Cidadã é um marco fundamental desse processo pois reconhece a assistência social como política social que, junto com as políticas de saúde e de previdência social passam a compor o sistema de seguridade social brasileiro.

Desta forma, através da análise do movimento de construção dessa política social com suas concepções, ações e práticas, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica de estudos e autores afins à temática para discussão acerca dos avanços e desafios enfrentados pela assistência social no Brasil.

Inicialmente aborda-se aspectos da Constituição da Assistência Social enquanto política pública a partir da Constituição Federal de 1988 e os marcos normativos LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e SUAS (Sistema Único da Assistência Social), destacando que, esta pode ser caracterizada como uma área em permanente transformação e que enfrentou pequenas e grandes lutas até se institucionalizar.

Analisa-se em um segundo momento o cenário de Neoconservadorismo e Ultraneoliberalismo vivenciado nos últimos anos e suas repercussões na Política de Assistência Social, destacando que considerar tais mudanças e desmontes ocorridos neste período é fundamental especialmente no momento atual, em que o país luta para fortalecer sua democracia e as diretrizes da Constituição Cidadã de 1988.

Neste sentido, há que se buscar constantemente o envolvimento de diferentes atores (sociedade civil, poder público) no processo de afirmação da política de Assistência social como direito socialmente constituído, através de mobilização permanente dos envolvidos com a política buscando afirmá-la, consolidá-la e aproximar os textos legais de novas práticas voltadas para a garantia e efetivação de direitos.

2 | ASSISTÊNCIA SOCIAL: TRAJETÓRIA E CONCEITUAÇÃO

A Assistência Social no Brasil possui sua trajetória sócio-histórica marcada pelas particularidades herdadas da formação do Estado brasileiro, de caráter conservador, de cunho populista desde a formação da sociedade capitalista. A Assistência Social ganha status de Política Pública somente na Constituição Federal de 1988, quando é instituída a Seguridade Social Brasileira baseada no tripé: saúde, previdência e assistência social.

Sposati (2007b, p. 438) afirma que para analisar a especificidade/particularidade da política de assistência social no Brasil é necessário entender que estamos tratando de um objeto sócio-histórico, econômico e geograficamente situado e que, portanto, estamos diante de uma dada relação de forças sociais, econômicas e políticas que constrói o formato do regime brasileiro de assistência social.

Neste contexto, Costa, Pralon e Vita (1998, p. 7), destacam que:

Até 1930 pode-se afirmar que a assistência social no Brasil apresentou um caráter eminentemente filantrópico, cujas iniciativas e ações ficavam a cargo da rede de solidariedade da sociedade civil, especialmente daquelas de cunho religioso, a exemplo das Santas Casas de Misericórdia. Em outras palavras, ao menos até esse período, a pobreza não era apreendida enquanto expressão da questão social, mas tratada como disfunção pessoal dos indivíduos. Entretanto, o crescente processo de industrialização, iniciado entre fins do século XIX e início deste século, principalmente em São Paulo, acabou por contribuir para uma alteração desse quadro.

Com o crescimento e aprofundamento da industrialização durante as décadas de 1940 e 1950, a Questão Social começa a ser incorporada na agenda pública. Para Iamamoto e Carvalho (2006), o que transforma a Questão Social na agenda pública como problema de política e não como caso de polícia é a entrada da classe trabalhadora no cenário político da sociedade, entrada que vai evidenciar a oposição de forças existentes entre burguesia e proletariado. A partir disso, os autores definem a questão social como:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Iamamoto; Carvalho, 2006, p. 77).

No Brasil, foi a partir do governo de Getúlio Vargas, popularmente conhecido como período Vargas, que o Estado passou a se envolver com questões sociais com a intenção de acalmar a revolta de trabalhadores e exercer um mecanismo de controle sobre os sujeitos beneficiados; neste mesmo período denominado Estado Novo (1937-1945) surgem as primeiras instituições de assistência social. Couto (2008) destaca que, “o perfil das políticas sociais do período foi marcado pelos traços do autoritarismo e centralização técnico-burocrática, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias” (Couto, 2008, p. 103).

Uma das instituições criadas foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituída em 1942, a mais notória de todas as instituições assistenciais da época. A LBA era comandada pelas primeiras-damas e tinha como objetivo realizar ações clientelistas, de caráter filantrópico como instrumento de controle social e político, sob pauta dos interesses dos governos vigentes. “[...] a LBA representou o braço assistencialista do governo [...], esse traço clientelista e vinculado à benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política assistencial brasileira” (Couto, 2008, p. 103).

Couto (2008) menciona ainda que, outras entidades foram criadas nessa mesma década (1940) para reforçar o enfoque assistencialista e clientelista, como a Fundação Leão XIII, em 1946, sob articulação do Estado e da Igreja Católica, e o Serviço Social da

Indústria (SESI), visando atuar no bem-estar do trabalhador da indústria.

Para Iamamoto e Carvalho (2006), as políticas sociais da época se subordinavam aos interesses políticos e econômicos das instituições que eram responsáveis por sua administração, ou seja, eram subordinadas aos interesses das classes dominantes e serviam ao propósito de garantirem a reprodução da força de trabalho necessária à ampliação do capital.

Finalizada a Era Vargas e o período populista (1946-1964) caracterizado por intensas tensões políticas e pela política desenvolvimentista, em 1964 é instalado o Regime Militar que vai perdurar até 1985 trazendo diminuição de recursos para as entidades assistenciais instituídas. Neste período ditatorial, o Estado propunha apenas programas assistenciais com “a intenção de obter apoio ao regime e despolitizar as organizações dos trabalhadores” (Sposati, 2008, p. 50).

Nas décadas de 1970 e 1980 há traços conservadores e assistencialistas marcantes cuja expressão mais atenuante que marca o cenário nacional é o nível de pauperização da maioria da população (Sposati, 2008).

Couto (2008) destaca que ainda na década de 1980, a pressão dos movimentos populares pelo fim da ditadura culminou num marco histórico, “em 1982 o país viveu um forte movimento das massas, que concentrou uma multidão nas principais cidades, em defesa de eleições diretas para presidente: era o movimento ‘diretas já’” (Couto, 2008, p. 135).

O movimento pelas “Diretas Já” foi uma mobilização política de cunho popular que resultou em um momento histórico de grande relevância para a política brasileira contemporânea, de participação e mobilização da população, de abertura política, e de construção de militância em torno das eleições diretas e da votação da Emenda Dante de Oliveira. Teve como objetivo a retomada das eleições diretas ao cargo de presidente da República no Brasil, durante a ditadura militar. Naquele momento histórico foram realizados diversos comícios pelo Brasil com a participação de políticos e de artistas gritando pela mudança e com forte pressão popular pelo voto direto (Coutinho, 1984).

Todo este movimento e a militância por uma nova ordem política resultou na edição da Constituição Federal de 1988, que determina uma nova estrutura para o campo das políticas sociais, dentre elas, a destinada à assistência social. É imprescindível afirmar com base em Costa, Pralon e Vita (1998) que, a mudança mais significativa na trajetória da assistência social irá ocorrer com o fim da Ditadura Militar, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que instituirá a Assistência Social como um dos pilares da seguridade social brasileira, reafirmando a dimensão social da cidadania e a universalidade dos direitos.

A Constituição Federal de 1988 é um marco fundamental na garantia dos direitos sociais, pois é a partir dela que a assistência social, passa a ter *status* de política de seguridade social e a ser um direito do cidadão e um dever do Estado. “As políticas de

previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e reestruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social” (Boschetti, 2009, p. 8).

De acordo com o Artigo 194 da CF, “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988, p.113).

A Assistência social é abordada diretamente na Constituição Federal de 1988 no Título VIII Da Ordem Social, Capítulo II Da Seguridade Social, Seção IV Da Assistência Social, artigos 203 e 204; o artigo 203 destaca que “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social [...]”. (Brasil, 1988, p. 118).

Neste panorama, a Constituição de 1988 delimita o início de um novo ciclo na assistência social brasileira. Sposati (2004, p. 42) destaca que a assistência social, garantida na Constituição Federal de 1988, contesta o conceito de:

[...] ‘população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal’ tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre.

Yazbek (2004, p. 26) enfatiza essa construção:

Com a Constituição de 1988, tem início a construção de uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Loas em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

A assistência social conquistou no Brasil um novo lugar, mesmo com resistências e embates. Há muito que se comemorar, no entanto, também há preocupações vigentes que exigem enfrentamentos para consolidação de uma política social pública, efetiva e de qualidade para a população mais vulnerável.

3 | MARCOS NORMATIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: LOAS, PNAS E SUAS

O status de política pública de proteção social adquirido na Constituição Federal de 1988 vai requerer da Assistência Social mudança radical do processo de produção e gestão dos serviços socioassistenciais e trazer novas exigências, entre elas a expansão da leitura da realidade e do domínio institucional das situações de desproteção social. A partir disso, torna-se inadmissível que um órgão gestor permaneça ausente da leitura de incidência de necessidades individuais e coletivas de proteção social (Brotto; Sposati; Senna, 2016).

Para Brotto (2016), a Assistência Social nas últimas décadas pode ser caracterizada como uma área em permanente transformação e marcada por processos significativos que

vão desde o crescimento e organização dos movimentos sociais organizados na defesa de direitos sociais até o crescente conjunto de normatizações, que buscam regulamentar princípios de diretrizes democráticas e de acesso universal às políticas.

Neste sentido, algumas normativas passam a ser necessárias para regular todo este processo de constituição desta política pública como direito do cidadão e dever do Estado.

Uma das normativas instituídas após a Constituição de 1988 para regulamentar o texto constitucional foi a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que após longo processo de luta, negociações e confrontos entre a sociedade civil organizada, agentes sociais, parlamentares, governo federal e profissionais, é promulgada no ano de 1993, colocando definitivamente a assistência social como um direito social não contributivo, estabelecendo seus princípios e diretrizes, bem como a proteção social a ser garantida por meio de serviços, benefícios, programas e projetos (Faleiros, 2000, p. 51).

A LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1.993, prevê em seu artigo 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993, p. 01)).

Conforme enfatiza Mestriner (2001), a LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social também situou os princípios doutrinários e organizativos da área, enfatizando o princípio da democratização, da descentralização, equidade e complementaridade entre o poder público e a sociedade através de um sistema de gestão descentralizado e participativo.

A partir da LOAS e das discussões democráticas subsequentes, foi deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 2003, a aprovação da Resolução nº. 145/04 do Conselho Nacional de Assistência Social, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Nacional de Assistência Social, que trata da instituição da Política Nacional de Assistência Social, outro marco normativo fundamental para a área, construída a partir de participação popular e discussões realizadas em todos os estados brasileiros por meio de fóruns e conferências (Freitas; Guareshi, 1993).

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 vai trazer relevantes orientações ao definir claramente o campo de proteção Social não contributiva de assistência social (Yazbek, 2006).

Para Yazbek (2006, p. 129):

A política Nacional de Assistência Social em vigor a partir de 2004 ocupa um lugar de destaque no (re) desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. A construção e implementação do SUAS, requisito essencial da Loas para dar efetividade à assistência social como política pública, vem se caracterizando como uma das prioridades da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Segundo Behring e Boschetti (2016), a PNAS estabeleceu-se como forma de concretizar o conteúdo da LOAS e numa promessa de realização do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Neste panorama, a Política Nacional de Assistência (PNAS) 2004 representa o alicerce para a materialização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dentro de um padrão gerencial bastante inovador, considerando toda a trajetória da assistência social no Brasil (Behring; Boschetti, 2016).

Diante deste contexto de amadurecimento e legitimação, em 2005, a assistência social passa por um novo reordenamento técnico, jurídico e político com a implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

O SUAS, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, Cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (PNAS/2004, p. 39).

Sposati (2005, p. 42) confirma a importância da instituição do SUAS para a efetivação dessa política:

A necessidade da criação de um sistema de assistência social descentralizado, participativo e com garantias de alocação de recursos financeiros, superação da fragmentação, da descoordenação, da superposição de programas sociais, introdução do controle do setor público sobre os recursos repassados às entidades privadas com mecanismos de avaliação e controle social.

Para Brotto (2016), o fortalecimento da política de assistência social a partir de 2005 em torno da implantação de um Sistema Único de Assistência Social agrupa todos os avanços defendidos pela LOAS para seu reconhecimento legal, buscando aprimorar e expandir bases jurídico-normativas especialmente com a criação de equipamentos públicos estatais e a qualidade do atendimento prestado.

Posteriormente a Lei nº 12.435/11 altera a LOAS (Lei nº 8.742) e se constitui no grande marco legislativo por inscrever o Suas na Loas, assim como as funções e equipamentos de referência essenciais da política. Esta Lei teve como principais objetivos legitimar as práticas já em curso na Assistência Social e estabelecer segurança jurídica para os gestores federais, estaduais e municipais (Silveira, 2017).

Desta forma, a partir da publicação da Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que alterou dispositivos da Loas (1993) e instituiu legalmente o Suas, a gestão da área da assistência social passou a ser organizada mediante a cooperação técnica e gestão

compartilhada de um sistema descentralizado e participativo. Neste momento, também, se expôs a necessidade do fortalecimento do pacto federativo do Suas, que determina o cofinanciamento da política de assistência social por parte dos três entes federados (União, Estados, Municípios) como elemento fundamental do aprimoramento da gestão do Suas (Silveira, 2017).

Para Silveira (2017), os avanços no campo normativo-jurídico acompanharam os direcionamentos técnico-políticos, tornando-se de certa forma uma estratégia para garantir maior segurança na transição de governos e permanência nos procedimentos de transferência de recursos, sob a fiscalização dos órgãos de controle social.

No entanto, Behring e Boschetti (2016) sinalizam que este processo de concretização da Assistência Social em política pública foi lento, pois ele teve que enfrentar características históricas como a morosidade na normatização legal, a focalidade e a seletividade na abrangência da população usuária.

A linha histórica de normatizações da política de proteção socioassistencial brasileira representa a possibilidade efetiva de consolidar a Assistência Social como política pública de proteção social. No entanto, apesar de todas estas conquistas através de militância e engajamento de vários atores, o grande desafio atualmente é romper com as práticas tradicionais baseadas na lógica do favor, desfinanciamento, conservadorismo, e se integrar efetivamente à seguridade social como um amplo sistema protetivo articulado às demais políticas sociais (Behring; Boschetti, 2016).

4 | ULTRANEOLIBERALISMO, NEOCONSERVADORISMO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil mostra o tortuoso caminho de resistências, continuidades e rupturas pelas quais esta política percorreu até se firmar enquanto política pública. Desta forma, é necessário destacar não só os avanços, mas também os desafios enfrentados por esta agenda para se firmar enquanto dever do Estado e direito de quem dela necessitar.

Paralelamente a todas as conquistas e progressos verificados na Política de Assistência Social no Brasil, Yazbek (2004, p. 19) afirma que, percorrendo a construção da história da efetivação da assistência social como política de direito, o dilema que sempre perpassou esta política é superar seu caráter assistencialista, ou seja, “a identificação da Assistência Social com o assistencialismo e a filantropia ainda é parte dos desafios a serem enfrentados nesta área”. Essa característica acompanha o papel assumido por essa política e a subordina aos ajustes econômicos e às regras de mercado. De tal modo, a assistência social brasileira é moldada dentro da esfera pública estatal, num perfil focalizado, despolitizado e refilantropizado (Yazbek, 2004).

[...] “na árdua e lenta trajetória rumo à sua efetivação como política de direitos, permanece na Assistência Social brasileira uma imensa fratura entre o

anúncio do direito e sua efetiva possibilidade de reverter o caráter cumulativo dos riscos e possibilidades que permeiam a vida de seus usuários” (Yazbek, 2004, p. 26).

Neste sentido, a trajetória da política de assistência social no Brasil tem sido caracterizada por vinculações ideológicas, religiosas e políticas, que mais tem favorecido o não direito de cidadania, do que sua expansão (Brotto; Sposati; Senna, 2016).

Nogueira (2004) destaca que no período posterior à Constituição Federal de 1988, apresentam-se fortes inspirações neoliberais nas ações do Estado no campo social, e a partir disso, as políticas sociais assumem características seletivas e compensatórias, e o Estado passa a se desresponsabilizar da gestão das necessidades e demandas dos cidadãos e a transferir as suas responsabilidades para as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para o mercado. Ou seja, o processo de Reforma do Estado, iniciado na década de 90, “trabalharia em prol de uma redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado, tendo como objetivo alcançar um Estado mais ágil, menor e mais barato” (Nogueira, 2004, p.41).

No que se refere às Políticas sociais a partir dos anos 1990, Bering e Boschetti complementam que,

[...] a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização (Behring; Boschetti, 2016, p.156).

É importante destacar que nos últimos anos, principalmente a partir do ano de 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff, estão ocorrendo sucessivos ataques e desmontes no SUAS e nas demais políticas públicas sociais ocasionando no acirramento da questão social e aumento da desigualdade social (Brotto; Sposati; Senna, 2016).

Nalesso, Rizzotti e Mustafa (2021, p.220) destacam que,

[...] se assiste no Brasil a um conjunto de medidas e reformas que interferem diretamente nos direitos sociais da classe trabalhadora, a exemplo das reformas da previdência e trabalhista e da Emenda Constitucional 95 que congelou gastos sociais por 20 anos e que tem tido forte reflexo no sistema de proteção.

Enfatizando tal concepção, Antunes (2020) afirma que está em andamento recentemente uma densa mudança neoliberal no padrão de acumulação, com hegemonia financeira e exponencial desenvolvimento das tecnologias de base microeletrônica e do universo maquínico-informacional-digital, que se expressa nas (contra) reformas

trabalhista e da previdência social, na ampliação das privatizações, na destituição de direitos e nos ataques à democracia. Sinaliza ainda que, estamos vivenciando um cenário de sucateamento das políticas sociais, de crescimento do desemprego, do trabalho desprotegido e intermitente, da fome e da insegurança alimentar.

Para Silveira (2017) tal cenário de avanço do neoliberalismo tem gerado fortes repercussões no SUAS que se vê minado em suas bases estruturantes, ou seja, o que se visualiza é um contexto de desmonte dos sistemas estatais, de contrarreformas e perda de direitos conquistados, de subordinação da política social à política fiscal, conduzida na aliança entre oligarquias, capital e corporações.

O neoliberalismo que tem influenciado o desmoronamento das políticas sociais a partir da década de 1990, é definido por Dardot e Laval (2016) como mais que uma doutrina econômica, trata-se de uma nova racionalidade que desgasta as relações sociais, transforma sujeitos em concorrentes e produz a mercantilização da instituição pública, levada a funcionar de acordo com a lógica da concorrência e da competição sem limites. Neste sentido, as políticas sociais também passam a ser subordinadas à lógica neoliberal.

Antunes (2020) observa que o neoliberalismo devasta a economia e o trabalho, que passa, a sofrer as mais diversas formas de desregulamentação, informalidade, flexibilização, intensificação, provocando sofrimentos e adoecimentos, e fragilizando as resistências e lutas coletivas.

O contexto favorável ao neoliberalismo presente no país a partir da década de 1990 foi primordial para o desenvolvimento de uma política econômica que favorece os ganhos econômicos em detrimento dos avanços sociais. Os conflitos econômicos existentes no Brasil foram resultado de um Estado que não assumiu compromissos redistributivos e o “conceito retardatário, híbrido, distorcido ou inconcluso da seguridade social brasileira, conforme apontam importantes pesquisadores do tema, encontrou dificuldades antigas e novas ainda maiores para se consolidar” (Behring; Boschetti, 2016, p. 158).

Conforme Faleiros (1991) este panorama indica que as políticas sociais brasileiras estão relacionadas diretamente às condições do país em níveis econômicos, políticos e sociais. Já Barroco (2015) traz à tona a discussão sobre o avanço do neoconservadorismo e do neofascismo no mundo e no Brasil contemporaneamente, destacando que a direita e extrema-direita tem se inserido em funções e cargos políticos, na direção de partidos políticos e movimentos sociais, e diante disso a ala progressista está desafiada a resistir aos retrocessos e avançar na construção de uma agenda dos direitos humanos e de defesa da democracia e da vida, sempre com a reorganização dos sujeitos coletivos e militância democrática.

O Neoconservadorismo é definido por Sierra, Veloso e Zacarias (2020) como um projeto político com objetivos notadamente políticos e características de disputa pela hegemonia na direção normativa e religiosa, que avança com base na combinação entre o arcaico e o novo, sendo este último uma expressão da força política dos evangélicos.

Sinalizam que o neoconservadorismo brasileiro associa a moral cristã evangélica com a defesa das armas apresentando em sua proposta a religião como instrumento de integração social e o código penal como elemento de defesa da sociedade de livre mercado. Desse modo, incentiva a acumulação capitalista, o declínio das forças das ideologias de esquerda, a capacidade de organização da classe trabalhadora pelos sindicatos e a quantidade de empregos e o recuo do Estado nas políticas sociais.

Já o neofascismo, segundo Demier (2020) se configura como restrição das liberdades democráticas e a naturalização dos desvalores:

A alternativa neofascista estava posta, e ela incluía não só as contrarreformas neoliberais, como também, e mesmo principalmente, a negação da ciência, a rejeição às vacinas, a desconfiança do formato esférico da Terra, o fim da cultura, o desprezo pelo pensamento, o avanço da repressão à esquerda, o aumento do preconceito, a perseguição aos oprimidos (Demier, 2020, p. 93).

É possível verificar nos cenários Nacional e Mundial, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, a ascensão da ofensiva neoliberal (o ultraneoliberalismo) que é um dos fatores que contribuiu para produzir um novo conservadorismo reacionário e proto-fascista, motivados pelos imperativos do capital financeiro hipertrofiado (Mota; Rodrigues, 2020).

O neo, o pós-neo e agora o ultraneoliberalismo, todos, sem exceção, reforçaram os instrumentos de blindagem, a propaganda e as instâncias coercitivas do Estado de maneira a bloquear qualquer opção proveniente dos setores populares, mesmo que estes lutassem apenas para fazer cumprir a própria Constituição. Enquanto política de Estado, o mais recente ultraliberalismo mais uma vez favorece os grandes proprietários, definindo-os como destinatários privilegiados dos benefícios fiscais, das rendas derivadas das dívidas públicas, além de garantir, através de intensas pressões, a redução seletiva de impostos para os grupos dominantes (ou fechando os olhos do Estado quando se trata de procedimentos ilegais levados a efeito pelos... empresários liberais). Finalmente, a doutrina liberal estimula o empresariado – as classes dominantes – a inventar caminhos por dentro do Estado para apropriar-se de bens e de atividades públicas como espaço próprio e pasto de lucros e de retornos privados (Fontes, 2020, p. 11).

O ultraneoliberalismo pode ser caracterizado como uma nova versão da agenda neoliberal, com traços extremamente conservadores e mais perversos, sendo que, essa intensificação e crescimento do neoliberalismo fez surgir a chamada “avalanche ultraneoliberal”, que se manifesta diante das aceleradas perdas de direitos sociais, com mais exploração da força de trabalho, ampliação dos níveis de pobreza, do desemprego e da fragmentação social. A partir disso, houve a redução do alcance das políticas sociais, tornando-as principalmente mecanismos de superação da pobreza como consequência da reorganização do capital (Freire; Cortes, 2020).

Neste contexto, Borges e Matos (2020) narram que a associação do ultraneoliberalismo com o neoconservadorismo constitui um fenômeno do mesmo movimento de acumulação e hegemonia do capital financeiro. Ou seja, o neoconservadorismo acompanha o avanço do

neoliberalismo e se fortalece no movimento de radicalização política que sucedeu as crises políticas e econômicas do século XXI, principalmente a crise de 2008, e a partir daí há a ascensão da extrema direita brasileira incentivada por neoconservadores e neoliberais e seu projeto de classe que negam direitos sociais e incentivam as mais variadas formas de exclusão social.

É preciso considerar que esta conjuntura política, social e econômica vivenciada pela Política de Assistência Social sugere compreender os limites e empecilhos de ordem estrutural que comprometem a sua efetividade e fazem com que ainda permaneça um abismo entre os direitos garantidos constitucionalmente e a sua efetiva afirmação (Brotto; Sposati; Senna, 2016).

Brotto (2016) enfatiza que a busca pela superação de práticas assistencialistas, clientelistas, desarticuladas, fragmentadas continua constante, inclusive na contemporaneidade, cujas características persistem, apresentando-se “sob novas configurações e expressões, marcas da história e da cultura política de um país dependente e subserviente aos interesses de quem detém poder e domínio das forças e estruturas do capital” (Brotto, 2016, p. 09).

Complementa ainda que, superar as raízes dessa historicidade requer superar inicialmente o entendimento sobre o significado desta política e a representação subalterna culpabilizadora dos segmentos mais vulneráveis. Garantir direitos requer colocar a assistência social como instância promotora de proteção social e, assim, garantidora de mínimos sociais “a quem dela necessitar – instaurando-se aí as ambivalências em suas interpretações e, assim, novas reflexões sobre quais as reais seguranças sociais se busca garantir” (Brotto, 2016, p. 11).

Concluindo, Trindade (2011) aponta que, todo o panorama apresentado configura uma realidade social que é movida por contradições e processos de negação e mostra que há possibilidades de resistências e oposições a esse contexto, há processos de contra-hegemonia em curso na sociedade, da mesma forma que sempre houve em toda a trajetória desta política pública. Assim, para superar estas ambiguidades enraizadas e retrocessos, é fundamental progredir na organização política das esquerdas e das forças progressistas, na defesa da vida, da natureza, da democracia, dos direitos humanos e em busca de uma sociedade emancipada e livre.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a assistência social nasceu como prática de benesse/ajuda/filantropia e posteriormente após forte resistência e embates políticos e sociais adquiriu status de política social na Constituição Federal de 1988; sua trajetória histórica demonstra que sua institucionalização não esteve livre dos condicionamentos sociais e econômicos que dão materialidade aos conflitos que se originam da apropriação privada dos meios de produção,

e que a torna atualmente em franco processo de institucionalização, de profissionalização e de alcance de racionalidade técnica e política.

Todos estes fatores evidenciam que os regramentos estabelecidos na Constituição Federal, na LOAS, na Política Nacional de Assistência Social e no SUAS – Sistema Único de Assistência Social, isoladamente, são incapazes de modificar de imediato o legado das práticas de assistência social baseados na ajuda, na filantropia e no clientelismo. Há que se buscar sempre o debate, a militância, e o engajamento de todos os envolvidos no processo de gestão da Política de Assistência Social, em todos os níveis da federação (União, Estados, Municípios), estimulando os movimentos de pressão e negociação permanentes em prol das garantias de que a política seja colocada em prática conforme preconizada, mesmo sendo este um processo contraditório, árduo e lento.

É importante destacar que, o Brasil vive nos últimos anos um contexto de intensificação da agenda neoliberal e conservadora que gera repercussões para a vida da população e principalmente para os setores mais vulneráveis, com desmonte de direitos sociais e políticas públicas focalizadas, fragmentadas e não universais.

Portanto, muitos são os desafios a serem enfrentados, mas o SUAS representa no momento a possibilidade real de consolidar a Assistência Social como política pública de proteção social e integrada de forma efetiva à seguridade social, constitutiva de um sistema amplo de proteção social articulado às demais políticas sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0.** In: ANTUNES, R. (org.) *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.* São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROCO, Maria Lucia S. **Não passarão:** ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2016.

BORGES, Maria Elizabeth S.; MATOS, Maurílio Castro de. **As duas faces da mesma moeda:** Ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil na atualidade. In: *Políticas sociais e Ultraneoliberalismo.* Organização: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 71-87, 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social no Brasil:** conquistas e limites à sua efetivação. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Orgs.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.** Brasília, DF: Senado, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília - DF, 2004.

BROTTO, M.; SPOSATI, A.; SENNA, M. Apresentação. In **Assistência Social: política e pública**. Organização: Broto, M; Sposati, A; Senna, M. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

BROTTO, Márcio Eduardo. **Prefácio**. In Assistência Social: política e pública. Organização: Broto, M; Sposati, A; Senna, M. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 11-17, 2016.

COSTA, V; PRALON, E; VITA, A. **Reforma das Políticas Sociais num Contexto de Descentralização: o papel dos Programas Municipais de Garantia de Renda Mínima no combate à pobreza**. CEDEC, Caderno n. 65, 1998. Disponível em: <www.cedec.org.br/files_pdf/cad65.pdf>. Acesso em 23 Out. 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2008.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christina. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe. **Burguesia e pandemia: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro**. In: Políticas sociais e Ultraneoliberalismo. Organização: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 89-101, 2020.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil**. In: Capacitação em serviço social e política social, módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação aberta, Continuada a Distância, 2000.

FONTES, Virginia. **Prefácio na tragédia da pandemia**. In: Políticas sociais e Ultraneoliberalismo. Organização: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 11-17, 2020.

FREITAS, Cristiane Redin; GUARESHI, Pedrinho A. **A assistência social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições**. Dialogo, n. 25, abr. 2014.

FREIRE, S. M.; CORTES, T. L. Políticas de combate à pobreza e avalanche ultraneoliberal: aportes para reflexão. **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**, [S.L.], p. 27-52, 7 dez. 2020. Navegando Publicações. <http://dx.doi.org/10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.27-52>. Acesso em: 18 mar. 2024.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MOTA A. e RODRIGUES M. **Legado do congresso da virada em tempos de conservadorismo reacionário**. Revista Katalysis, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago, 2020.

NALESSO, Ana Patrícia; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; MUSTAFA, Sâmia Machado. **Desmonte da proteção social**: uma análise da implementação do auxílio emergencial. *Temporalis*, ano 19, n.37, p. 219 – 236. Brasília, 2021.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

SIERRA, Vânia Morales; VELOSO, Renato dos Santos; ZACARIAS, Ellen Cristina Pereira. **Neoconservadorismo, Estado e Vigilância**. In: Políticas sociais e Ultraneoliberalismo. Organização: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M.F.. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 53-69, 2020.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Assistência Social em Risco**: conservadorismo e luta social por direitos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.120>. Acesso em 01 nov. 2023.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão de análise. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Assistência social**: de ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, São Paulo, n. 10, p. 435-458, jul.-dez. 2007b.

_____. **Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS**. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XXV, nº78, mensal, jul. 2004.

_____. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. São Paulo: Cortez, 2005.

TRINDADE, José Damiano de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels**: emancipação política e emancipação humana. São Paulo: Alfa-Ômega, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambiguidades da assistência social brasileira após 10 anos de LOAS**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 25, n. 77, 2004.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

CAPÍTULO 4

A FOME COMO “QUESTÃO SOCIAL” E A EXPERIÊNCIA DOS AGENTES POPULARES DE ALIMENTAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Data de submissão: 02/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Luís Eduardo da Rocha Maia Fernandes

Historiador e doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor substituto do Departamento de Métodos e Técnicas do Serviço Social na UFRJ e do IFSP-Campus Cubatão.

Maria Angélica Paixão Frazão

Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Laboratório Questão Agrária em Debate da Escola de Serviço Social da UFRJ. Atualmente é coordenação pedagógica da Escola Nacional Paulo Freire e presidente do Centro de Estudos Brasil Popular.

Igor Galvão de França

Bacharel em Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é pesquisador da Escola Nacional Paulo Freire e bolsista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Raquel Nascimento de Almeida

Gestora ambiental (2021) e pós graduada em Projetos sustentáveis e inovações ambientais pela Universidade Federal do Paraná (2023). Se dedica à pesquisa sobre soberania alimentar, territórios saudáveis e consolidação de cozinhas

populares, através da coordenação do curso de agentes populares de alimentação em São Paulo pela Escola Nacional Paulo Freire.

RESUMO: O presente artigo é produto de pesquisa coletiva em andamento que visa sistematizar experiências de luta contra a fome nas periferias brasileiras e seus impactos na elaboração e execução de políticas sociais de segurança alimentar. Assim, apresentamos a primeira sistematização da experiência dos Agentes Populares de Alimentação na cidade de São Paulo. Sumariamente, trata-se de uma ação integrada de movimentos populares da cidade e do campo que, a partir do protagonismo das classes subalternas, constroem cozinhas, redes de abastecimento e cursos populares de alimentação nas periferias. Além da sistematização de experiências, apresentamos uma análise teórico-política do problema da fome na formação social brasileira e as atuais tendências das políticas públicas de segurança alimentar no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Fome. Movimentos Sociais. Políticas Sociais.

HUNGER AS A “SOCIAL ISSUE” AND THE EXPERIENCE OF POPULAR AGENTS OF FOOD IN THE CITY OF SÃO PAULO

ABSTRACT: This article is the product of ongoing collective research that aims to systematize experiences in the fight against hunger in Brazilian outskirts and their impacts on the development and implementation of social food security policies. In this sense, we present the first systematization of the experience of Popular Agents of Food in the city of São Paulo. In short, it is an integrated action of popular movements from the city and the countryside that, based on the protagonism of the subaltern classes, build kitchens, supply networks and popular food courses in the outskirts. In addition to systematizing experiences, we present a theoretical-political analysis of the problem of hunger in Brazilian social formation and current trends in public food security policies in Brazil.

KEYWORDS: Hunger. Social Movements. Social policies.

INTRODUÇÃO

Em 2024, por meio da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o IBGE voltou a mensurar a situação de insegurança alimentar nos domicílios brasileiros. A última mensuração sobre a questão foi a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018. Concomitantemente ao desmonte dos indicadores sociais de políticas públicas, o governo Bolsonaro extinguiu o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e desarticulou o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e foram desidratados todos os programas voltados para a segurança Alimentar.

Tais direcionamentos representaram a direção do “butim ultraliberal” (Costa Pinto, 2019) ou ultraneoliberal (Behring, 2021) na formulação, execução e avaliação das políticas públicas em consonância com o padrão de acumulação predominantemente financeiro após o golpe de 2016. Sintetizando, em nome do ajuste fiscal radical (PEC 55/2016), avançou o desmonte das redes, ainda que insuficientes, de proteção social no campo da seguridade social, educação, segurança alimentar, etc.

A crise sanitária por conta da pandemia de COVID-19, acelerou os efeitos da crise sistêmica do capitalismo (Chesnais, 2016). No Brasil, essa crise tem como uma das principais consequências o avanço da insegurança alimentar nos lares brasileiros. Segundo o POF 2017- 2018, cerca de 27,3 milhões dos domicílios brasileiros estavam convivendo com algum grau de insegurança alimentar.

A situação calamitosa, intensificada ao longo da pandemia, causou a reação de diversos setores da sociedade civil. Dada a natureza conflituosa e contraditória da sociedade civil, nos termos gramscianos, a fome também foi uma arena de disputas sociais e políticas sobre o seu significado. Para o campo social-liberal, capitaneado por um conjunto de ONG’s, *Think Tanks* e organizações empresariais, o aumento da fome é produto das circunstâncias da pandemia e, principalmente, do desperdício na esfera da circulação de mercadorias. Sua solução se centrava em ações assistenciais e no combate

ao desperdício.

Por sua vez, movimentos populares do campo e da cidade¹ desenvolveram uma perspectiva própria de ação e reflexão sobre o problema da fome. A construção de cozinhas populares e agentes populares de alimentação é produto dessa práxis acumulada desde a pandemia. Segundo a PNAD contínua de 2024, a epidemia de insegurança alimentar no Brasil foi atenuada. A reconstrução de parte da rede pública de segurança alimentar, a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de programas sociais de transferência monetária e a valorização do salário mínimo, previstos no orçamento da PEC de transição para 2023 são alguns elementos que explicam essa melhora.

Contudo, cabe sublinhar, que todas essas iniciativas se reconstróem em parâmetros orçamentários ainda baixos e aquém das necessidades gerais. O presente artigo, a partir da experiência militante dos pesquisadores na organização dos “Agentes Populares de Alimentação” na cidade de São Paulo, versa por apresentar uma breve análise das políticas sociais contemporâneas de segurança alimentar no Brasil e seus elos com os movimentos populares.

A FOME COMO EXPRESSÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Desde a década de 1980, no âmbito das ciências sociais, principalmente nos países centrais, os debates sobre a “questão social” são constantemente revisitados. Diante do crescimento das desigualdades, aumento dos fluxos migratórios e racismos, para alguns autores do norte global, como Rosanvallon e Castel, a partir do desmonte do Estado de bem-estar social emergiria uma “nova questão social”. Sumariamente, mesmo com interpretações e posições diferentes, esses autores corroboram que o aumento do desemprego e a crise da “sociedade salarial” impulsionam novas formas de pobreza e de “questão social”.

Conforme critica Mota (2012), essas apreensões se afastam da relação entre o processo de pauperização relativa dos trabalhadores e o de acumulação capitalista. Desse modo, o tratamento da questão social se reduz às expressões da pobreza e se torna compatível com as novas exigências do capitalismo do século XXI, ao considerar que reduzir a pobreza é enfrentar a desigualdade, sem reformas universalizantes e com políticas focais.

Autores do Serviço Social brasileiro como Neto (2001) e Iamamoto (2007) compreendem a existência de novas expressões da questão social, contudo seus fundamentos ainda se estruturam na politização das desigualdades, produzidas pela lei geral da acumulação capitalista, a atuação social e política das classes subalternas e as metamorfoses da mediação estatal.

¹ Cabe destacar que, a partir da pandemia, diversos movimentos populares, como o MST, MTST e o MPA, acumularam experiências de trabalhos sócio-comunitários em periferias por meio de cozinhas, lavanderias, hortas e redes de abastecimento de alimentos.

Ademais, cabe salientar que o caráter universalizante das leis gerais da acumulação capitalista (concentração, centralização e aumento da composição orgânica dos capitais) se expressam concretamente por meio das particularidades históricas de cada formação social. No caso brasileiro, sustentamos que, ao lado da precariedade estrutural do mercado de trabalho, a fome é uma expressão dorsal para compreender as particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. Conforme salienta Teixeira (2022), é o par dialético do processo de mercantilização do alimento e reprodução ampliada do capitalismo dependente brasileiro.

Vale destacar que o processo de modernização do latifúndio colonial e suas bases escravistas, monocultoras e patriarcais se desenvolve sem rupturas sócio-políticas ao longo da história brasileira. Sua modernização está intimamente associada ao processo de transformações do capitalismo e do sistema imperialista após 1945. Segundo Teixeira (2022), a “revolução verde” foi impulsionada pelo desenvolvimento técnico produtivo alcançado na 2ª Guerra Mundial e na Guerra Fria, ademais à tendência a supercapitalização de capitais no tardo-capitalismo radicalizou o processo de mercantilização da agricultura sob hegemonia do capital monopolista.

No Brasil, a modernização conservadora do latifúndio se estruturou numa unidade contraditória e complementar ao processo de industrialização periférica, principalmente após o golpe de 1964. O Brasil foi um grande importador de maquinários e produtos químicos dos países imperialistas, ao passo que o aumento da produtividade da agro-indústria impulsionou o êxodo rural e a formação da superpopulação relativa nos centros urbanos.

Desse modo, no contexto da consolidação do alimento como mercadoria, a fome se vincula umbilicalmente à estruturação da precariedade no mercado de trabalho e suas hierarquias sociais, raciais e de gênero. Nos marcos da política de arrocho salarial, cresceu a “fome oculta”, aquela pela qual se morre de fome, comendo um pouco por dia (Castro, 2007).

Desse modo, a chave explicativa da fome, como uma das principais expressões da “questão social” no Brasil, nos permite compreendê-la não como produto da escassez ou desperdício, mas como reprodução de uma padrão de acumulação do capitalismo dependente. Como parte das pressões dos subalternos e tentativas de atenuação das desigualdades, o Estado capitalista brasileiro constituiu algumas políticas de atenuação da fome.

O salário mínimo, tendo como uma das suas referências o valor da cesta básica para alimentar um trabalhador por 30 dias, e a criação da Comissão Nacional de Abastecimento com o intuito de regular o preço dos grãos são alguns exemplos de políticas, criadas durante a Era Vargas, que estruturam o padrão desenvolvimentista de políticas públicas no bojo da estruturação do capitalismo monopolista dependente.

Nos marcos da constituição de 1988, em especial mediante ao avanço dos

movimentos sanitaristas e de seguridade social, o combate à fome se relaciona com a promoção de um modelo de desenvolvimento que promova o bem-estar social e a universalização de direitos. No entanto, como demonstram Silva (2023) e Teixeira (2022), ao longo das décadas de 1990 e 2000, as políticas de combate à fome seguiram os padrões da assistência emergencial de seus fenômenos mais alarmantes.

O neoliberalismo, além de consolidar no país um padrão de acumulação predominantemente financeiro que radicalizou os processos de reprimarização econômica e da pauta exportadora, assim como o da financeirização, representou o avanço de uma hegemonia burguesa de privatização do ideário constitucional de seguridade social, em especial na saúde e previdência, ao passo que expandiu a assistencialização pública e privada das expressões da “questão social”.

Nesse contexto, as políticas anti-fome se concentraram na perspectiva assistencial, dissociadas à luta contra o latifúndio, inflação, precariedade do mercado de trabalho e ao “modelo de desenvolvimento neoliberal”. Sem dúvida, os governos do PT, como enfatizam Silva (2023) e Teixeira (2022), através das políticas de valorização do salário mínimo, aumento da formalização do mercado de trabalho, ampliação do acesso aos benefícios previdências e constituição de um sistema nacional de segurança alimentar², possibilitaram melhores indicadores sociais de segurança alimentar no país.

Embora importantes, essas medidas não enfrentavam a fome como expressão da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro. Isto é, a concentração fundiária, a monocultura e o agronegócio. Teixeira nos fornece indicativos importantes sobre essas questões na contemporaneidade ao associar o crescimento econômico e político do agronegócio ao aumento da expropriação da renda da terra, uso de agrotóxicos, a propriedade de patentes e a compra e venda de terras mediante a grandes fundos financeiros transnacionais.

Além disso, o golpe institucional de 2016³, dentre outros aspectos, representou o desmonte das políticas e do sistema nacional de segurança alimentar no país. Nos marcos dos movimentos populares, no contexto de crise social e avanço da extrema direita, existem experiências que buscam unir o desafio emergencial do combate à fome e o debate geral desse fenômeno como expressão do capitalismo contemporâneo. Uma das experiências se refere aos cursos e ações dos agentes populares de alimentação.

A EXPERIÊNCIA DOS AGENTES POPULARES DE ALIMENTAÇÃO

Segundo os dados da PNAD Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia

2 O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a lei orgânica de segurança alimentar de 2006, a ampliação de políticas públicas como a de aquisição de alimentos (PAA), o programa nacional de alimentação escolar (PNAE) são exemplos de estruturas institucionais e políticas desse sistema.

3 Na análise de Behring(2021), o golpe de 2016 representou o avanço do “ultraneoliberalismo”.O ultraliberalismo se caracteriza pelo avanço de novas formas de expropriação da classe trabalhadora e seus direitos, privatizações e financeirização associado ao avanço do reacionarismo e neoconservadorismo neofascista que criminaliza lutas sociais, democráticas e o pensamento de esquerda.

e Estatística), em 2020, o Brasil enfrentava um cenário alarmante com 14,8 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados. A combinação de desemprego e subemprego fez com que uma parcela significativa da população ficasse sem acesso a salário e renda e, conseqüentemente, sem acesso a bens e serviços essenciais para atender às necessidades sociais, intensificando a questão da fome no país

Este foi o contexto em que a pandemia de COVID-19 se deflagrou no Brasil, combinando-se com uma política negacionista conduzida pelo governo federal do ex-presidente Bolsonaro. Essa gestão paulatinamente intensificou a crise sanitária e se desresponsabilizou de suas obrigações na implementação de uma proteção social para a população. O governo federal falhou em adotar medidas eficazes para conter a pandemia e mitigar seus efeitos socioeconômicos, agravando ainda mais a situação das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Em resposta a essa situação, em 2020, emergiram iniciativas de solidariedade promovidas por movimentos sociais e políticos. A Campanha "Periferia Viva", construída em 17 estados do Brasil, mobilizou ações como mutirões para a entrega de cestas básicas, marmitas, sopões e equipamentos de saúde e higienização. Essas iniciativas foram fundamentais para aliviar a crise imediata enfrentada pelas populações mais pauperizadas, demonstrando a importância da solidariedade de classe e da organização comunitária em tempos de emergência.

Neste contexto, surge a experiência de formação dos agentes populares de saúde, inseridos no projeto "Agentes Populares como estratégia para o desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis no contexto da pandemia de COVID-19", realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Escola Nacional Paulo Freire na cidade de São Paulo. Esses movimentos atuaram em territórios como Boqueirão, Jardim São Savério, Jardim Saúde e Heliópolis, na zona sul de São Paulo.

A partir das idas aos territórios para a entrega dos kits, surgiu a necessidade de organizar uma formação baseada nas diretrizes de combate ao vírus. O curso, estruturado pelo método de educação popular de Paulo Freire, combinou um tempo escola e o tempo comunidade, realizando-se em seis momentos com o objetivo de mapear as necessidades, orientar e cuidar contra o coronavírus, articulando esforços com o Sistema Único de Saúde e demais políticas sociais, com o protagonismo dos movimentos populares. Além de promover ações de solidariedade que atingiram mais de 1.500 pessoas dessas comunidades, o curso equipou a comunidade com conhecimentos vitais sobre saúde e fortaleceu a lógica da solidariedade de classe, criando uma rede de apoio mútuo essencial para enfrentar a crise.

Após essa experiência e o retorno à "normalidade" aparente, os territórios periféricos, ainda sob o governo Bolsonaro, enfrentaram uma verdadeira epidemia de fome e desemprego. Em 2021, por exemplo, estima-se que mais de 2 milhões de pessoas estavam desempregadas na região metropolitana de São Paulo. A pesquisa do segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19

no Brasil revelou que, em 2022, cerca de 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer — o que representou um aumento de 14 milhões de brasileiros em situação de fome em comparação com o estudo anterior. De acordo com esses dados, mais da metade (58,7%) da população brasileira convivia com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.

Nesse contexto de crise alimentar e econômica, os movimentos sociais e populares foram instigados a refletir e priorizar intervenções sobre a “fome” como uma expressão da “questão social”. Dessa reflexão emergiu a iniciativa dos Agentes Populares de Alimentação como uma ferramenta de formação e organização dos territórios no combate à fome.

No ano de 2023, a organização prosseguiu com a formação de agentes populares de alimentação nos bairros Jardim São Savério e Boqueirão, expandindo suas atividades para novos territórios: Jardim Pery Alto, as ocupações Anchieta e Porto Velho no Bairro do Grajaú, e Rio Pequeno, todos na cidade de São Paulo. Segundo informações disponibilizadas pela Escola Nacional Paulo Freire para a nossa pesquisa, a formação dos agentes populares de alimentação envolveu cinco turmas das periferias de São Paulo, totalizando 44 educadores e 94 educandos. Ao todo, foram impactadas diretamente 1.680 pessoas por essa iniciativa durante seis meses.

Um aspecto crucial para a organização do curso foi a integração das visões e abordagens da educação popular, que orientaram tanto as aulas quanto às demais atividades pedagógicas. Esse processo implicou o engajamento ativo e a autonomia de todos os participantes, rompendo com a concepção tradicional de que o educador é o único detentor do conhecimento e fortalecendo a solidariedade de classe nos territórios. Tendo como objetivo central capacitar agentes populares para contribuir com a mobilização e engajamento da comunidade no enfrentamento à fome, visando estabelecer as condições necessárias para a construção de cozinhas populares como instrumento concreto para combater a insegurança alimentar.

O objetivo era capacitar agentes populares para contribuir com a mobilização e engajamento da comunidade no enfrentamento à fome, visando estabelecer as condições necessárias para a construção de cozinhas populares como instrumento concreto para combater a insegurança alimentar. Inicialmente, buscou-se nos territórios espaços físicos e parcerias com organizações locais (tais como igrejas, associações de moradores e equipamentos públicos) que pudessem sediar o curso com a estrutura necessária, incluindo mesas, cadeiras e uma cozinha. A metodologia foi delineada em três etapas: um período de debate teórico, seguido por uma fase prática e, por fim, uma ação de solidariedade.

Durante o período teórico, foram realizadas atividades dialógicas com os seguintes temas: A natureza da fome, abordando-a como um problema estrutural no Brasil e sua relação com as desigualdades sociais; Alimentação saudável, explorando não apenas a falta de alimentos, mas também o tipo de alimentos disponíveis e o acesso a eles; O conceito de cozinha popular, analisando sua teoria e metodologia, e discutindo seus propósitos e

os sujeitos que ela atende; A construção prática de uma cozinha popular, capacitando os participantes para organizar e manter esse espaço, abordando temas relacionados às condições sanitárias, organizacionais e as políticas públicas pertinentes.

O período prático integrou os conteúdos no momento teórico com o fazer prático. Coletivamente, preparou-se refeições em larga escala, proporcionando uma visão prática do funcionamento de uma cozinha popular, as quais foram compartilhadas entre os participantes do curso e a comunidade local, muitas vezes por meio da distribuição de marmitas como uma ação de solidariedade. Os alimentos utilizados durante esta etapa foram obtidos em parceria com o Instituto Chão, que comercializa produtos da reforma agrária e agricultura familiar, permitindo a abordagem de questões relacionadas à alimentação saudável, ao aproveitamento integral dos alimentos e à produção alimentar no Brasil.

Além disso, o processo educativo permitiu trabalhar o sistema de produção, consumo e comercialização de alimentos, contrapondo a indústria alimentar do agronegócio com a agricultura alimentar e agroecológica como alternativas possíveis e necessárias para a construção da soberania alimentar no Brasil.

Em 2024, a experiência continua, por meio da construção de cozinhas populares e da organização de Comitês Populares voltados para a mobilização comunitária em torno da alimentação. Já se iniciou quatro novas turmas de agentes populares de alimentação em novos territórios: Parque Savoy, Belenzinho e Jardim Pantanal em São Paulo, além da expansão para uma nova cidade, Campina do Monte Alegre, interior do estado de São Paulo. Para o desenvolvimento dessas atividades, as cozinhas dos territórios trabalhados em 2023 foram cadastradas no Programa de Cozinhas Solidárias do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Além disso, as novas turmas de agentes populares foram inscritas no Edital de AgPopSus do Ministério da Saúde, lançado com o objetivo de selecionar movimentos sociais populares para fortalecer o protagonismo comunitário na articulação de saberes e práticas de educação popular em saúde nos territórios.

Como parte da concepção político-pedagógica do projeto, é essencial diferenciá-lo das ações assistencialistas de combate à fome promovidas por organizações religiosas e filantrópicas, que frequentemente apostam em uma solidariedade passiva, posicionando o sujeito social como um receptor ou beneficiário passivo dessas iniciativas. Nesse sentido, a proposta político-pedagógica dos agentes populares de alimentação constitui uma tecnologia social que visa promover a autonomia e fortalecer a organização popular nas comunidades. Esse enfoque compreende a fome como um resultado das contradições do modo de produção capitalista e do sistema agroalimentar industrial, bem como da ausência de políticas públicas eficazes para combatê-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em linhas gerais, procuramos, mediante ao acúmulo teórico e prático, apresentar

uma breve síntese da pesquisa ainda em curso sobre os impactos das pressões e experiências recentes dos movimentos populares brasileiros na elaboração e execução das políticas sociais de segurança alimentar. Decerto, a resistência, mediante aos trabalhos sócio- comunitários durante a pandemia e as denúncias políticas, impuseram o tema da fome como um dos principais durante as eleições presidenciais de 2022.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato impôs uma derrota parcial às forças conservadoras-reacionárias e seu núcleo neofascista. A reconstrução do PAA e do SISAN são exemplos dessa retomada democrática, contudo a ampla composição do governo, a maioria conservadora no congresso e a “independência” do Banco Central repercutem em uma política econômica que não rompe e, em alguns casos aprofunda, os preceitos ultraliberais que asseguram o atual padrão de acumulação predominantemente financeiro.

Essa característica econômica e política impõe uma contradição na relação do atual governo com os movimentos populares. Há diálogo, reconhecimento e até institucionalização de experiências populares, contudo com parâmetros orçamentários extremamente baixos e longe de recompor as perdas acumuladas desde 2016.

O programa das “cozinhas populares” é um exemplo. Foi aprovado e sancionado em 2023, contudo seu orçamento em 2024, delimitado pelo governo federal e congresso, foi de apenas 70 milhões de reais. Ademais, predomina-se apenas formas de financiamento por meio de transferências monetárias aos indivíduos, limitando o financiamento de meios de produção e acesso ao crédito. No “abril vermelho de 2024”, jornada nacional de lutas do MST, uma das principais críticas do movimento foi a burocratização e o baixo orçamento do PAA⁴.

Desse modo, as experiências analisadas reforçam a necessidade do poder popular, como uma ideia-força, que aglutina as lutas populares, institucionais e perspectivas de superação da atual ordem. No plano da luta contra a fome, essas dimensões incluem a intervenção institucional por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), a disputa pelo orçamento destinado a políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e camponesa, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Cozinhas Solidárias, a ocupação dos conselhos de segurança alimentar e nutricional.

Cabe sublinhar também que existem outras experiências não analisadas neste artigo, as quais merecem mais atenção, como a atualização dos planos de segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento de iniciativas como o Sacolão Popular, que funciona como um mecanismo de abastecimento e distribuição de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Em nossa análise, essas experiências, assim como a dos Agentes Populares de Alimentação, se relacionam com a luta por uma reforma agrária popular, a soberania

4 <https://www.brasilefato.com.br/2024/04/06/com-pouco-orcamento-e-acesso-a-credito-governo-nao-cumpre-o-que-prometeu-para-reforma-agraria>

alimentar e a autodeterminação, entendida como a capacidade de escolher o que plantar, como plantar, e de que forma distribuir e consumir essa alimentação. Desse modo, no plano teórico, a chave explicativa da relação entre fome, “questão social” e capitalismo se torna central para nos diferenciarmos de abordagens liberais, sociais liberais e neoconservadoras sobre tal fenômeno.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. *Fundo Público, Valor e Política Social*. Cortez Editora, São Paulo, 2021.

CASTRO, Josué. Fome como força social: fome e paz. In: FERNANDES, Bernardo Mançano e GONÇALVES, Carlos Walter Porto (Orgs.) *Josué de Castro vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2ª ed. 2007.

ESCOLA NACIONAL PAULO FREIRE, *Curso Agentes Populares de Alimentação Projeto Político Pedagógico*, São Paulo, 2024 (revisado).

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: *Temporalis*. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001), Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

PINTO, Eduardo Costa. “Financeirização e desintegração vertical da Petrobras: quem ganha com isso”. In: LEÃO, Rodrigo; NOZAKI, William (Orgs.). *Geopolítica, Estratégia e Petróleo: Transformações internacionais e nacionais*. Rio de Janeiro: INEEP/FLACSO, 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. *Vigisan: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: REDE PENSSAN, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso: 29 de maio de 2024.

SILVA, Robson Roberto “Questão social”, fome e (in)segurança alimentar e nutricional no Brasil neoliberal. In: *Argumentum*, Vitória, v. 15, n. 1, p. 286-306, jan./abr. 2023.

TEIXEIRA, L. S. C. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. In: *R. Katál.*, Florianópolis, v.25, n. 3, set.-dez. 2022.

A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E A(S) POLÍTICA(S) PENAL(IS) NO BRASIL

Data de submissão: 08/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Cibelle Dória da Cunha Bueno

Assistente social, Professora do Magistério superior no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (UECE) e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO: Existe relação entre a política social e a(s) política(s) pena(is) brasileiras? A seguinte pergunta é o pano de fundo da proposta que tem como objetivo apresentar as relações evidentes entre as políticas sociais e a(s) política(s) pena(is), sobretudo considerando o contexto de desenvolvimento das políticas sociais brasileiras e a simbiose histórica que possuem com a(s) política(s) pena(is). A discussão em tela busca evidenciar e problematizar os aspectos que proporcionam a relação entre as políticas sociais e a(s) política(s) pena(is) no Brasil considerando que estas possuem uma relação estabelecida e incontornável.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas sociais; Políticas penais; Neoliberalismo; Criminalização da pobreza; Classes

perigosas.

1 | INTRODUÇÃO

Parafraseando o pensador Robespierre, para o qual o princípio da política é a vontade, podemos pensar que falar de política pública, seja esta social ou criminal, se trataria apenas de julgar a vontade dos atores envolvidos no seu planejamento e na sua execução. Penso que talvez não estivéssemos totalmente errados se partíssemos dessa análise, sobretudo se considerássemos a vontade individual dos atores envolvidos. Contudo, para a consolidação de uma política pública, temos ainda a vontade coletiva, as correlações de forças internas e externas que fazem de uma política X ou Y, uma senda de controvérsias ou de boas inclinações.

Bom seria se a política se motivasse apenas pela boa vontade de poucos, ou pela boa ação direcionada de muitos, mas sabemos que são muitas variáveis e ações que constituem, de fato, as ações políticas e suas conformações enquanto políticas

públicas. Sabemos ainda que muito da história também forja o ideário social e a maneira como determinada política será reconhecida, planejada e executada por uma sociedade.

Dessa forma, o presente artigo tem por intenção discorrer sobre a relação, compreendida pela autora a partir de sua experiência, especialmente atuando no campo sociojurídico e em franca interação com a política criminal¹, entre a política social e a(s) política(s) criminal(is)², partindo do princípio de que a conjuntura neoliberal brasileira conformou uma nova forma de se pensar e executar a política social que muito se associa à política criminal brasileira. Admite-se, ainda que tal premissa possui relação com nosso “mito fundador”, nas palavras de Marilena Chauí (2000), em que a dissociação da política social da esfera da garantia do direito deu margem para que esta sempre estivesse muito mais alinhada às premissas instituídas para gerenciar a pobreza e as ditas classes perigosas por meio da força e da repressão; muito mais do que a partir do entendimento da política social como um direito social; já que sempre vivenciamos uma sociedade autoritária.

Cabe destacar que no Brasil, historicamente, a forma como o Estado definiu tratar a Questão Social era, e sempre foi, demarcada a partir dos momentos conjunturais. Quando estes demonstravam o aguçamento da crise da hegemonia do sistema, que rebatia, diretamente, na hegemonia do Estado e das classes dominantes, a Questão social era tratada, e ainda o é, como questão de polícia, por meio da forte repressão às classes classificadas como perigosas. E, por sua vez, quando a crise da hegemonia do sistema, do Estado e, por conseguinte, da classe dominante, não se mostrava viável em decorrência da conjuntura e dos tensionamentos sociais, a Questão social era tratada, e assim o é, como uma questão política, por intermédio da implementação de políticas de Estado e, sobretudo, de governo, que pudessem estancar as mazelas produzidas pelo próprio sistema de produção (FILHO, 1982), isto é, produzir consensos diante de discensos tão severos na tentativa de minimizar as consequências advindas da marcante desigualdade social e dos conflitos de classe.

Sob os fundamentos explicitados é que elencaremos nossas reflexões sobre as interlocuções vislumbradas entre a política social e a política criminal no cenário brasileiro contemporâneo, mas que temos por hipótese advirem de conformações histórico-sociais provenientes, sobretudo do neoliberalismo e sua forma de fazer política.

1 A autora desse artigo tem sua atuação demarcada pelo campo Sociojurídico, lócus em que a interação entre o Serviço Social e o Direito se mostram mais latentes. Nesse campo, a profissional atuou no Sistema prisional feminino e masculino, em pesquisas e projetos junto ao sistema socioeducativo, na Defensoria Pública estadual, em Programas de Proteção no âmbito federal e estadual e políticas de Direitos Humanos, estando, em todos os espaços sociocupacionais, em plena interação com o Sistema de Justiça e a política penal.

2 A política penal pode ser considerada no plural ou não, haja vista que no Brasil há controvérsias com relação a sua existência e ainda sobre a existência de mais de uma política criminal em vigência no país e sendo operacionalizada concomitantemente, inclusive, em disputa dentro das instituições. Contudo, o que se tem, dentro da institucionalidade e da legislação é a previsão, enquanto o primeiro dos órgãos da execução penal disposto na Lei de Execução Penal (LEP), a existência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário (CNPCCP), subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

21 ESTADO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E SUA FORMA DE FAZER POLÍTICA

A forma material de produção das necessidades humanas possui relação direta e indissociável com a forma pela qual a sociabilidade dos seres sociais e suas relações sociais vão se dar. Este é o princípio elementar apontado por Karl Marx e Engels (2007) quando procuraram decifrar a engenharia do capitalismo e o modo como este sistema repercute e conforma a vida dos sujeitos sociais. A partir do exposto tomamos como premissa a relação estrutural entre Estado e capitalismo apontada por Marx, sendo esta fundamental para a geração de um novo paradigma relacionado ao exercício do poder, em que o poder punitivo se mostra o mais relevante.

Conforme ratifica o autor Alysson Leandro Mascaro: “Se há uma relação direta entre capitalismo e Estado, não é o Estado, como um aparato de poder aparentemente soberano, que dá origem à dinâmica do capitalismo, mas sim o contrário” (MASCARO, 2013, p.22). Compreendemos, portanto, que a sociedade contemporânea é, de fato, a sociedade da contradição naturalizada e institucionalizada, de bases materiais e econômicas capitalistas, cujos mecanismos legais e burocráticos do Estado se conformam em prol da acumulação capitalista, utilizando-se, para tanto, das estruturas de poder, dentre as quais o próprio Estado, o Direito, a Justiça. Observamos, assim, a forte influência que o Estado possui na dinâmica social, sobretudo capitalista, pois “o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (MASCARO, 2013, p.20).

Quando pensamos no Estado capitalista e no contexto de dependência e exploração dos países latino-americanos, nos deparamos com um Estado que tem como potencial genético, que de certa forma se perpetua até os dias atuais, o autoritarismo, além da reiterada submissão ao mercado externo e a conformação de suas políticas sociais tendo como característica central a acumulação capitalista (PAIVA; OURIQUES, 2006). Percebe-se, portanto que, “no Brasil, a lógica das migalhas dá o tom das políticas sociais” (idem, p. 173). Mais uma vez, o capitalismo ditando a forma como as relações de poder e as instituições vão se configurar e atuar no atendimento às demandas das classes sociais, sobretudo, subalternas, e na dinâmica do sistema hegemônico.

Não surpreende o fato de vivenciarmos na atualidade a não planificação da política econômica e da política social, momento em que se dedicam a elaborar unicamente a programação econômica do país (VIEIRA, 2004). Assim, o contexto evidenciado é de supremacia da política econômica em detrimento da política social que é vista como uma despesa para o Estado capitalista, haja vista abarcar as demandas e necessidades, sobretudo, relacionadas à classe subalterna. A tendência supramencionada, por parte do sistema capitalista, se espraia e repercute diretamente na condução das políticas sociais, gerando efeitos nos seus arranjos e, sobremaneira, nas prioridades instituídas para as

mesmas. Para tanto, precisamos considerar ainda a influência do trajeto histórico das políticas instituídas pelo Estado brasileiro, já que sempre tivemos a dificuldade de dissociar, no imaginário social, a condição de sujeitos detentores de direitos, isto é dos cidadãos, e sua condição no mercado, isto é, como consumidores. Ademais, associado a tal forma de ver a política pública, também agimos a partir da tendência de classificação dos sujeitos que fazem uso das políticas sociais em detrimento dos que acreditam não precisar delas.

Compreendemos que a política social, sob a égide do neoliberalismo se conforma a partir de outras relações entre o mercado, o Estado e a sociedade, já que o primeiro passa a regular e normatizar a forma, ações e as prioridades estatais, enquanto o Estado passa a incidir, diretamente, nas liberdades e no acesso à direitos da sociedade civil, considerando o primado firmado pelo mercado (FOUCAULT, 2008).

Considerando o exposto, podemos afirmar que o Estado em nada tem a ver com a garantia de direitos para todos, sobretudo os direitos à propriedade; mas tão somente atua na garantia de que aqueles poucos que dispõe dos critérios e condições para acessar o direito o acessem e o desfrutem com a máxima segurança. Por este motivo, o Estado dispõe de um aparato jurídico e político capaz de legitimar as desigualdades que ele mesmo perpetua, no sentido de fortalecer o dito Estado de direito, cuja ação visa, intencionalmente refrear o inconformismo e a ação coletiva em prol da segurança do mercado.

As políticas criminais se alinham a este discurso e visam promover a liberdade dos sujeitos sociais para que estes possam se realizar diante dos méritos que possuem, sem a incidência e a importunação de nenhum outro sujeito ou instituição. Assim, tais políticas também se associam as classes subalternas no momento em que o Estado brasileiro, ainda quando fora forjado, indica seus inimigos, sendo estes, sobretudo, os pobres, descendentes de pessoas pretas e pardas, isto é, de ex-escravizados/as, que foram brutalmente marginalizados após o processo conhecido como abolição da escravatura, que jamais ocorrera de fato e com os direitos necessários à real condição de segregação a que foram submetidos os negros e negras nesse país. A política criminal brasileira nasce desigual, destinada ao público institucionalmente conhecido como grupo social vulnerável conformado por pobres, pretos e pretas, favelados que, para o Estado, estavam propensos ao cometimento de delitos pela sua condição social desfavorável.

Nesse sentido, o Estado neoliberal brasileiro possui premissas inquietantes, as quais: criminalizar as pessoas que não se adaptam às suas normativas, ou melhor, as normativas e regulamentações instituídas pelo mercado, via Estado, além de ser o responsável pela criação dos monstros que deverão ser combatidos, de forma coletiva, pela sociedade, tais como a corrupção, a inflação, bem como os grupos sociais inimigos a quem se destina o cometimento de práticas criminosas.

Assim, as políticas sociais conformadas no âmbito do Estado, mesmo que executadas no âmbito privado, se caracterizam pela “(...) degradação nos seus códigos morais e nas suas finalidades protetoras para justificar, na prática, o seu descompromisso

com as exigências da justiça social” (PEREIRA, 2020, p.24).

Dessa forma, no contexto neoliberal, o que se observa é que a política social é validada a partir de seu avesso ético, no intuito de servir, única e exclusivamente, aos imperativos da acumulação do sistema capitalista em sua fase neoliberal (PEREIRA, 2020).

Considerando que no Brasil nunca houve Estado de bem-estar social precisamos sinalizar que as políticas sociais brasileiras - diferentemente das políticas sociais dos países centrais, que foram instituídas ainda no século 18, com o advento do modo de produção capitalista - foram instituídas a partir o século 20 e obtiveram práticas distintas no decorrer do tempo, mas validadas, sobretudo, pelas classes dominantes. Realizamos, dessa forma, a “importação” de modelos de políticas sociais de outros países que, portanto, não se adequaram, desde o início, a nossa peculiar realidade social e desconsideraram, desde sua concepção, as peculiaridades que forjaram a sociedade brasileira, suas desigualdades e a forma com que o Estado foi condicionado ao tratamento da Questão social.

Devemos nos questionar como um país como o Brasil, que nunca possuiu e nunca possuirá o pleno emprego, conforma as políticas sociais com base no trabalho formal? Já caracterizava o conceito de cidadania regulada de Wanderley Guilherme Santos, como sendo o trabalho um direito social comumente convocado para fazer a interlocução com os direitos de cidadania e suas possibilidades de acesso pelos cidadãos brasileiros.

Dessa forma, pode parecer que a política social e a política criminal não possuem qualquer ponto de contato, visto serem executadas em âmbitos díspares e se configurarem, enquanto objetos e objetivos, em lócus institucionais e burocráticos distintos. Contudo, o que percebemos, sobretudo após a onda neoliberal, é que tal movimento de intensificação da acumulação do capital produz efeitos em todas as políticas públicas, caracterizando-as a partir de uma nova racionalidade. Dessa forma, “o neoliberalismo é tanto um modo específico de racionalidade, quanto uma produção de sujeitos, uma “condução de condutas” e um esquema valorativo” (FOUCAULT, 2008 *apud* BROWN, 2018, p. 13).

Foucault chamou de ascensão de uma forma de razão normativa que estende métricas e práticas de mercado a todas as dimensões da vida humana – política, cultural, pessoal, vocacional, educacional –, transformando radicalmente a governança, o significado e a relação entre público e privado, mercado e Estado (FOUCAULT, 2008 *apud* BROWN, 2018, p. 15).

Nesse sentido, a política social que já possuía sua interação subalterna com a política econômica, se associa à práticas coercitivas que interferem no seu planejamento e operacionalização. A máxima que se constrói é a de que os sujeitos-usuários da política social pertencem a grupos sociais que anseiam pela coerção estatal, haja vista seu distanciamento com a lógica do mercado e suas necessidades sociais atendidas pelo Estado social. Dessa forma, convoca-se o Estado penal para ser a força que definirá o Estado social, sendo este último a todo tempo submetido a lógica da coerção direcionada aos grupos sociais vulnerabilizados.

3 | ENTENDIMENTOS E INTERLOCUÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E AS POLÍTICAS CRIMINAIS

Quando nos referimos às políticas públicas mobilizamos um arcabouço teórico e metodológico que possui por premissa o fato de “(...) significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade (...)” (PEREIRA, 2008, p.88) tendo como características: 1) estar sob a responsabilidade de uma autoridade pública que se encontra sob o controle da sociedade e, por isso, seguir uma linha de orientação para a ação pública; 2) visar a concretização dos direitos sociais; 3) ter por princípio o interesse comum; 4) visar a satisfação das necessidades sociais (PEREIRA, 2008).

Já as políticas penais abarcam as políticas que se relacionam a intervenção estatal nos casos em que se exige a punição e responsabilização dos sujeitos sociais sob à égide do Estado Democrático de Direito.

Existem entendimentos diversos sobre as políticas sociais e penais, sobretudo quando analisamos os autores que se debruçaram sobre a Política penal e sua relação com o Direito penal e a criminologia; bem como com relação aos autores que possuem entendimentos díspares sobre o caráter e a natureza histórica da política social.

Devemos afirmar, contudo, que os/as autores/as possuem um ponto de confluência: o entendimento de que, antes de qualquer coisa, a política penal e a política social têm por objetivo produzir meios para propiciar o bem viver da sociedade, mesmo que tais meios sejam ditados pelos interesses de classes sociais específicas e, de fato, corresponda a *um* bem viver bem definido e direcionado. Isto é, ambas têm por princípio o interesse comum e a satisfação das necessidades sociais, só não podemos afirmar que, de fato, atendam aos interesses e necessidades dos que delas, realmente, mais precisam. As políticas sociais e penais são também direcionadas ao mesmo público: a classe perigosa, constituída por trabalhadores que não ingressaram nas atividades produtivas e correspondiam, segundo Marx (2007) ao exército industrial de reserva e que, na realidade brasileira, se tratava das pessoas escravizadas recém-libertas e/ou de negros e negras que tentavam, a todo custo, se adequar a lógica societária que se instalava no Brasil após o processo de pseudo abolição da escravatura ou abolição inacabada.

Se analisarmos os fundamentos que consolidam a política social, veremos que enquanto ação pública de cunho estatal, ou não³, a política social pode ser observada por meio de tipologias e, na sua prática, pela forma como se operacionaliza em meio às contradições inerentes à sua emergência, teoricamente, em prol da garantia e acesso aos direitos sociais da classe subalterna.

Já os fundamentos que conformam a política penal possuem relação direta com

3 A política social pode ser pública ou privada, considerando os novos arranjos para sua execução realizados por meio de consórcios mediados por organizações sociais, que possuem taxas de administração para promover a execução privada de serviços públicos.

o Direito penal e criminologia, sendo este o “direito dos pobres”, conforme afirma Raul Zaffaroni (2021).

Assim, fundamentando nossa análise nas reflexões tecidas por Jorge Figueiredo Dias (1999), a política penal constitui a “pedra angular de todo o discurso legal-social da criminalização-descriminalização”, o que corrobora com a nossa hipótese de que esta possui relação direta com a política social brasileira, que também fundamenta suas ações no ato de criminalizar e descriminalizar pessoas e condutas. Tal influência potencializa a forma como a política social desenha suas “escolhas” diante daqueles que considera *merecedores* do seu acesso por serem cumpridores das suas condicionalidades, os ditos pobres “dignos” e os pobres “viciosos”⁴. Estabelecemos, dessa forma, políticas complementares, para sermos mais específicos.

Apesar de muitos teóricos do campo do direito acreditarem que não há política penal no Brasil ou que esta se engendra na famosa ideia de se “apagar fogo”, sendo pouco estratégica e planejada, concebemos, para os fins da análise proposta no presente estudo, como política penal, a política de Estado arquitetada, nos diversos âmbitos do Estado, a fim de prevenir e reprimir as infrações penais, isto é, condutas contra a ordem social, que faz uso do aparato repressor do Estado, constituído pelo Sistema de Justiça criminal, penitenciárias, unidades socioeducativas e formas de controle jurídico utilizadas pelo Estado. Seria, portanto, o arcabouço jurídico e político capaz de normatizar as condutas, garantindo a prevenção e a repressão no intuito de que as, consideradas “más condutas”, não ocorram. Tal política se espalha nas legislações, isto é, no que se concebe como conduta criminalizável e legalmente passível de pena e repressão; na garantia das formas de repressão, por meio do poder punitivo, do aparelho estatal de repressão, da ação do Poder Judiciário que deve garantir o devido processo legal, o contraditório e a execução da pena, bem como nas ações por parte do Poder Executivo que tem como base garantir a proteção social das famílias da classe trabalhadora e a dos não trabalhadores por meio das políticas públicas de caráter social e de caráter penal. É a partir dessa lógica que temos algumas ressalvas e pontos de contato que colocam a política social e a política penal brasileira no mesmo patamar.

Considerando que no Brasil a promoção da política social se associou à proteção do trabalhador⁵, sendo que aos demais se garantia “pão e palmatória”⁶, percebe-se que a forma como se concebeu a proteção social no Brasil, associado ao trabalho, de fato, sempre se mostrou muito fragilizada, propícia ao fracasso, haja vista que:

4 “(...) os “pobres dignos”, que trabalham, mantém a família unida, observam os costumes religiosos; e os pobres considerados “viciosos” que, “por não pertencerem ao mundo do trabalho [...] e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios” (OLIVEIRA, 2010, p.91).

5 A política social brasileira teve o seu marco com as Caixas de Pensão e Aposentadoria, ainda no início da segunda década do século 20. Estas eram voltadas para assegurar os direitos trabalhistas e previdenciários de trabalhadores que atuavam em frentes específicas. Posteriormente, com a expansão dessa forma de política, outras categorias profissionais foram incorporadas, tensionando direitos sempre condicionados aos vínculos trabalhistas.

6 Referência às políticas garantidas às crianças e adolescentes vulnerabilizadas no início do século 20, no Brasil, em que a tutela do Estado era garantida para garantir o mínimo necessário ou a repressão exemplar.

Na América Latina temos um panorama no qual sete postos de trabalho em dez estão na informalidade; há favelização entre 1990 e 2004 de 111 milhões para 127 milhões e o desemprego se mantém persistente para 8% da população, em especial a juventude (CEPAL, 2004 *apud* BEHRING, 2007, p.14).

Mas não seria possível que as políticas sociais brasileiras fossem pensadas para não dar certo, pensaríamos? Bom, é difícil afirmar tal questão. Mas, diante da lógica e do contexto em que foram concebidas, também não poderíamos afirmar que as políticas sociais foram, de fato, implementadas no Brasil no sentido de garantir a proteção social integral aos que dela necessitarem, a partir do pleno emprego e do provimento dos bens e serviços necessários ao bem viver dos cidadãos brasileiros. O Brasil, assim como os países da América Latina se constituíram a partir do desemprego estrutural e da superexploração. A dependência dos países periféricos é um quesito elementar quando pensamos na elaboração das políticas públicas, sociais e criminais, desse contexto e, até mesmo, sobre qualquer aspecto da vida social do povo latino-americano. Dessa forma, existem contradições que não nos permitirão afirmar que a nossa política social foi de fato pensada por nós e para atender as nossas necessidades. E tal contradição é que nos faz associar, de forma quase latente, a política social brasileira, em sua acepção, com as formas pensadas para se fomentar a política criminal nesse país e as formas de intensificar a vigilância e a repressão do povo pobre e preto dessa nação. É quase como se uma política se mostrasse o complemento da outra, como dito outrora. Já dizia Loic Wacquant: as políticas de *work fare* e *prison fare*⁷. Quando uma não dá certo, a outra assume a dianteira. E estas vão se revezando e fazendo a gestão da pobreza e da desigualdade nos países periféricos. Gerenciando a vida da classe trabalhadora e assalariada. Do povo pobre, preto e vulnerabilizado.

Assim, a proteção social no Estado liberal foi organizada para disciplinar e estratificar as desigualdades dos trabalhadores, de forma que a disciplina se dará a partir da contribuição salarial e a estratificação será definida a partir das próprias diferenças existentes entre os trabalhadores, sendo estes trabalhadores rurais e urbanos, assalariados e não-assalariados, com altos e baixos salários, entre sexos, faixas etárias que possuem filhos ou não (LAURELL, 2002).

Assim, para cada tipo de trabalhador a proteção social, e por conseguinte, a política social vai atuar de uma forma e a política criminal também. Elas estão inversamente associadas. Na medida em que a política social, enquanto proteção social é mais acionada, a política criminal tende a ser menos sinalizada. Isto é, se um trabalhador tem garantias e proteção social por intermédio das condições de trabalho que possui, este será menos visado pela política criminal, pelos operadores da justiça e da defesa social, porque,

7 É por isso que tal contexto incide sobre a atuação dos profissionais que, mesmo tendo por premissa prover a Assistência social e o atendimento humanizado ao público alvo do Estado penal, tem como diretriz, produzida pelo sistema hegemônico, nas nuances do estrutural e do simbólico que sustentam o Estado, atuar em prol do controle e da coerção deste público. São as políticas sociais, denominadas “*workfare*, em retração e o regime prisional, *prisonfare* em expansão [...] para disciplinar as frações precarizadas da classe trabalhadora” (WACQUANT, 2012, p.11).

pelo fato deste trabalhador ter garantias protetivas mais intensas, logo, presume-se que ele estará resguardado pelo trabalho e seus meios de protegê-lo. O contrário também é verdade. Aquele sujeito que não possui vínculos de trabalho no Brasil será considerado o sujeito suspeito, o propenso à delinquência e o que a qualquer momento pode desobedecer a ordem social. Este, por sua vez, vai acionar o Estado para ter a assistência social, a saúde pública com maior recorrência. E com frequência será criminalizado pelo fato de não estar inserido na lógica do capital. Por não ser um exímio vendedor da sua força de trabalho e não estar acessando o mercado para sanar suas necessidades básicas.

Dessa forma, a política que deveria trabalhar para descriminalizar condutas e fomentar o acesso aos direitos acaba por reforçar a criminalização quando o sujeito tem acesso à política social; e a política que deveria buscar métodos menos coercitivos e recorrer ao fortalecimento da política social como recurso para diminuição dos números de violência e criminalidade, não acredita na política social e marginaliza os seus usuários, acreditando que estes se tratam de potenciais usuários da política criminal.

Assim, nossa cidadania sempre teve como característica ser regulada por nossa condição de inserção no mercado de trabalho, tal como se o direito social tivesse tal premissa (COHN, 2020). Ademais, a rede de proteção social brasileira reforçou as desigualdades por meio de políticas de igualdade por inclusão, por meio das quais “(...) reconheceu direitos de uma parte da população buscando recuperar o atraso relativo aos demais sem, contudo, afetar a pirâmide da concentração de renda” (COHN, 2020, p.133).

É a criminalização da pobreza sendo processada por meio de políticas públicas que agem em concomitância, mesmo atuando em esferas e âmbitos institucionais distintos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos uma simbiose histórica entre a política social brasileira e a forma de se fazer valer a lei e a ordem nesse país. A política criminal, nessa perspectiva, promoveu-se por meio de um alinhamento histórico fundante em nossa formação sócio-histórica, o nosso mito fundador, que tem por premissa o autoritarismo e a repressão. Tais características se espraiam nas relações sociais brasileiras e em suas instituições, não sendo diferente na forma como foram concebidas as políticas sociais em nosso contexto social e histórico. Assim, a partir dessa conexão, compreendemos que a associação extremamente prejudicial entre a política social e a política criminal, no âmbito do Estado brasileiro promove direcionamentos errôneos e até mesmo desvirtuados de ambas, deixando de potencializá-las e direcioná-las para seus fins. Considerando que a política social abrange, ou deveria, de fato abordar as necessidades sociais e humanas, sobretudo das classes subalternas, no que tange a promoção e ampliação de seus direitos, compreendemos que a política criminal pode se fazer valer por meio de sua articulação com as políticas sociais, no momento em que se dispõe a atuar de forma ampliada, além de sua atuação comumente repressiva e punitiva.

A política criminal, dessa forma, pode ser pensada como fonte de ações de cunho jurídico-social, não se atendo, exclusivamente ao uso da violência e da coerção, mas também, e de forma muito estratégica, de ações que promovam o acesso à direitos da população vulnerabilizada, com a qual lida cotidianamente. Esse movimento de se pensar uma política criminal garantista é de suma relevância no debate sobre o direito e a justiça social, ainda mais se esta for articulada com o debate sobre o fortalecimento e a ampliação das políticas sociais brasileiras, na perspectiva do direito e da cidadania.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. **Fundamentos da política social**. In: MOTA, Ana Elisabete et al (org). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, p. 23-39, 2007.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Dinamarca: Zazie, 2018.

CHAUI, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: UNINOVE, 2000.

COHN, Amélia. **As políticas de abate social no Brasil contemporâneo**. In: Lua Nova. São Paulo, 109, p. 129-160, 2020.

DIAS, Jorge de Figueiredo. **Questões fundamentais do direito penal revisitadas**. São Paulo: RT, 1999.

FILHO, Gisálio Cerqueira. **A Questão Social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LAURELL, Asa Cristina. **Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo**. In: Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl Heinrich & ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Tradução de Luciano Cavini Martorano, Nélio Scheneider e Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, A.L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Laura Freitas. **Questão social e criminalização da pobreza: aportes para a compreensão do novo senso comum penal no Brasil**, 2010, 109f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

PAIVA, B. A. & OURIQUES, N. D. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?** In: Revista Katalysis, v.9, n.2, jul/dez, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI et all (org). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 87-108.

PEREIRA, Potyara. A. **Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta**. In: Ascensão da nova direita e colapso da soberania política. Transfigurações da política social. São Paulo: Cortez. Politiza, 2020

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004

WACQUANT, Loïc.. **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal**. Vera Malaguti Batista (org.); Sérgio Lamarão: tradutor. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA MÉDIA COMPLEXIDADE DO SUS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENTRO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM SAÚDE ANITA GARIBALDI

Data de submissão: 02/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Ericka Karen Oliveira Pereira

Especialização (cursando) em Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Terapia Intensiva Adulto; Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Juliana Silva Lima

Especialização em Trabalho Social com Famílias e Sociedade e Políticas Públicas, Planejamento e Gestão; Prefeitura de Campina Grande-PB.

Sara Gabrielle de Aquino Câmara

Especialização (cursando) em Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Terapia Intensiva Adulto; Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RESUMO: Este material tem o objetivo de apreender a atuação profissional do Serviço Social com as famílias atendidas pela Média Complexidade do SUS. A metodologia aborda a pesquisa essencialmente qualitativa com revisão bibliográfica e análise documental, utilizando o método crítico-dialético para compreender a realidade do cotidiano dos profissionais do Serviço Social. O desenvolvimento busca

compreender a atuação dos assistentes sociais no nível secundário de atenção à saúde no SUS. A partir dos resultados, percebe-se que a atuação do assistente social torna-se cada vez mais limitada a partir do avanço neoliberal, bem como as políticas de seguridade social, logo, faz-se necessário um comprometimento profissional e da população em busca da garantia dos direitos de proteção social.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Trabalho Social com Famílias; Atenção secundária no SUS.

ABSTRACT: This material aims to apprehend the professional performance of the Social Service with the families assisted by the Medium Complexity of the SUS. The methodology approaches essentially qualitative research with bibliographic review and document analysis, using the critical-dialectical method to understand the reality of the daily life of Social Service professionals. The development seeks to understand the performance of social workers at the secondary level of health care in the SUS. From the results, it is clear that the role of the social worker becomes increasingly limited from the neoliberal advance, as well as the social security

policies, so it is necessary a professional commitment and the population in search of guaranteeing the rights of social protection.

KEYWORDS: Social Service; Social Work With Families; Secondary Level of SUS.

1 | INTRODUÇÃO

Quando tratamos de Serviço Social, abre-se um leque que compreende diversos pensamentos e interpretações acerca do fazer profissional e seus instrumentos laborativos. Este artigo busca analisar o estudo da atuação do Serviço Social junto às famílias, como parte central de intervenção no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando o trabalho social envolvendo esse grupo na atenção de Média Complexidade, mais especificamente no Centro de Educação e Pesquisa em Saúde Anita Garibaldi. A família sempre foi eixo central no agir profissional de assistentes sociais, desde os primórdios vinculados à Igreja Católica, quando o Serviço Social é requisitado como necessário para atuar junto às famílias operárias consideradas desajustadas.

Em contrapartida, apesar de esses profissionais estarem vinculados à abordagem com as famílias, houveram modificações ao longo dos anos, de acordo com novas visões e compreensões que a categoria ia adquirindo. No início, havia uma culpabilização abundante dos sujeitos que compõem a família pela situação de violação de direitos nas quais se encontravam, individualizando a responsabilidade pelas realidades vivenciadas. Nesse período, a conduta que predominava no trabalho era o ajustamento dos “clientes” ao seu meio, a fim de que estes solucionem seus problemas familiares, de forma individual, e assim contribuirão para a coesão social (Carvalho e Iamamoto, 2014).

Na contemporaneidade, hegemonicamente na categoria do Serviço Social, não é mais utilizado esse modo de atuação com as famílias, pois formulou-se o entendimento de que os sujeitos são acometidos pelas expressões da Questão Social, sendo esta, objeto de estudo e intervenção profissional, que também terá seu destaque no presente estudo. Assim, de forma consonante, iremos dissertar ainda sobre os espaços sócio-ocupacionais que estão inseridos e seu fazer laboral para com as demandas requisitadas, para que, dessa maneira, seja possível compreender melhor o agir profissional de assistentes sociais.

De tal forma, o objetivo deste trabalho concerne em analisar a atuação dos/as profissionais de Serviço Social para com as famílias que são atendidas na saúde, delimitando a abordagem à atenção de média complexidade, vinculado de forma mais específica ao Centro de Educação e Pesquisa em Saúde - CEPS Anita Garibaldi, no município de Macaíba, no Rio Grande do Norte. Ademais, a pesquisa aqui decorrente possui abordagem essencialmente qualitativa, em que houve embasamento através de revisão bibliográfica e análise documental, para que as articulações e reflexões necessárias fossem elaboradas. Como assistentes sociais vinculadas ao pensamento hegemônico da categoria, utilizou-se o método crítico-dialético de Karl Marx.

21 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM FAMÍLIAS: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Serviço Social surgiu como profissão, no Brasil, durante a década de 1930, com a criação da primeira escola de Serviço Social no ano de 1936 em São Paulo. Nesse período, o Estado passa a ser requisitado pela burguesia, aliando à Igreja Católica para doutrinar ideologicamente os trabalhadores e afastá-los das influências dos movimentos sindicais. As orientações, como as formas de agir nessas relações pela igreja, é detalhadas pelas encíclicas papais “Rerum Novarum, divulgada por Leão XIII a 15 de maio de 1891, e Quadragesimo Anno, divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931, dois anos depois do grande crack capitalista de 1929” (Castro, 2011, p.51).

As encíclicas e, em particular esta que comentamos, não são disposições de caráter legal a ser cumpridas sob coação. Elas se põem como programas gerais de ação que contam com o aval da estrutura orgânica da Igreja. A sua interpretação e uso concreto estão, portanto, referido à situação imperante em cada meio particular, onde a pertinência da sua mensagem é confrontada com o movimento da realidade. (Castro, p. 59, 2011).

A atuação do Serviço Social decorre da necessidade de enfrentar as expressões da Questão Social¹, não apenas com repressão policial, mas também por meio de garantias de alguns serviços de cunho sociais. Na recente história do país, a mão de obra deixa de ser escravizada e passa a ser assalariada (Iamamoto, 2014).

A utilidade social de uma profissão advém das necessidades sociais. Numa ordem social constituída de duas classes fundamentais (que se dividem em camadas ou segmentos) tais necessidades, vinculadas ao capital e/ou ao trabalho, são não apenas diferentes mas antagônicas. A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão. Estas são respostas qualificadas e institucionalizadas, para o que, além de uma formação social especializada, devem ter seu significado social reconhecido pelas classes sociais fundamentais (capitalistas e trabalhadores). Considerando que o espaço sócio-ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência de tais necessidades sociais e que historicamente a profissão adquire este espaço quando o Estado passa a interferir sistematicamente nas refrações da questão social, institucionalmente transformada em questões sociais (Netto, 1992), através de uma determinada modalidade histórica de enfrentamento das mesmas: as políticas sociais, pode se conceber que as políticas e os serviços sociais constituem-se nos espaços sócio-ocupacionais para os assistentes sociais. (Guerra, 2000, p. 6)

A pressão por garantias de serviços sociais advém da luta dos movimentos operários, no entanto, a profissão do Serviço Social, não necessariamente é requisitada pela classe trabalhadora. A categoria profissional do Serviço Social, é requisitada pela burguesia ao Estado, tanto para a operacionalização dos serviços sociais requisitados

¹ Entende-se aqui como o conjunto de desigualdades sociais existentes, provenientes do capitalismo. Guerra (2009, p.4) elementa, como algumas de suas manifestações, o “desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.)”.

pelos trabalhadores, como também pela classe burguesa, para evitar conflito entre o movimento operário. A formação e inserção desses profissionais são designadas à Igreja Católica e vinculados à doutrina social da mesma. Buscava-se dar respostas satisfatórias às expressões da Questão Social pela via cristã, para alcançar a “harmonia social”, onde se pregava que “Deus é a fonte de toda justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios da cristandade pode realizar a justiça social.”(Carvalho e Iamamoto, 2014, p.168).

Entre dos decênios de 1940 e 1950, a categoria profissional inicia um processo de outras vinculações teóricas e diretivas, mesmo a igreja não perdendo sua total influência, passando a se consolidar como profissão. O “surgimento e desenvolvimento das grandes entidades socioassistenciais - estatais, autárquicas e privadas - é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social” (Iamamoto, 2014, p. 326). A nova conjuntura desenvolvimentista do capital nesse período provocou mudanças no Serviço Social brasileiro, considerando que, anteriormente, a atuação da profissão estava apenas ligada à perspectiva positivista de análise e ao tradicionalismo influenciado pelo contexto europeu da profissão.

Posteriormente, com o Movimento de Reconceituação ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980 (Modernização do Conservadorismo, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura), o Serviço Social aproxima-se com a luta do proletariado e os(as) assistentes sociais se reconhecem como classe trabalhadora. A partir da etapa denominada de Intenção de Ruptura, há aproximação com o Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx, que propõe uma análise dos fatos considerando a dimensão da totalidade. É nessa etapa que inicia a construção do Projeto Ético-Político alinhado a uma perspectiva de transformação da sociedade, livre de miséria, de preconceitos, de toda forma de discriminação, de opressão e de exploração, no horizonte oposto do que está posto atualmente na sociedade.

Assim, os(as) profissionais de Serviço Social, na contemporaneidade, atuam nos mais diversos espaços e, conseqüentemente, com as mais variadas formas de manifestações da Questão Social. Com isso, os(as) assistentes sociais que atuam na área da saúde, em geral, encontram-se sobrecarregados com as demandas de trabalho. Com o cenário da pandemia de Covid-19, ficou ainda mais notável a insuficiência do corpo profissional existente do SUS para a quantidade de demanda que existe. A crise sanitária ampliou a crise econômica no país, causando rebatimentos diretos na vida da classe trabalhadora.

3 | A SAÚDE COMO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL

No final de 1940, a saúde foi posta como uma das finalidades principais, através do Plano Salte (que apresentava previsões de investimentos para a saúde, alimentação, transporte e energia), porém, não foi implantado. A Política Nacional de Saúde, que começou a se desenhar na década de 1930, foi consolidada no início dos anos 50. Durante

essa década, graças ao reaparelhamento do Estado, a saúde pública sofreu por uma maior centralização, além de estender seus serviços de atendimento e estrutura.

Em 1953 houve a criação do Ministério da Saúde e Educação, onde os dois âmbitos eram vistos de forma unificada - devido aos resquícios do governo de Getúlio Vargas, e durante a ditadura militar (de 1964-1984) foi a primeira vítima do golpe, sofreu redução de verbas destinadas à saúde pública, sendo restringido apenas a elaboração de programas e projetos e delegando a outras pastas para execução das mesmas. E, foi após a 3ª Conferência Nacional de Saúde, em 1963, que a saúde passou a pautada no desenvolvimento econômico na racionalização do planejamento, submetida à produtividade e à distribuição de riquezas, visualizadas como fontes de saúde (Bravo, 2016).

De tal maneira, o Serviço Social também sofreu modificações e foi se aproximando dos princípios do movimento, que posteriormente, viria a se denominar por Reforma Sanitária. Que emergiu a partir de pautas dos movimentos sociais que questionavam as formas de reprodução social da época, e vinha sendo construído desde a década de 1970. A Reforma Sanitária teve seu início fora do aparato estatal, e tinha como principal defesa, uma nova proposta para assistência médica do país, através da democratização do Estado e da sociedade. Com o objetivo de buscar respostas para as necessidades decorrentes do sistema capitalista, o movimento compreendia a questão da saúde como um objetivo de ação política das classes (Paim, 2009).

De acordo com Acurcio ([19--?], p.11), a nova proposta para as políticas de saúde no país, pautava-se na:

[...] descentralização, articulada à regionalização e à hierarquização dos serviços de saúde e à democratização do sistema, através da extensão de cobertura a setores até então descobertos, como os trabalhadores rurais. O movimento sanitário criticava o modelo hospitalocêntrico e propunha a ênfase em cuidados primários e a prioridade do setor público. Mas é somente na década de 80 que as propostas defendidas pelos sanitaristas passam a prevalecer no discurso oficial. (Acurcio, [19--?], p.11).

No ano de 1986, aconteceu o que hoje é considerado um marco na história das políticas de saúde no país, a VIII Conferência Nacional de Saúde, que pela primeira vez, contava com a participação popular para deliberação de uma política setorial, e teve como resultado, a construção de um relatório que serviu de base para construção do setor saúde na Constituição de 1988 (Baptista, 2007).

Foi na constituição de 1988, que ocorreu o marco fundamental na redefinição das prioridades da política do Estado na área da saúde pública, desvinculação inclusive o Ministério da Saúde do Ministério da Educação, garantindo a saúde, não só como um direito social como também, um integrante da seguridade social, que deve ser garantido e fiscalizado pelo Estado. Além disso, é na constituição em que a saúde tem sua concepção ampliada, deixando de ser a ausência de doenças, para ser um conjunto de fatores, como a alimentação, moradia, emprego, lazer e educação.

No que cerne o Serviço Social, o decênio de 1980 foi fundamental para a compreensão do fazer profissional. Bravo e Matos (2006, p.6) afirmam que nesse período ocorreu um movimento importante tanto na saúde coletiva, quanto no Serviço Social, “de ampliação do debate teórico e a incorporação de algumas temáticas como o Estado e as políticas sociais fundamentadas no marxismo.”

Porém, o processo de renovação da categoria ganhou força apenas nas academias, onde a maioria dos profissionais estavam inseridos, resultando em pouca intervenção nos serviços públicos (Bravo, 1996). Sobre o tema, Bravo e Matos (2006) pontuam que:

Se o Serviço Social cresceu na busca de uma fundamentação e consolidação teórica, poucas mudanças consegue apresentar na intervenção. Sem dúvida, para se avançar hoje na profissão, se faz necessário recuperar as lacunas da década de 80. E a intervenção é uma prioridade, pois poucas alterações trouxeram os ventos da vertente intenção de ruptura para o cotidiano dos serviços. Este fato rebate na atuação do Serviço Social na área da saúde - o maior campo de trabalho (Bravo e Matos, 2006, p.8).

Apesar dos avanços pautados na Constituição de 1988 e nas Leis 8.080/90 e 8.142/90, que institucionalizam a política de saúde no país, a década de 90 também é marcada pelo avanço do projeto político neoliberal. Dessa forma, passou a existir uma disputa nas políticas de saúde entre o projeto privatista e o projeto da reforma sanitária. Netto (1996, p.89) pontua que “no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários – praticamente todas estão vinculadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos.”

Os dois projetos políticos em disputa, passaram então a fazer diferentes demandas para o Serviço Social. Visto que, enquanto temos uma legislação pautada na universalização, descentralização e participação popular, temos também uma política neoliberal focada na mercantilização, contenção de gastos, isenção de responsabilidade do estado e culpabilização da pobreza.

Com o fortalecimento do neoliberalismo a partir da década de 90 até os dias atuais, as políticas de seguridade social passaram por um grande processo de retrocesso consolidado a partir da privatização da saúde e previdência, além de manter a focalização da assistência nos programas de transferência de renda. Do mesmo modo, as políticas trabalhistas foram fortemente prejudicadas através da diminuição do Estado e dos direitos sociais a partir do aumento da intensificação e precarização do trabalho.

Dessa forma, o projeto neoliberal traz como consequência uma agudização das expressões da Questão Social, atingindo diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. De acordo com Barroco (2015) temos que,

Ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos (Barroco, 2015, p.626).

De certo, o Serviço Social é uma profissão cujo objeto de trabalho são as “múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha” (Iamamoto, 2009a, p.13-14). É ainda, no campo da saúde reconhecido e regulamentado como profissional por meio da Resolução 218, de 06 de março de 1997. E, para além disso, é importante compreender que o neoliberalismo afetou diretamente a atuação profissional do(a) assistente social, através de um conjunto de políticas que têm como foco apenas as situações emergentes.

O projeto privatista requisitou, e vem requisitando, ao assistente social, entre outras demandas: seleção sócio-econômica [sic.] dos usuários, atuação psico-social através de aconselhamento, ação fiscalizatória aos usuários dos planos de saúde, assistencialismo através da ideologia do favor e predomínio de práticas individuais. (BRAVO e MATOS, 2006, p.10)

No que cerne o trabalho profissional atual do(a) assistente social, Bravo e Matos (2006) afirmam: “É sempre na referência a estes dois projetos que se poderá ter a compreensão se o profissional está de fato dando respostas qualificadas as necessidades [sic.] apresentadas pelos usuários” (Bravo e Matos, 2006, p.17). Com isso, o(a) assistente social da saúde deve ter como foco a constante busca pela junção dos conhecimentos bem como as novas requisições que surgem diariamente à profissão, sempre articulando estes, aos princípios da reforma sanitária e do projeto ético político da profissão.

4 | O TRABALHO SOCIAL NO ANITA GARIBALDI

Câmara (2022, p.22) disserta que “Espaços sócio-ocupacionais são ambientes nos quais uma determinada categoria profissional pode se inserir para atuar, desenvolvendo desse modo as suas habilidades laborais, como preconiza sua profissão.” Assim, o Centro de Educação e Pesquisa - CEPS Anita Garibaldi, se configura como exemplo de espaço de trabalho dessa categoria profissional. O CEPS se configura como um Centro Especializado em Reabilitação - CER nível IV, com reabilitação auditiva, física, intelectual e visual; além de estar vinculado ao Instituto Santos Dumont (ISD), cuja sua primeira unidade a entrar em operação foi o Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IIN-ELS).

Tem sua origem como uma Organização da Sociedade Civil de Apoio à Pesquisa, que tornou-se uma Organização Social em 2014, além da celebração do Contrato de Gestão com o Ministério da Educação no mesmo ano. É nesse momento de captação de maiores recursos que a instituição contrata duas assistentes sociais, atualmente possuindo carga horária de 20 horas semanais. Além disso, desde 2018, há a presença de residentes que integram o programa próprio da instituição de Residência Multiprofissional no Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência compondo a equipe, bem como a presença de estagiárias.

A inserção de assistentes sociais na instituição decorre, em linhas gerais, da demanda por um olhar mais direcionado aos direitos sociais dos usuários, bem como o

acesso aos direitos e benefícios, pois os demais integrantes da equipe tinham dificuldade em compreender de forma mais ampla as demandas sociais apresentadas nos atendimentos. Ademais, com a ampliação dos serviços e quantidade de atendimentos proporcionados pela mudança na configuração da instituição, gerou a necessidade de ampliação do quadro funcional e, dentre as profissões incluídas na equipe, está o Serviço Social.

No caso específico do Serviço Social, há uma atuação com o público que busca o serviço, no que se refere ao acolhimento, orientações sobre o acesso a direitos e benefícios sociais e as articulações com a rede para possibilitar este acesso, mas também junto aos estudantes em formação que estão no cenário de prática de um serviço de saúde e junto aos profissionais que integram a equipe, pois o trabalho é desenvolvido de forma multiprofissional em ambiente colaborativo.

Nesse contexto, devemos considerar que por tratar-se de uma instituição privada, mesmo que sem fins lucrativos, existem vieses que precisam ser debatidos. Behring (2008, p.170) infere que as Organizações Sociais “ são instituições públicas que se transformaram em privadas, de forma que não precisem se guiar pelos parâmetros do direito administrativo mínimo - o concurso público e a lei de licitações, por exemplo”, em que, de fato, há uma precarização devido aos vínculos de trabalho que são regidas sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, além da transferência dos recursos públicos, visto que parte do financiamento é adquirido por meio do Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde (SESAP/RN) e Secretaria Municipal de Saúde de Macaíba/RN.

O que podemos compreender destarte, a partir desses indicadores, é o avanço do modelo neoliberal vigente na sociedade, visto que há o rompimento “com a orientação do marco legal de *saúde como direito de todos e dever do Estado*” (Behring, 2008, p.170), e dessa maneira, também há uma fragmentação do princípio da universalidade, que é essencial quando dissertamos sobre SUS e direitos sociais. Tratam-se de direitos e acessos disponibilizados por uma rede privada, que se originam do que deveria ser destinado diretamente aos indivíduos por via pública, a sociedade que deles necessita e os possui como direitos sociais. Configura-se um debate complexo e que hoje é um rebatimento dos avanços e ataques neoliberais ao sistema público.

5 | CONCLUSÃO

Diante do que foi abordado, é possível verificar que a família é espaço privilegiado de atuação do(a) assistente social. É nas instituições que compõem o Sistema Único de Saúde que esses profissionais possuem um dos maiores espaços de empregabilidade, sendo um âmbito com uma forte presença desses profissionais.

Apesar da possibilidade de um trabalho social com alcance às famílias, os profissionais enfrentam bastantes dificuldades na atuação na política de saúde, oriundas da

política neoliberal que persiste até os dias atuais. O avanço do neoliberalismo juntamente da massa conservadora no país, os serviços públicos e as políticas de seguridade social, vem sendo constantemente enfraquecidos, corroborando para o aumento das expressões da questão social, bem como do nível de proteção social da população.

Dentre as principais dificuldades, estão as péssimas condições de trabalho nas instituições, má remuneração e com o cenário da COVID-19, acrescentou-se a constante preocupação com os cuidados para evitar a contaminação do vírus, e nem sempre com as garantias de equipamentos de proteção individual suficientes para a prevenção da doença. É sabido, que na Constituição de 1988 que o conceito de saúde não se limita a ausência de doenças e sim no conjunto de determinantes e condicionantes sociais. Uma vez que as condições de vida da população refletem diretamente nas condições de saúde dos mesmos.

No que tange o Serviço Social, os rebatimentos são ainda maiores, visto que é a profissão que lida diretamente com as expressões das questões sociais, com o aumento dessas expressões, surgem também o aumento de demanda por parte da população usuária dos serviços de saúde. Porém, o Serviço Social encontra-se cada vez mais limitado em sua atuação, pela redução de orçamento nas políticas de seguridade e pelo caráter assistencialista que as políticas de assistência vem adotando paulatinamente através de identificação e distinção dos indivíduos com base na renda.

Desse modo, surge a necessidade de defesa, por parte dos próprios profissionais do Serviço Social e da população, das políticas de seguridade social, da universalidade do acesso e de políticas de assistências que não sejam pautadas apenas em transferência de renda para a população. Além disso, faz-se necessário por parte da união, estados e municípios, a construção de um Plano de Saúde voltado para a população, com qualidade de atendimento e de cobertura.

REFERÊNCIAS

ACURCIO, F. **Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil**. [S.l. :s.n., 19--?]. Adaptado. Mimeografado.

BAPTISTA, T. W. F. **Políticas de saúde: organização e operacionalização do sistema Único de saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV / Fiocruz, 2007, 284 p..

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, out./dez. 2015.

BEHRING, E. B. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. *In*: BEHRING, E. R. ALMEIDA, M. H. T. **Trabalho e Seguridade Social: Percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 152-174.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 de ago. de 2024.

_____. **Resolução n.º 218, de 06 de março de 1997.** Em Vigor: Reconhece como profissional de saúde de nível superior as seguintes categorias: assistentes sociais, biólogos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/1997/resolucao-n-o-218.pdf/view>. Acesso em 01 de set. de 2024.

BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C.. **Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate.** In: BRAVO, M. I. S. et al(orgs). Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Cortez Editora. 2006.

CÂMARA, S. G. A.. **O trabalho do(a) assistente social na atenção social as pessoas que vivem com HIV/Aids no Hospital Giselda Trigueiro.** 2022. 59f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

CARVALHO, R. . IAMAMOTO, M. V.. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41ª edição. Cortez Editora. São Paulo. 2014.

CASTRO, M. M.. **História do Serviço Social na América Latina.** 12ª edição. Cortez Editora. São Paulo. 2011.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social.** 2000.

_____. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: 2009, cap. 6, p.701-718. Disponível em: https://www.poteresocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/. Acesso em: 20 de ago. de 2024.

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social** IN: CFESS/ ABEPSS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social** - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

PAIM, J. S. **Uma análise sobre o processo da Reforma Sanitária brasileira.** Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 27-37, jan/abr. 2009.

COLÉGIO DIOCESANO DE PENDO-AL: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Data de submissão: 25/07/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Andréia Santana Cruz

Universidade Tiradentes
Neópolis-SE

**Diogo Rafael de Costa Alcântara
Ferreira**

Universidade Tiradentes
Neópolis-SE

RESUMO: A presente monografia tem como objetivo analisar a relação família e escola no Colégio Diocesano de Penedo-AL. A proposta deste estudo parte dos questionamentos frente à atuação do Serviço Social no âmbito educacional. A partir desse questionamento, busca-se levantar as potencialidades e contradições do envolvimento da família com a escola. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que compreende pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram realizadas seis entrevistas com o corpo docente, discente e familiar do referido colégio. Os resultados evidenciam uma relação família-escola bastante fragilizada, em que a primeira demonstra-se sem tempo para se dedicar à educação dos filhos, designando esse papel exclusividade à escola. Para o serviço social, a pesquisa fortalece a

necessidade da presença de assistentes sociais atuando na política de educação, especialmente nas escolas, devido às mudanças da realidade social que têm demandado novos campos de atuação para o Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Família. Serviço Social.

ABSTRACT: The present academic research has as main target analyze the relationship that exists between the family and Diocesano de Penedo/Al school. The proposal of this study starts with the questions about the participation of the social service at the educational environment. Starting from this questions, they look for the potentialities and contradictions of the participation of the family at school. It brings a qualitative research that involves bibliographic; documental and outside research. Six interview were realizes with teachers, students and relatives of the mentioned school. The results showed a damaged enough family – school relationship, where the first one seemed had no time enough to dedication to their children’s education; Transferring this work exclusively to the school. For the social service, the research empowers the necessity of the presence of

the social assistants working in the educational politician, specifically at schools, by changing of the social reality which has created new fields in the social service actuation.

KEYWORDS: Education. Family. Social Service

1 | INTRODUÇÃO

A educação é o cerne do desenvolvimento social, sem ela, até mesmo as sociedades mais avançadas retornariam ao estado primitivo em pouco tempo. Na sociedade, as escolas é um espaço para construção do desenvolvimento social do indivíduo, segundo Durkheim (1984, p. 225) “a escola desempenha, então, uma ruptura no mundo da criança, porque através dela, a criança ingressa numa outra vida social”.

Nesse contexto a criança passa a conviver socialmente, potencializando o exercício de sua cidadania, na prática da convivência com a diversidade.

A família é a principal instituição social, pois prepara, apoia e ajuda a prática social na construção do indivíduo, a dar continuidade a este processo de construção, fazendo com que o indivíduo passe a conhecer e conviver com as diferentes realidades sociais.

Diante deste pressuposto, a relação entre escola e família deve estar entrelaçada no processo ensino aprendizagem e na convivência social favorecendo a fecundação da cidadania.

Segundo Meksenas (2002)

A educação nasce quando se transmite e se assegura às outras pessoas o conhecimento de crenças, técnicas e hábitos que um grupo social já desenvolveu, a partir de suas experiências de sobrevivência. Sendo assim, pode-se afirmar que o nascimento da educação aparece quando o ser humano sente a obrigação de transformar as suas práticas cotidianas ao seu próximo.

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer as causas da falta de envolvimento das famílias do Colégio Diocesano de Penedo com a escola, caracterizar o perfil do aluno e conhecer as características das famílias do Colégio Diocesano, e analisar a vivência das famílias em relação à escola, bem como, as implicações da escola sobre a dinâmica familiar, especialmente no que se refere ao envolvimento destas com a escola.

As famílias são acometidas por um turbilhão de modernidades, oriundas do sistema capitalista de produção. A mídia, a competitividade, a falta de diálogo, dentre outros fatores, influenciam o direcionamento de toda a responsabilidade do educando para com a escola. Atualmente, professores e diretores se desdobram na tarefa de compreender e mediar repercussões das expressões da questão social que chegam ao âmbito escolar, ampliando assim os desafios de abranger a qualidade do ensino.

Acredita-se que atuação do assistente social no campo educacional, em escolas públicas e/ou privadas, contribua para melhoria da formação escolar por atuar no planejamento, gerenciamento, execução e assessoria de políticas sociais, programas,

projetos e serviços. Além de intervir nas relações entre os homens no cotidiano da vida social, por meio de uma totalidade, a partir de uma perspectiva socioeducativa e da prestação de serviços.

Esta reflexão impulsionou os projetos de Lei nº 3.688 de 2000, que dispõem sobre a introdução de Assistente Social no quadro de profissionais da Educação e o projeto de Lei nº 837 de julho de 2005, que dispõe sobre a introdução de Assistentes Sociais e Psicólogos nas escolas. Os referidos projetos encontram-se ainda em processo de aprovação na Câmara dos Deputados.

O Serviço Social frente a este contexto poderá identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional, tendo como desafio o trabalho interdisciplinar.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo, mediando o indivíduo a novas discussões e possibilidades para trabalhar as relações interpessoais e em grupo. A intervenção Social é uma atividade que repassa informações diante das mudanças sociais, desenvolvendo um trabalho de intervenção em equipe, resgatando a visão da coletividade humana e a participação do conhecimento. Desta forma, pode-se afirmar:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política, instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nesta passagem de milênio (ALMEIDA, 2000, p. 74)

Diante da vinculação das lutas sociais ao Serviço Social, percebe-se a importância da inserção do Assistente Social no campo educacional já que, esse profissional é um mediador das expressões da questão social.

Este estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa, sendo complementada por dados quantitativos. Para coleta de dados foi usada pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

A opção pela pesquisa documental se deu pela necessidade da leitura, análise e interpretação de autores a fim de atentar-se ao que estabelece e fundamenta a teoria do que está sendo investigado.

A pesquisa de campo teve como objetivo compreender a relação entre escola e família do Colégio Diocesano de Penedo/AL. Com isso, salientou-se a importância da pesquisa em compreender a diferença entre aluno, escola e família, descobrindo assim oportunidades para inovação.

Para isso, foram realizadas seis entrevistas com o corpo docente, discente e familiar do colégio, através de perguntas subjetivas proporcionando o diálogo entre o sujeito da pesquisa e do que estava sendo pesquisado. No ato das entrevistas, foram utilizados para esta coleta, papel, caneta e gravador cujo uso foi autorizado pelos entrevistados, obtendo-

se, assim, todas as informações sem distorções.

2 | PAPEL SOCIAL DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

2.1 Concepção social da escola contemporânea

A escola é uma instituição que auxilia o processo de transformação da sociedade, por ser um espaço onde relações sociais e conhecimentos são produzidos, traduz a subjetividade humana, a partir das suas necessidades, auxiliando na construção e consolidação do conhecimento.

Neste aspecto, a escola se traduz em um espaço essencial às necessidades humanas, que contribui para a promoção social do homem (SCHRAM; CARVALHO, 2007, p.02). Desempenhando um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde, independente do sexo, raça, etnia e classe social, os sujeitos sociais sejam considerados iguais.

Sendo assim, a escola deve prezar pela formação de atores sociais que objetivem um projeto coletivo de sociedade, em torno de um bem comum, indivíduos potencialmente reflexivos e mobilizadores que visualizem a necessidade de transformação da sociedade. Sendo a transformação social um componente importante para a educação, e eficaz na modificação das realidades dos sujeitos.

De acordo com Luckesi (1994, p.30),

A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos. A sociedade dentro da qual ela está deve possuir alguns valores norteadores de sua prática.

Embora muitos estudiosos discutam a necessidade de transformação da escola ou indiquem alguns sinais que sugerem renovações, ela ainda é considerada uma instituição com futuro, sendo valorizada pela comunidade (COSTA, 2003), ou seja, a escola é um espaço significativo de aprendizagem e socialização, onde as famílias acreditam em que os filhos estão protegidos.

[...] educação escolar vem sendo exigência crescente da população, seja para ter um lugar “protegido” para seus filhos (contra as drogas e outras ameaças), seja para permitir que consigam “uma vida melhor” (com maior possibilidade de emprego e de ganhos diversos, inclusive respeito social), ou, ainda, como lugar de trocas sociais para si mesmo (ALVES, 2003, p. 100).

No entanto, ainda se encontram na educação reflexos de concepções formuladas pela classe dominante. Neste sentido, a escola tem operado em relações de repetição, de produção de subjetividade, tendo como finalidade o atendimento das demandas da máquina de produção, o capital.

A escola como máquina de produção de subjetividade produz identidades, identidades que se repetem, identidades que se reproduzem, identidades que, mesmo diferentes, retornam ao mesmo. *The Wall*, do Pink Floyd, no filme do mesmo título de Alan Parker. A escola como linha de montagem; os estudantes que perdem seus rostos; todos na mesma esteira; a esteira que leva a um imenso moedor de carne. Imagem forte, mas precisa. É isso que a escola moderna: um imenso e metafórico moedor de carne; pois é isso que é a subjetividade moderna, capitalística: carne moída, massa, identidade que reproduz o mesmo (GALLO, 2005, p. 217).

Neste contexto, a escola contemporânea não deve estar presa às necessidades emergentes do capital, mas deve ter como papel maior, proporcionar processos formativos que auxiliem o crescimento pessoal do educando, preparando-o para o enfretamento das desigualdades sociais, presentes na sociedade capitalista.

Este é um grande desafio para as escolas brasileiras, que sofrem com os reflexos da desigualdade social que atingem o ambiente escolar, não permitido na maioria das vezes que famílias tenham acesso à escola.

As mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais influenciaram nas transformações da sociedade, fortalecendo as razões que subsidiam as desigualdades sociais.

Todas essas mudanças refletem de forma negativa, dificultando a permanência e acesso dos alunos nas escolas. As famílias sofrem com o sistema capitalista sendo acometida pelo desemprego, miséria, má distribuição de renda e desigualdades social.

Em meio à sociedade capitalista se faz necessário associar a busca pelo conhecimento às necessidades das organizações globalizadas, onde o conhecimento é bombardeado pelas mudanças sociais a todo o momento, exigindo-se cada vez mais dos sujeitos, flexibilização de tempo, do trabalho e das relações.

Segundo Gadotti (2000), o conhecimento garante a projeção para o futuro, sendo este fator necessário para o processo de crescimento da educação. O problema é que no sistema de exploração do homem, nem sempre projeta o crescimento educacional como processo de formação e preparação do sujeito, mas como uma forma de moldar desde cedo o sujeito às necessidades do capital.

Neste sentido, a escola contemporânea deve promover reflexões críticas e propositivas, fazendo com que os educandos reflitam sobre as transformações que acontecem ao seu redor, buscando através desse processo melhores condições educacionais e sociais.

Sabe-se que a palavra “educação” quando trata da relação com o homem tem significado muito maior do que o ensino e aprendizagem. Neste contexto, Paulo Freire, (1976), afirma que o homem é um ser inacabado e por esta razão a educação é possível para ele, pois a mesma implica uma busca para a realização do sujeito. Esta busca faz parte do processo que conduz o sujeito à transformação social.

2.2 Realidade social da escola brasileira

Percebe-se que a realidade social da escola brasileira tem um déficit em seu sistema educacional advindo de questões como: salas superlotadas, professores maus remunerados, evasão escolar, falta de infraestrutura, entre outras. A escola brasileira é composta por grandes desafios encontrados no setor educacional, é uma mudança de ideologia impregnada na sociedade, uma alteração da concepção de ensino do papel da escola enquanto instituição social. Diante disso, a escola tem que ser democrática, valorizando a diversidade frente às problemáticas sociais decorridas entre o educador e o educando. São vários os problemas da sociedade contemporânea, como: violência, desemprego, desvalorização profissional, modificações das relações familiares, etc. A escola tem como dever educacional, fornecer o conhecimento, para que as pessoas possam ter possibilidades e autonomia de fazer parte das políticas públicas efetivando seus direitos sociais.

No Brasil existem várias legislações como a Constituição Federal de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que permitem legitimar a política de educação, enquanto ação que contribui para a formação da vida dos sujeitos.

No entanto, no atual contexto brasileiro, é possível compreender que a política de educação está cada vez mais precária, diante do desmonte estrutural das políticas sociais viabilizado pela política neoliberal. Sendo assim, a escola passa por sérias dificuldades, que culminam na descrença e fragilidade do ensino (público ou privado).

A leitura social do fracasso escolar, que segundo Amaro (1997), é uma questão de classe social, que acaba por ser agravada na falta de uma política educacional que seja comprometida com os interesses e necessidades da população. A escola não está sintonizada com a realidade social dos alunos, conseqüentemente das famílias, causando desestímulo no aluno pelo ensino.

Ainda diante do fracasso escolar, Esteban (1999), afirma que este se configura dentro de um quadro de múltiplas negações, dentre as quais se coloca a negação da legitimidade de conhecimentos, de forma de vida, formulados à margem dos limites socialmente definidos como válidos. Tem-se, assim, a inexistência de um processo escolar que possa atender as necessidades e particularidades das classes populares, permitindo que estas possam fazer parte na construção do processo de ensino.

Martins (1999), afirma que nos últimos anos, apesar do esforço, de investimento técnico pedagógico nas escolas, a incidência dos fatos das expressões sociais tem revelado a violência existente no interior das escolas, que se apresenta como reflexos da questão social que também se faz presente no ambiente escolar.

Estes fatores dificultam o cumprimento da finalidade maior da escola, que é a de colaborar para a formação da cidadania dos brasileiros. A escola tradicional tem uma visão positivista neoliberal, fixado na sociedade é compreendida como aquela que é ligada ao

mercado, tendo o tempo de ensinar e o tempo de avaliar. Os conteúdos escolares são compreendidos e organizados pelo modo linear, hierárquica e, é de antemão distribuído por matéria, bimestre, série, etc. Justificando outros pré-requisitos.

Neste aspecto conservador, a educação sempre é projetada de cima para baixo, exibindo uma escola com perfil burocrático e uniformizado. Tendo uma visão com caráter excludente, e acaba por tornar a escola contemporânea incompetente em diversos aspectos, como a falta de vagas para quem dela mais precisa, e estar desligada da realidade social em que se encontra o aluno.

Dentro deste contexto, a escola tem como principal função para a sociedade proporcionar um desenvolvimento que concretize os direitos sociais. Sendo assim, o setor educacional oferece e possibilita várias alternativas para que os sujeitos sociais que são excluídos do sistema possam ter a chance de se integrar pela participação, e através da luta pela garantia de direitos sociais e do resgate da cidadania.

Nesta concepção, a escola deve ir além de ascensão material, que é apresentado à educação, não sendo transformada em um meio de retorno financeiro, mas proporcionar instrumentos para o desenvolvimento pessoal.

No tocante à educação, os pais reproduzem os valores ideológicos presentes no discurso da sociedade, valorizando o estudo como a única forma de obter ascensão social. Mas por não compreenderem a dimensão e a complexidade da educação, atribuem aos filhos a culpa pelo fracasso escolar, desmotivando-os para o estudo (MARTINS, 1999, p.62).

A escola desejada deve estar ajustada na lógica de um ambiente ideal para a construção de uma sociedade hígida, uma escola para a cidadania. Aquela que venha intervir em todas as formas de exclusão social provocada pela sociedade capitalista em que tem o aluno como ser integral. Podendo, ao mesmo tempo, trabalhar a relação escola-aluno-família, fazendo com que a família seja incluída nas ações. Para isso, é necessário romper com as visões tradicionais, superando isso, tem-se uma escola libertadora e que valorize a diversidade.

Diante das constantes mudanças ocorridas na sociedade, é pertinente cogitar sobre a organização do espaço escolar dentro de uma “sociedade técnica/científico-informal” (LIBÂNEO, 2001, p. 40). Um espaço escolar, capaz de fazer frente às inovações da sociedade capitalista que conseqüentemente modifica as relações entre os indivíduos, tornando-os mais competitivos entre si. O neoliberalismo “prega o individualismo e a naturalização da exclusão social, considerando como sacrifício inevitável no processo de modernização e globalização da sociedade”. (LIBÂNEO, 2001, p. 39)

(...) a escola (...) definida pela perspectiva neoliberal, considera a desigualdade um valor positivo e natural. O mérito individual dos melhores estimula a competição e a concorrência necessária para a prosperidade de todos (...) trabalha com conhecimento padronizado, a partir da ótica dos interesses sociais dos grupos dominantes (...) (KRUG; AZEVEDO, 2000, p.11).

2.3 Espaço escolar e as expressões da questão social

A questão social está atrelada ao contexto histórico da sociedade capitalista, sendo constituída em torno das transformações econômicas, políticas e sociais. Segundo Telles (1996, p. 85), ela é “o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro”; ele afirma ainda que discutir esse tema é uma forma de problematizar alguns dos dilemas cruciais da realidade contemporânea. Nessa perspectiva, em que se discutem os conflitos escolares.

Os conflitos escolares têm se constituído, nos últimos anos, em problemas de amplitude mundial. A intensificação dos problemas tem gerado uma espécie de “guerra” declarada e em meio a diversas dificuldades, a imagem da educação é quem fica desgastada.

Sendo as desordens resultantes das expressões da questão social que tem se estendido até o espaço escolar, questões como violência, criminalidade, desigualdade social, pobreza, preconceito, drogas, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, desestrutura familiar, entre outros, são questões presentes no cotidiano da escola que influenciam a vida dos alunos.

No entanto, tais questões são mais presentes no contexto escolar do que se pensa. Desde a década de 1950 em países como os Estados Unidos estes fatos eram analisados nas escolas. Todavia, com o passar do tempo, estes problemas ganharam maior proporção e começaram a sair do controle.

A questão da violência e as violações dos direitos humanos no Brasil, especialmente as que atingem a vida e a integridade física dos indivíduos, além de serem amplamente divulgadas na sociedade em geral, aparecendo com bastante ênfase nos meios de comunicação de massa, constituem-se, segundo as pesquisas de opinião pública, em uma das maiores preocupações da população nas grandes cidades. O interesse dos meios de comunicação por esta temática encontra sua maior justificativa em dados estatísticos bastante alarmantes. Nos últimos quinze anos, os homicídios triplicaram no Brasil e matam-se 50% mais jovens em São Paulo do que em Nova Iorque, sendo esta uma das cidades mais violentas entre as cidades de países desenvolvidos. O assassinato tem sido a principal causa de morte de adolescentes do sexo masculino em São Paulo - em cada 100 mil adolescentes paulistanos, 88 foram assassinados no ano passado (Folha de S. Paulo, 11 /11 /96 apud Sílvia 1997, p. 259).

Esse crescimento da violência na sociedade principalmente entre os jovens acaba se refletindo no âmbito escolar, onde têm-se disseminado conflitos com até traços de agressão entre estudantes e professores.

Dentre os problemas tratados como um dos mais recorrentes na vida escolar está o uso de drogas e o comportamento violento dos estudantes com autoridades de ensino e entre eles mesmos. São problemas colocados como prioritários, geralmente, relacionados à violência exterior e à difusão do uso de drogas ilícitas (AUGUSTO, 2011, p.123).

Segundo Augusto (2011), vivemos um quadro atual em que a violência e as drogas ultrapassam os muros da escola, e provoca sedutoras tentações na mente e no corpo dos alunos comportados.

De acordo com Delors et al (2000) no *Relatório da UNESCO da Comissão Internacional* sobre a Educação para o século XXI, é importante ressaltar que a convivência escolar é um dos grandes desafios deste século.

A convivência escolar vem destacando-se cada vez mais no mundo contemporâneo, sendo cotidianamente discutido, levando a necessidade de analisar o contexto em que está inserido. Pode-se observar que é grande o desafio da convivência escolar entre professores, alunos e toda equipe pedagógica durante a vida escolar. Disputas internas como: autoritarismo, desrespeito às diferenças são envolvidas no cotidiano de professores, alunos que de alguma forma fragiliza a convivência escolar e geram conflitos.

Constantemente veem-se nas escolas disputas internas geradas por desrespeito às diferenças, descontrole emocional, comunicação distorcida que de alguma forma gera conflitos no espaço escolar. Segundo Aquino, (1996, p.20), “há muito, os conflitos deixaram de ser um evento esporádico e particular no cotidiano das escolas brasileiras e tornaram-se um dos maiores obstáculos pedagógicos dos dias atuais”.

O espaço escolar brasileiro vivencia situações diversas em meio a tantos conflitos existentes. Sendo que a diversidade pode ser uma das principais fontes de conflitos nas escolas, situação que se agrava cada vez mais, devido o assolamento das desigualdades sociais.

O conflito emerge em toda situação social em que se compartilham espaços, atividades, normas e sistemas de poder, e a escola obrigatória é um deles. Um conflito não é necessariamente um fenômeno da violência, embora, em muitas ocasiões, quando não abordado de forma adequada, pode gerar um conflito multiforme no qual é difícil reconhecer a origem e natureza do problema. (ORTEGA, 2002, p.143).

Os conflitos no âmbito escolar têm sido cada vez mais reflexos dos problemas sociais que assolam o país. As diferenças acabam não sendo aceitas quando fogem do padrão que é determinado pelas normas e regras da sociedade, o que gera preconceitos, e, conseqüentemente, conflitos/violência. São as desigualdades com altos índices que maximizam os problemas.

Neste cenário é que surge o bullying, compreendido como todas as atitudes de agressão adotadas por um ou mais estudante contra outro, com intenção e repetidas, acontecidas sem motivos aparentes, causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação de poder desigual (LOPES NETO, 2005).

Diante do exposto, enfrentar tais desafios não é simples e, em geral, depende de uma intervenção interdisciplinar firme e competente, principalmente pelos profissionais das áreas de educação e saúde (LOPES NETO, 2005). Entendendo-os como reflexos da

questão social, a escola torna-se um cenário que demanda a atuação do Serviço Social, já que este tem a questão social como objeto de trabalho. Conforme Almeida (2000), a inserção do assistente Social deve expressar uma das estratégias de enfrentamento desta realidade na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização de trabalho coletivo na esfera da política educacional, uma articulação das mediações particulares individuais ou coletivas, exigido pelo trabalho cotidiano, com as exigências do contexto econômico político, imaginário, ideológico e que vai permitir a construção de estratégias no tempo social, familiar e específico, colocado pelos usuários na relação com a intervenção profissional/institucional.

A escola é uma instituição que contribui para a transformação e manutenção social. Segundo FREIRE (1976), a escola é um espaço para conversar, confrontar-se um com o outro, discutir e fazer política. Porém a escola não pode mudar tudo sozinha, nem a si mesma. Como instituição social, depende da sociedade para mudar.

2.4 A escola como espaço de atuação do assistente social

Refletir a atuação do assistente social na política educacional envolve a compreensão desta área de atuação. O profissional de Serviço Social possui preparação teórico-metodológico, diante das questões sociais, reforçando assim, a relevância da inserção desse serviço nas escolas atuando em uma equipe interdisciplinar. O Assistente Social trabalhará na política educacional, educando e família, na construção de um projeto político pedagógico, ampliando assim a garantia de direitos.

Dentro das instituições de ensino ocorre implementação do Serviço Social como uma importante intervenção junto aos alunos com ações socioeducativas. A escola atualmente vive reflexos da desestrutura social contando com um público fragilizado, dentro de um mundo globalizado e desigual. Diante deste contexto de trabalho profissional, encontra-se a luta pela inserção do Assistente Social no campo educacional de acordo com o Projeto de Lei 3.688 de 2000.

No entanto, segundo BRESSAN (2001) compreender a educação como uma política social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, que precisa ser assimilado a partir da perspectiva da produção social e do papel que a escola assume na sociedade.

A escola como estabelecimento formal de ensino deve ser entendida como parte complementar de um todo social, e por isso, apresenta consigo as contradições da própria sociedade. Como estabelecimento social, ela exerce a função de socialização dos conhecimentos historicamente edificados com a realidade social, tendo como finalidade instrumentalizar o sujeito e abranger a realidade.

Enquanto profissional, o assistente social tem a questão social como centralidade e opera nas múltiplas e complicadas manifestações. A necessidade e importância da atuação do assistente social no meio educacional são oriundas da permeabilidade das expressões

da questão social enfrentadas pelos sujeitos que vivem nesse meio, e isso faz com que o trabalho do serviço social não apenas se confirme como se dimensione.

Numa perspectiva crítica, a atuação do assistente social e sua inserção no âmbito educacional podem desenvolver atividades, segundo algumas sugestões de Novais (2001, p 13).

- Pesquisa de natureza socioeconômica e familiar para a caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno em sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação em equipe multidisciplinar da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas domiciliares, com objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno e melhor assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente à rede de serviço disponível;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas para a efetiva inclusão da educação especial em sua cultura, projeto político- pedagógico e cotidiano.

O papel do assistente social na escola incide necessariamente em gerar a superação das diversas dificuldades encontradas, sejam elas individuais ou coletivas essenciais à relação entre a escola e a comunidade.

A escola contemporânea é composta por vários profissionais como psicopedagogos, psicólogos, dentre outros. Diante disso, o serviço social está inserido neste novo campo de atuação. Na educação brasileira, afirma-se que a inserção do Serviço Social na escola vem acontecendo prioritariamente na educação privada- filantrópica e, em seguida, na educação pública por meio de leis que inserem o profissional nesse campo de atuação.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social, CFESS (2001, p.23), os problemas a serem enfrentados pelo Assistente Social na realidade escolar são,

Baixo rendimento escolar; evasão escolar; desinteresse pelo aprendizado; problemas com disciplina; insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; vulnerabilidade às drogas; atitudes e comportamentos agressivos e violentos. CFESS (2001, p. 23).

Diante disso, o serviço social tem sim grande importância no que se refere à intervenção e contribuição para a educação contemporânea, tendo como proposta uma educação que não reproduza o capital, mais que liberte o educando, fazendo-o sujeito de

sua história.

-Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;

-Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;

-Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;

-Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos. (MARTINS, 1999, p.60)

Enfim, faz-se necessário que as escolas inovem por meio de ferramentas pedagógicas e no trato da dimensão cultural no fazer pedagógico, as quais possam buscar a reflexão dos educandos sobre as constantes transformações culturais, sabendo-se preservar as identidades e culturais locais, a fim de um processo formativo que respeite e valorize o local, em contrapartida ao processo globalizador de identidades, culturas, costumes e de valorização do exterior às realidades locais (SANTOS, 2009, p. 8).

3 I REALIDADE DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO COLÉGIO DIOCESANO DE PENEDO-AL

No capítulo anterior foram apresentadas as demandas societárias que têm requisitado a atuação do profissional de Serviço Social para elaboração de novas estratégias no âmbito escolar.

Neste capítulo, é feita uma abordagem particularizada da necessidade da atuação de profissionais de Serviço Social no espaço escolar município de Penedo- AL. Sendo a pesquisa realizada em Penedo-AL, situada na região sul do Estado de Alagoas, s margens do Rio São Francisco, divisa com o Estado de Sergipe.

3.1 Relação da escola e família no colégio diocesano de Penedo-AL

Penedo é uma cidade que possui vasto patrimônio artístico-cultural, que retrata a passagem e presença dos portugueses, holandeses e missionários franciscanos na região, no início da colonização brasileira, o que garante ao município o título de Ouro Preto do nordeste. Foi palco de acontecimentos importantes no período do Brasil Colonial, por isso foi tombada como patrimônio histórico nacional.

Penedo possui uma população estimada em 65.000 mil habitantes (IBGE, 2012), tendo como principal fonte de economia a pesca, agricultura e turismo. A região também é berço de grandes artesãos (onde impressiona o trabalho dos admiráveis santeiros) e literatos brasileiros.

Na área de educação, compõem a rede de ensino do município escolas municipais, estaduais e de ensino privado. Neste aspecto, a rede municipal é composta por 06 creches

localizadas na zona urbana e 26 escolas divididas, entre a zona rural e urbana, atendendo as séries iniciais, fundamental e EJA (Educação para Jovens e Adultos).

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Penedo, o município possui 10.109 alunos matriculados no ano de 2013. O quadro funcional da rede de ensino do município é composto por secretário municipal de educação, diretor, coordenador, professores, secretários, agentes administrativos e educacionais, serviços gerais, psicopedagogo e nutricionista.

A rede estadual conforme Diretoria Regional de Educação atende 5.312 alunos, divididas em 10 escolas situadas na zona urbana, compreendendo o ensino fundamental I e II, ensino médio e com o projeto EJA “Viajando pelo Saber”, anos iniciais. Os recursos humanos são diretores, diretores adjuntos, secretário escolar, professores, agentes administrativos e serviços gerais.

Em relação à rede privada, é composta por 06 instituições de ensino situadas na zona urbana, que segundo a Secretária Municipal de Educação atendem a 2.500 alunos, trabalham o ensino desde a educação infantil, até o ensino médio. Sendo composta por diretor administrativo, diretor e coordenador pedagógico, psicopedagogo, psicólogo, secretários, professores, auxiliares de sala e serviços gerais.

O estudo teve como universo o colégio Diocesano de Penedo, instituição educacional que pertence à rede privada de ensino, que possui como mantenedora a Diocese de Penedo, à Praça Largo de Fátima, s/n. A instituição foi fundada em 19 de março de 1944, pelo segundo Bispo Diocesano, Dom Fernando Gomes dos Santos.

Segundo a representante da Diocese, ela existe há 69 anos, tendo como objetivo educar crianças e jovens para uma sociedade mais digna, pregando valores éticos, humanos e cristãos, formando cidadãos construtores de uma sociedade.

Atualmente o quadro de funcionários da escola é formado por diretor e vice-diretor administrativo, psicopedagoga, coordenadora pedagógica, psicóloga, 38 professores (as) e 24 funcionários (as). Estão matriculados na escola em 2013, 570 alunos, divididos entre a educação infantil, fundamental I e II e ensino médio.

Os resultados das entrevistas evidenciaram que as famílias, em sua maioria, apresentam um grande afastamento da educação escolar dos filhos, já que não acompanham, agindo como se apenas direcionar o filho à escola, todos os dias, fosse a única coisa importante, e só sabem no final do ano o resultado de aprovação ou reprovação.

Essa dificuldade de envolvimento do binômio família-escola presente no Colégio Diocesano é uma realidade que prevalece na educação brasileira. Quanto a esse assunto, Gomes (1992, p. 84) afirma:

Hoje, poucos são os casos em que Família e Escola (...) compartilham a responsabilidade sobre a Educação Escolar. Em geral, a Escola promove reuniões para dar explicações - para não dizer fazer queixas - sobre o desempenho e o comportamento dos escolares. Assim, uma a duas vezes por semestre, às vezes por ano, os pais são convidados para uma dessas

reuniões. Há também eventos festivos, para os quais eles devem contribuir com dinheiro, donativos, e até mesmo com seu trabalho (festas juninas, quermesses etc.). Resumem-se nisso, quase sempre, as relações Família-Escola. No mais, os pais mantêm-se e são mantidos bastante afastados dos acontecimentos na esfera escolar.

A maioria dos entrevistados apontou, principalmente, a lógica capitalista presente na sociedade contemporânea e a independência da mulher como as causas do afastamento da família do âmbito escolar. A contemporaneidade tem trazido grandes transformações no âmbito social em meio a globalização. O avanço de novas tecnologias, a competitividade no campo profissional, o pouco tempo que as famílias permanecem juntas (pais e filhos) são fatores que estão sempre presentes favorecendo o afastamento das famílias no âmbito escolar.

3.2 Expressões da questão social vivenciadas no âmbito escolar

Atualmente, o processo educacional do Brasil vem atravessando muitas situações de tensão, sobretudo no que se refere à violência entre discentes, docentes e o meio social em que está inserido. O enfrentamento destas questões na metamorfose da educação só será possível se houver a inclinação de cada um, Estado, sociedade, escola e família, interagir de maneira a reconhecer as expressões da educação como questão social, questão esta entendida como as personificações do sistema de construção e propagação da classe trabalhadora e de sua entrada na realidade política da sociedade, requerendo que o empresariado e o Estado a reconheçam como classe. Segundo Carvalho e Iamamoto (1983, p.77), a questão social “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

Durante a realização desta pesquisa, os entrevistados enfatizaram que os resultados das expressões das questões sociais têm grandes efeitos sobre a escola. De acordo com profissional que trabalha no colégio “a escola é um pedaço da sociedade, as consequências das questões sociais chegam à escola. As escolas particulares têm as mesmas dificuldades com um contexto diferente, é um reflexo do que vivemos na sociedade”. (Entrevista realizada em maio de 2013).

Percebe-se que questões como, violência, desrespeito, bullying, uso de drogas, entre outras, são repetições de comportamentos negativos, relacionadas às disputas, consumismo, problemas sociais vivenciados pela sociedade. Essas situações estão relacionadas ao cotidiano da família, da escola e do aluno, como afirma um profissional que atua no Colégio Diocesano “a escola acolhe os problemas, esses problemas podem ser intensificados, ou aniquilados no ambiente escolar”. (entrevista, maio de 2013).

Para Netto, inexistente qualquer “nova questão social” e sim “a emergência de novas expressões da ‘questão social’ que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da

exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humana diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (2001, p.48).

3.3 A importância da escola para a formação dos indivíduos

A representação da escola para a vida do ser humano é de fundamental importância para o desenvolvimento psicológico e social, levando o indivíduo a ser parte essencial para a socialização em meio às diversidades culturais, sociais e econômicas. Sem dúvida é um pilar fundamental na vida humana, é um caminho sistemático que passa informação com valores inquestionáveis, ressaltando que sem estes valores o indivíduo pode naufragar no caminho da vida. (Padre- Diretor Administrativo do Colégio Diocesano de Penedo, entrevistado no dia 14 de maio de 2013).

A educação é um processo continuado que possibilita a construção do ser para a formação cidadã, ou seja, ela oferece ao indivíduo mecanismo para seu desenvolvimento social. É uma opinião individual. Quanto educadora, a escola é a parte mais importante para a socialização, introyeta limites. Parte essencial na formação de qualquer ser humano. (Psicóloga do Colégio Diocesano de Penedo, entrevistada no dia 15 de maio de 2013).

3.4 Relação escola e família

Historicamente a família tem recebido a responsabilidade tanto pelo sucesso como pelo fracasso escolar. E isso não deixa de ter razão, pois o sucesso escolar está intimamente entrelaçado, em sua maioria, com o apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos, equilibrando tanto deficiências escolares quanto obstáculos individuais, correspondendo, geralmente, famílias que apresentam recursos econômicos e culturais dos quais se destacam a disponibilidade de tempo e o nível de escolaridade da mãe. (CARVALHO, 2000)

A escola na sociedade é uma extensão da família, no entanto, neste mundo globalizado, a maioria das famílias não acompanha o desenvolvimento escolar dos filhos, situação esta bastante preocupante, pois é imprescindível a parceria entre o binômio, pois ambas devem conhecer e participar das realidades e limitações do processo educacional.

Na contemporaneidade, as famílias vivenciam diversas situações como desigualdades sociais, preconceito, desemprego, competitividade, entre outras, que reproduzem conflitos no âmbito familiar que chegam até a escola. Para enfrentar esses reflexos da questão social, família e escola devem estar envolvidas, atentas a qualquer situação que relacione a vivência dos estudantes. Sobre esse assunto, as entrevistas demonstraram que pais e alunos reconhecem a importância dessa relação: “A relação da escola e família é importante porque a família precisa conhecer quem é o aluno/filho, pois a escola, o professor não precisa ser responsável ‘‘sozinha’’ pela formação escolar”. (Aluna do 3º ano do ensino médio do Colégio Diocesano de Penedo, entrevistada no dia 17 de

maio de 2013).

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois, muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidades [...]. (PIAGET,2007,p.50)

Segundo a fala de uma mãe de um aluno “a escola recebe o que eles trazem de casa; a escola filtra coisas que em casa não se percebe”. (Entrevista realizada em maio de 2013). Nessa perspectiva, acaba que, de acordo com Tiba (1996, p.187), “a educação escolar é diferente da educação familiar. Não há como uma substituir a outra, pois ambas são complementares. “Não se pode delegar à escola parte da educação familiar, pois esta é única e exclusiva, voltada à formação do caráter e aos padrões de comportamentos familiares”.

Logo,

Se as desejamos eficazes temos de reconhecer as características de cada uma e descobrir as pontes possíveis existentes para essa parceria. Ambas estão em “crise”, sendo criticadas pelo que “não” fazem e deveriam fazer numa realidade de grandes transformações, embora em meio de tantas críticas, ambas ainda sejam instituições valorizadas. (REIS, 2010, p. 22)

3.5 Ações desenvolvidas pelo colégio Diocesano de Penedo para envolvimento família escola

De acordo com sua proposta pedagógica, o colégio Diocesano de Penedo tem inúmeros motivos que fazem desta instituição um sistema educacional de qualidade, fruto de um intenso trabalho em prol da formação integral de crianças e jovens, sendo meta primordial dos educadores e funcionários do GDP, a conquista da dignidade, da justiça e de realizações produtivas que permitam a construção do conhecimento através da interação da família-escola transformando os alunos em cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade.

Dentre suas atividades, o Colégio Diocesano desenvolve momentos de interação entre família e escola, tentando potencializar um salutar desenvolvimento no processo educacional dos seus alunos. Durante o ano letivo, são realizadas quatro reuniões bimestrais com temáticas específicas, visando a interação da família com a escola, proporcionando um vínculo de responsabilidade mútua.

No entanto, tais ações ainda não são suficientes para alcançar uma efetiva relação família-escola. Em todas as ações promovidas, relativas a fortalecer o elo escola e família, percebe-se que ainda não é atingido o resultado esperado pela instituição devido a pouca participação das famílias nas ações promovidas, pois as mesmas alegam falta de

tempo, cansaço, desinteresse, dentre outros fatores semelhantes, levando a não obter os resultados esperados. É aí que entra um dos motivos da necessidade da atuação de um profissional de Serviço Social no referido colégio, assim como, em toda rede educacional do país.

Inserir o assistente social nas escolas nada mais é que reconhecer a compreensão da educação de maneira holística, envolvendo, de acordo com Almeida (2000, p. 60), “os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social, como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial”.

Refletir a atuação do assistente social na política educacional envolve a compreensão da dinâmica e complexidade desta área de atuação do Estado e da sociedade civil. Observa-se que uma das exigências posta aos assistentes sociais é requerer uma visão sobre a dimensão educativa de sua intervenção como construção desse processo tão amplo e não necessariamente atrelado a essa área de atuação do Estado via política social.

Vale salientar que no projeto de lei original nº. 3.688 – B de 2000, do Deputado José Carlos Elias, o Congresso Nacional decreta no 1º artigo a inserção do assistente social no quadro de profissionais das escolas públicas, visando o acompanhamento dos alunos na escola e na comunidade. O projeto foi elaborado com a justificativa de que as taxas de evasão e repetência escolar são constantes, sendo causados, geralmente, por fatores relacionados às precárias condições sócio- econômicas e culturais das famílias do educando. Sendo assim, o acompanhamento do assistente social, visa auxiliar à família e educando na busca da redução das negativas consequências advindas das dificuldades existentes. A atuação deste profissional refletirá a diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do pedagogo e/ou educador, resultando em melhorias nos níveis de aprendizagem dos educandos e ainda pode atuar na prevenção ao uso de drogas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico se propôs a apresentar e discutir a relação escola-família numa instituição de ensino particular, identificando as potencialidades e contradições do envolvimento da família dos alunos do referido colégio com a educação de seus filhos, bem como analisar a necessidade/importância do profissional de Serviço Social no ambiente escolar.

Conforme entrevistas, percebeu-se a fundamental importância de dividir e partilhar responsabilidades e não transferi-las somente para umas das partes. A escola e a família não funcionam isoladamente nem paralelamente, pois vida escolar e vida familiar se completam, é preciso que cada um, dentro da sua função, trabalhe, buscando conseguir uma construção coletiva, contribuindo assim para a melhoria do desempenho escolar

das crianças. O desarranjo de uma dessas partes provoca um mau desempenho escolar, levando as crianças a terem futuros problemas sociais.

Por falta de um contato mais próximo e afetivo, surgem as condutas caóticas e desordenadas, que se reflete em casa e quase sempre, também na escola em termo de indisciplina e de baixo rendimento escolar. (MALDONADO, 1997, p 11).

À medida que a escola começar a dar oportunidade e criar mecanismos para atrair a família para o ambiente escolar, novas chances certamente surgirão para que seja desenvolvida uma educação de qualidade, apoiada justamente por esta relação família e escola. Enfim, essa relação é fundamental para metodologia educativa, pois os dois possuem papel para desenvolver a sociabilidade, a afetividade e o bem-estar físico e intelectual, ou seja, o ideal é que família e escola se abranjam numa relação de reciprocidade, pois as influências dos meios são importantes para a formação de sujeitos. A família é essencial para o desenvolvimento do indivíduo na aprendizagem de valores e convivência no meio social.

Muitas famílias delegam às escolas não só o papel de educar, mas também a de transmitir valores éticos, morais e formação de caráter, além de, por várias vezes, ter que suprir necessidades de carência afetiva trazidas de casa, realidade esta evidenciada na pesquisa.

Sendo a escola estudada uma instituição de ensino privado, a realidade das famílias presentes é de um bom poder aquisitivo, já que as mesmas podem custear o valor dos estudos dos filhos. Nessa conjuntura, os pais, movidos pela lógica capitalista, passam a maior parte do tempo trabalhando para conseguir o capital e deixam a educação dos filhos exclusivamente com a escola, ação essa que, por ser proporcionada por eles, na lógica de “oferecer um ensino de qualidade”, acham que já fazem o papel fundamental e único para a formação das crianças.

Logo, os resultados apontam para uma relação fragilizada, em que os pais, apesar de reconhecerem a importância do envolvimento da família com a escola, alegam “falta de tempo”, “trabalhar muito” e/ou “confiar na educação escolar” para justificar o completo afastamento.

Em meio a estas questões citadas e aos problemas sociais como: desemprego, drogas, desigualdades sociais, desestruturas familiar, dentre outras questões emergente que exigem a intervenção de uma equipe interdisciplinar no âmbito escolar, e o Colégio Diocesano está no caminho, pois já possui em seu quadro de funcionários: psicopedagogo e psicólogo; no entanto, fica evidente a necessidade do assistente social, pois este pode ser aquele que vai oferecer condições para que as famílias percebam o quanto é necessário e importante o acompanhamento do processo escolar de seu filho para obter bons resultados.

Por possuir preparação técnica-metodológica diante das situações da questão social, o profissional de Serviço Social torna-se imprescindível na atuação de uma equipe

interdisciplinar dentro da escola que, além de atuar com base na política educacional, atua no ramo dos direitos sociais, construção de um projeto político- pedagógico direcionado para o aumento e garantia dos direitos.

Ao fim deste trabalho, os resultados fortalecem a necessidade da presença de assistentes sociais atuando na política de educação, especificadamente nas escolas, devido às mudanças da realidade social que tem demandado novos campos de atuação para o Serviço Social.

Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com efetividade no papel educacional não só do Colégio Diocesano como em todas as escolas do Brasil, que mais estudos como este possam ser desenvolvidos, e que esse assunto seja disseminado, debatido para que se concretize a inserção do assistente social no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Educação pública e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 63. São Paulo: Cortez, 2000. p. 62-75,

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AQUINO, J.G. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8. Ed. São Paulo: Summus, 1996.

AUGUSTO, Acácio. Escola, uso de drogas e violência. **Verve**, 19: 117133, 2011.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRESSAN, Rosane Carla (coord). **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 143-155, julho/ 2000.

CFESS. Serviço Social na Educação. **Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação**. Brasília: 2001.

COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir - Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

DURKHEIM, D.É. **As regras do método sociológico**. 11ª ed. São Paulo: Nacional,1984.

ELIAS, José Carlos (Deputado PTB/ES). **Projeto de Lei Original nº 3.688-B**, 2000: dispõe sobre a introdução do(a) assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/08/22082007/28387.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2013.

ESTEBAN, Maria Teresa (org). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: Editora DP&A. 1999.

FREIRE, Paulo (1965). **Educação como prática da Liberdade**. 6ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 2, June 2000.

GALLO, Silvío. Sob o signo da diferença em torno da educação para a singularidade. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (org). **Cultura. Poder e Educação. Um debate sobre estudos culturais em Educação**. Canoas, ULBRA, 2005.

GOMES, Jerusa Vieira. **Relações Família e Escola - Continuidade/Descontinuidade no Processo Educativo**. São Paulo: Centro de Referência em educação Mario Covas, 1992

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=270670>>. Acesso em 02 de junho de 2013.

KRUG, André; AZEVEDO, José Cloves de. **Século XXI: Qual conhecimento? Qual o currículo?** In: Silva Luiz Heron: (Org). **Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, RJ: Vozes: 2ª Edição. 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOPES NETO AA. Bullying comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria** - Vol. 81, Nº5(Supl), 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MALDONADO, Maria Teresa. **Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir**. São Paulo: Saraiva, 1997.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**. V 8 Nº 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

NETO, José Paulo. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”**. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

NOVAIS, L. C. C. et al. **Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília, DF: CFESS, 2001.

ORTEGA, Rosário et al. *Estratégias educativas para prevenção das violências*; tradução de Joaquim Ozório – Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

Reis, Liliani Pereira Costa. **A participação da família no contexto escolar**. Salvador, 2010.

SANTOS, André Michel. **Reflexões necessárias sobre a educação do século XXI na perspectiva do Serviço Social: reprodutora ou libertadora?** P@rtes.V.00 p.eletrônica. Dezembro de 2009. Disponível em <www.partes.com.br/educacao/reprodutoraoulibertadora.asp>. Acesso em 20 de maio de 2013.

SCHRAM, Sandra Cristina; CARVALHO, Marco Antonio Batista. **O pensar educação em Paulo Freire: para uma pedagogia de mudanças**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/852-2.pdf>> (2007, p. 2). Acesso em: 20 de maio de 2013.

SILVIA, Aída Maria Monteiro. **A violência na escola: a percepção dos alunos e professores**. Série Idéias n. 28. São Paulo: FDE, 1997.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. - 1ª edição. São Paulo: Editora Gente, 1996

TELLES, Vera da Silva. **QUESTÃO SOCIAL afinal, do que se trata?** Artigo departamento de Sociologia da USP. Núcleo de Estudos e Direitos da Cidadania. São Paulo. 1996.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista

Idade:

Escolaridade:

1. Qual a sua opinião em relação aos problemas sociais vivenciados dentro da escola (violência, criminalidade, drogadição, bullying, gravidez na adolescência, preconceito, intolerância, entre outros)?
2. Na sua opinião o que a escola representa na vida do ser humano?
3. Será que a escola é importante para a formação de vida das pessoas?
4. Questões como, violência, desrespeito, bullying, uso de drogas, entres outras no ambiente escolar está cada vez mais freqüente?O que leva o aluno a praticar esses atos? Esse tipo de comportamento está relacionado a situação de vida do aluno, ou é algo gerado apenas na escola?
5. A relação entre a escola e família é importante? Por quê?
6. Na sua opinião a família está envolvida no processo de formação escolar dos alunos no Colégio Diocesano? Se sim ou não explique a resposta?

7. O colégio Diocesano promove ações que contribuem com o envolvimento da família com a escola?
8. Quais as causas do afastamento das famílias no processo de educação dos alunos do Colégio Diocesano?
9. Se a família estivesse mais envolvida no processo, será que esses problemas ocorreriam menos? Se sim ou não explique a resposta?
10. O Serviço social é uma profissão que está a cada dia sendo inserido no na escola. Você sabe como esse profissional pode ajudar diante dos desafios que existem nas escolas?

JODEYLSON ISLONY DE LIMA SOBRINHO - Assistente Social, com Graduação em Serviço Social pela Faculdade Ademar Rosado (2013), Especialização em Serviço Social, Direitos Sociais e Políticas Sociais (2015), Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Assistência Social e Saúde (2015), Especialização em Instrumentalidade do Serviço Social (2016) pela Faculdade Ademar Rosado (FAR). Mestrado em Serviço Social (2016) e Doutorado em Serviço Social (2022) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor Adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa Fundamentos em Serviço Social: Trabalho e Questão Social da UNIOESTE - Toledo/PR. Pesquisador nas seguintes temáticas: Fundamentos do Serviço Social, Ética Profissional, Formação Profissional, Ethos Profissional, Projeto Ético-Político do Serviço Social, Cultura Profissional, Conservadorismo, Neoliberalismo, Financiamento da Política de Assistência Social e Movimento Estudantil do Serviço Social. Conselheiro 1º Tesoureiro no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/ 22ª Região - PI na Gestão: “Serviço Social na Luta Sempre”, no período de 14/05/2014 à 04/04/2016, no qual foi Coordenador da Comissão Administrativo-Financeiro e do Fórum de Supervisão de Estágio; Coordenador dos Grupos de Trabalho de Inadimplência; Agenda Permanente. Membro também da Comissão Especial do CFESS/CRESS; Formação e Capacitação Profissional; Comunicação. Integrou a Coordenação Nacional da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social - ENESSO na Gestão: “Nenhum Passo Atrás!” - 2012/2013. Compôs o Grupo de Trabalho Nacional sobre Trabalho e Formação Profissional, enquanto Coordenador Nacional de Formação Político-Profissional na ENESSO, do Conselho Federal de Serviço Social juntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

A

Agentes Populares 41, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Assistência Social 6, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 58, 59, 94

Assistente Social 3, 5, 13, 14, 18, 23, 26, 41, 51, 62, 68, 69, 71, 73, 74, 81, 82, 88, 89, 90, 91, 94

Atenção secundária no SUS 62

C

Capitalismo 3, 4, 6, 13, 16, 23, 42, 43, 44, 45, 50, 53, 60, 61, 64

Classes perigosas 51, 52

Conservadorismo 1, 3, 5, 10, 12, 13, 19, 25, 26, 33, 36, 39, 40, 65, 94

Constituição Federal de 1988 7, 26, 27, 29, 30, 34, 37, 77

Contrarreformas 8, 35, 36

Criminalização da pobreza 51, 59, 60

D

Desigualdade social 10, 20, 23, 34, 52, 76, 79

Direitos sociais 2, 3, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 26, 29, 31, 34, 36, 37, 38, 56, 67, 68, 69, 71, 77, 78, 81, 88, 90, 94

E

Educação 14, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 39, 42, 46, 47, 48, 62, 63, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Educação popular 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 46, 47, 48

Escola 20, 21, 22, 25, 41, 46, 47, 50, 64, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Estado 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 43, 44, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 66, 67, 69, 73, 83, 85, 88

Estado Brasileiro 4, 7, 8, 9, 13, 27, 53, 54, 59

F

Família 4, 6, 57, 63, 69, 72, 73, 74, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

Filantropia 33, 37, 38, 39

Focalização 1, 7, 9, 12, 34, 67

Fome 31, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 64

M

Movimentos Sociais 2, 3, 6, 9, 20, 21, 23, 31, 35, 41, 46, 47, 48, 66

N

Neoconservadorismo 26, 27, 33, 35, 36, 40, 45, 70

Neoliberalismo 8, 9, 10, 26, 35, 36, 37, 45, 51, 52, 54, 55, 60, 67, 68, 70, 78, 94

P

Paulo Freire 14, 15, 16, 19, 20, 22, 24, 25, 41, 46, 47, 50, 76, 92

Pedagogia Freireana 16, 19

Política de Saúde 67, 69

Política Nacional de Assistência Social 26, 27, 31, 38, 39

Políticas Criminais 54, 56

Política Social 1, 9, 13, 26, 27, 30, 34, 35, 37, 38, 39, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 81, 88

Políticas Penais 51, 56

Políticas Públicas 7, 8, 26, 34, 38, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 77, 94

Políticas Sociais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 23, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 46, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 64, 67, 70, 73, 77, 83, 94

Privatização 8, 10, 34, 45, 67

Projeto Ético-Político 1, 2, 3, 5, 6, 7, 12, 13, 15, 24, 65, 71, 94

Q

Questão Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 28, 34, 41, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 55, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 73, 74, 77, 79, 81, 82, 85, 86, 89, 91, 92, 94

S

Saúde 6, 26, 27, 30, 45, 46, 48, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 80, 82, 94

Seguridade Social 13, 27, 29, 30, 31, 33, 35, 38, 42, 45, 62, 66, 67, 70

Serviço Social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 38, 39, 40, 41, 43, 50, 51, 52, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 81, 82, 83, 88, 89, 90, 91, 92, 94

T

Trabalho Social com Famílias 62

Transformação Social 75, 76, 91

U

Ultraneoliberalismo 10, 13, 26, 27, 36, 38, 39, 40, 45

SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS

LIMITES E POSSIBILIDADES
PROFISSIONAIS

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS SOCIAIS

LIMITES E POSSIBILIDADES
PROFISSIONAIS

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br